

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**Faculdade de Ciências Sociais**  
**Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais**

**Natalia Negretti**

**MADÁ E LENA ENTRECruzADAS, DOIS DRAMAS EM TRAMA:**  
**entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível**

**Mestrado em Ciências Sociais**

**São Paulo**

**2015**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**Faculdade de Ciências Sociais**  
**Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais**

**Natalia Negretti**

**MADÁ E LENA ENTRECruzADAS, DOIS DRAMAS EM TRAMA:**  
**entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível**

**Mestrado em Ciências Sociais**

Dissertação apresentada à Banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Rosemary Segurado.

**São Paulo**

**2015**

**Natalia Negretti**

**MADÁ E LENA ENTRECruzadas, DOIS DRAMAS EM TRAMA: entre percursos  
numa tragédia social e uma constituição possível**

Dissertação apresentada à Banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Rosemary Segurado.

**Aprovada em:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Conceito:**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Rosemary Segurado

---

Prof. Dr. Julio Assis Simões

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Carla Cristina Garcia

**São Paulo**  
**Março de 2015**

*Para Dunana, Ana Maria Felício, a senhora que sempre amei e nunca conheci.*

*Para Jó, que, sem saber, me ensina afeto.*

*Para José Adão e seus olhos de ferro, que, com eles e apesar deles, elucida os papos de passarim.*

*Para Léti, quem me ensina, desde o primeiro de seus nascimentos, que as diferenças também aproximam e, com os seguintes, outro jeito de transitar mulher.*

*Para minha tia Zê, quem, com muito amor, me passou sua sabedoria em louvar delicadamente as memórias.*

*Para meus avós Tide, Ida, e Virgínia, que me dão vontade de envelhecer.*

*Para meus pais, Nê e Sí, companheiros mútuos que admiro e que me dão o sentido para tanta vontade de eternidade e infinito.*

*Para Antonio, que, sem a pretensão de me ofuscar do mundo, me seduz ao experimentar comigo o significado do pronome nós.*

*Para Madá e para Lena, que, “como quem vê de dentro a princípio não vendo e aos poucos distinguindo o sangue, o filamento, o sal da sua própria estrutura”, de diversas formas passaram a constituir a minha trama e a noção de enfrentamento do mundo.*

## AGRADECIMENTOS

Ao som de Porto, de Dorival, mas na voz de Renato Braz, é que inicio esses agradecimentos. Essa música dá som tanto à memória da vontade que eu tinha em pesquisar as prisões quanto ao percurso das descobertas aqui desenvolvidas. Em diversas chegadas e partidas lembradas para este agradecer, penso diretamente em quem está envolvido com a prática desta pesquisa, mas também nas pessoas que, por meio de outras relações, me ajudaram neste percurso, bem como às pessoas que conheci ao longo dessa trajetória. Além disso, nesse momento, é difícil deixar de pensar em todas e todos com quem, por questões que só o tempo entende, não experimento mais relações, mas que têm espaço de afeto em minha memória, que também é viva.

Primeiramente agradeço a minha orientadora e professora, Rosemary Segurado, pela força que me passou desde a primeira vez que a procurei e que cresceu ao longo destes dois anos. A Rose está em cada parte deste trabalho através de suas dicas, correções, dúvidas, curiosidades e seu encantamento raro, num registro não só de orientação, bem como de companheirismo.

Agradeço aos componentes da Banca, que aceitaram acompanhar esta dissertação em dois momentos. À Professora Carla Cristina Garcia, pelos dois anos de aula que me despertaram muitas questões e abordagens para serem escolhidas e ao Professor Julio Simões que, a partir de sua leitura e dicas, me forneceu boas chaves pra pensar a prisão.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais: Miguel Chaia, Marisa Werneck, Marisa Borin, Carmen Junqueira e Guilherme Simões, bem como à secretária do Programa, Kátia.

Agradeço à Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais; à CAPES pela bolsa taxa por alguns meses e, por fim, ao CNPq, que permitiu minha dedicação a esta pesquisa.

Agradeço ao querido Edu, pela companhia nas aulas e bons papos e à Cris, pela força e cabeça cheia de ideias e quem se tornou uma querida amiga.

Agradeço à Professora Vera Chaia, que será suplente da Banca. Agradeço também ao Professor Marcos Florindo, que retorna no meu percurso, mas já faria parte dos meus agradecimentos por pertencer a um grupo grande constituinte de minha memória, afeto e trajetória acadêmica da Escola de Sociologia e Política.

Agradeço à Professora Caroline Freitas, pela orientação no trabalho de conclusão de curso, bem como por questões que despertou em meus trajetos desde 2008 e que me constituem e, ainda, por ter me apresentado estudiosos da prisão; ao Professor e ex-aluno Gabriel Pugliese pelas aulas que despertaram aguçaram o gosto antropologia e os mais diversos assuntos e por ter me apresentado o Professor Adalton Marques, outro ex-aluno espiano, a quem agradeço por ter se disposto a me ajudar perante os muros da prisão e os da academia. Nesse pedaço de ajudas em escolhas, agradeço também ao Professor e ex-aluno espiano, Daniel De Lucca, um dos primeiros a ler minhas primeiras indagações de pesquisadora.

Agradeço aos professores “espianos” Irene Maria Ferreira Barbosa, Roseli Coelho, Eliana Ashe, Rafael Araújo, Flavio Rocha, Rui Maluf e Rogério Baptistini. Com afeto agradeço à Professora Carla Diegues pelas ajudas nos tempos de ESP e nos de hoje; à duas professoras de quem eu gostaria de ter sido aluna, Marta Bergamin e Cecília Turatti, mas também quem, em contrapartida, tive o prazer de conhecer depois; à Maria Cristina Barboza, quem felizmente conheci de outra maneira, anos depois do estágio nesta Instituição e com quem tenho um ponto em comum, ao me interessar pelo Direito, e ao Professor Rodrigo Estramanho, quem já chamo de Rodrigo e que felizmente continua nos trajetos que percorro.

Da extensa rede de amizades constituídas na ESP, na ordem factual de amores despertados, agradeço: às QQs amadas Bia e Tathi, as primeiras amigas que ali já reconheci e que marcam este tempo, mas o extrapolam; À QQzona da minha vida, Sá, com quem tenho um laço que meu coração prioriza; Ao Fi, que também geminiano, me entende e por quem sinto muito carinho; à Ana (Ã, Ani, Anoca), amiga de quem e com quem sinto saudade de uma maneira confortável e que nos une, à Sil, quem sempre me fez rir muito e tempos depois se mostrou uma verdadeira amiga; à Kaká (E.), quem, de beleza sem frescura e sabedoria curiosa, permaneceu no meio de tantas histórias se tornando grande amiga; à Fê com carinho, quem é a prova de que as escolhas não estão no plano e precisam de procuras; à Gi, uma tímida mas espaçosa onça em meu peito; à Lu, meu colírio preferido para quem quer conhecer ternura e

tranquilidade; à Elisa, “trazida” por Ani e muito bem vinda em meu coração; ao Alain, por sua amizade e pelas conversas sérias e engraçadas com nossos assuntos de “beiradas”.

Agradeço ao Rafa, pela ajuda constante e intensa nesse final de processo dissertativo e à Rê, pelos colos em horas pesadas da pesquisa. Especialmente, agradeço aos dois juntos por serem um presente da bagunça da vida e por me ensinarem que querer ter uma amizade para sempre acontece mesmo quando a gente é adulto.

Agradeço também, com muito carinho, às minhas tias Dal e Nê e à minha prima Jú.

Agradeço à Aline querida e à dupla de risadas, Fernando e Naná.

Agradeço, com afeto, ao Denis.

Agradeço à magnífica amorosidade compartilhada há muitos anos e resistente às mudanças dos ventos, por aceitá-los e, assim, nos fazer dançar e nos mantermos juntas no curso da vida. Em ordem alfabética, agradeço ao meu bando: Bibi, Cá, Dê, Fê, Jú, Mari, Rô, Tá e Vá.

Agradeço às pessoas que me ajudaram nos campos da pesquisa, desde antes que ocorresse institucionalmente: Bruna Angotti, aprimeira estudiosa de prisão que conheci; Carlos Eduardo Henning, que me ajudou, e muito, ainda no primeiro projeto de mestrado; Glauca Destro; Talita Castro; Adriana Taets e Bruna Bumachar.

Agradeço com afeto à parte informante e importante deste trabalho: à Tina, com admiração; ao Terencio com muito carinho; à Mariana, Ana e Gabriela com saudades. Agradeço também a todos os voluntários e missionários que conheci da Pastoral Carcerária, em especial ao Adolfo; à Eliana, Marina, Nico, Heidi, Kátia e Edna. Agradeço também a todos dessa rede que estavam nos dois fins de semana maravilhosos em Jaci. Estes foram decisivos para o enfrentamento de alguns conflitos pessoais e me ajudaram num reinício de percurso, tanto na pastoral quanto na pesquisa. Agradeço ao Projeto Leituraiva e à Fundação Escola de Sociologia e Política. Agradeço ainda, intensamente, à Claudia Raulino, a quem admiro e desconfio que possa esclarecer a existência de fadas, devido à sua mansidão.

Por fim, agradeço as estudiosas de prisão a quem me prenda afetosamente. Agradeço à Natália Corazza Padovani e à Natália Bouças do Lago, pelo Grupo Prisões em Gênero e por trazerem um novo significado ao meu nome e, assim, o deixarem mais interessante.

*“O presente, entregue às suas incertezas e voltado apenas para o futuro imediato, seria uma prisão.”*

(Ecléa Bosi, em *O tempo vivo da memória*, de 2003)

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender a gestão dos vínculos entre agentes do sistema prisional e mulheres em situação de aprisionamento, a partir de distintos discursos e práticas. Ao mesmo tempo, considerando as memórias da prisão contadas e mais duas histórias de vida, trabalhamos os vínculos na prisão e questões em torno dos marcadores sociais da diferença. As histórias contadas são de uma agente do sistema prisional paulista e de uma egressa deste mesmo sistema. Assim, esta dissertação tem o intuito de utilizar a memória como meio para apresentar interpretações individuais em torno da prisão e elucidar questões entrecortadas por classe social, gênero e sexualidade, noções de igualdade e de diferença entre mulheres na prisão, revelando, por conseguinte, porosidades não apenas da prisão, mas, também, entre trajetórias que estão circunscritos na relação entre o grupo que sai e entra na prisão, de maneira direta, e o que também transita na porosidade prisional, de maneira indireta.

**Palavras-chave:** Prisão; Memória; História de Vida; Marcadores Sociais da Diferença; Gênero

## ABSTRACT

This study aims at comprehending how the bonds between agents of prison system and imprisoned women, work. At the same time, taking into consideration the prison's memories told, plus two life stories, we have analyzed the bonds in jail and the questions surrounding the social markers of difference. The stories told are of a São Paulo prison system's agent and an egress of the same system. Therefore, this dissertation's purpose is to use the memory as means to present individual interpretations around the jail and to clarify issues interspersed with social class, gender and sexuality, notions of equality and difference between women in prison, revealing not only porosities from prison, but also between paths that are confined in the relationship between the leaving prison group and enter prison group, directly, and which also moves in prison porosity indirectly.

**Keywords:** Prison; Memories; Life Stories; Social Markers of Difference; Women

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
I. Lembranças de campo constitutivas do objeto de pesquisa .....	15
II. Situando o objeto .....	25
<b>CAPÍTULO 1. CRIME E PUNIÇÃO: configurações de tragédia e estratégia sociais.....</b>	<b>29</b>
1.1 Primeiras abordagens sociológicas .....	29
1.2 Um criminoso criado pela prisão: a figura delinquente .....	31
1.3 Um punhado da tríade polícia-justiça criminal-prisão .....	34
1.4 O delinquente à brasileira .....	35
1.5 Uma criminologia de Colônia? .....	36
1.6 Uma tradição da polícia e justiça brasileira? .....	37
1.7 Corpos entre muros .....	41
1.8 O caso dos muros brasileiros: uma verdadeira caçarola .....	42
1.9 As prisões para jovens ou para futuros presos .....	44
1.10 Das prisões com mulheres às prisões para mulheres .....	45
<b>CAPÍTULO 2. ARTICULANDO MUITOS POROS: prisão, gênero e seus entornos.....</b>	<b>47</b>
2.1. Das prisões com mulheres às prisões de mulheres .....	51
2.2. Abordagens e apontamentos sobre relações entre carcereiros, guardas, senhoras e senhores perto ou longe com meninas, bandidas, e presas constitutivas das representações sociais da prisão .....	58
2.3. Soltando a pesquisa da prisão .....	64
2.4 As várias maneiras de estudar mulheres e uma precaução .....	67
<b>CAPÍTULO 3. MADÁ E LENA ENTRECruzADAS.....</b>	<b>70</b>
3.1 Em busca de um desprendimento do muro – para que lado? .....	70
3.2 A história de Madá .....	72
3.3 A história de Lena .....	92
3.4 Madalena .....	104

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>126</b>

## LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

<b>SAP</b> -	Secretaria da Administração Penitenciária
<b>ASP</b> -	Agente do Sistema Prisional
<b>PFC</b> -	Penitenciária Feminina da Capital
<b>PSF</b> -	Penitenciária Feminina de Sant'Ana
<b>Febem</b> -	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
<b>COESP</b> -	Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado
<b>Funabem</b> -	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
<b>FUNAP</b> -	Fundação Dr. Manoel Pedro Pimentel
<b>PL</b> -	Projeto Leiturativa
<b>DIPE</b> -	Departamento dos Institutos Penais do Estado
<b>DEPEN</b> -	Departamento Penitenciário Nacional
<b>PCC</b> -	Primeiro Comando da Capital
<b>AIDS</b> -	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>HIV</b> -	Sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana
<b>SAM</b> -	Serviço de Atendimento dos Menores
<b>CNBB</b> -	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
<b>PCr</b> -	Pastoral Carcerária

## Introdução

### I. Lembranças de campo constitutivas do objeto de pesquisa

“Entra com canela na boca filha.”  
(Dona Zilda<sup>1</sup>)

“Tira a camiseta do projeto só no ônibus.”  
(Terencio<sup>2</sup>)

Não me lembro se a primeira prisão em que entrei *era* feminina ou masculina. Embora as primeiras vezes em cada unidade sejam claras em minha memória, desse dia, o primeiro e tão específico, eu não consigo me lembrar.

Esta dissertação tem o intuito de utilizar a memória como meio para apresentar interpretações individuais em torno da prisão e, então, elucidar questões, entrecortadas por classe social, gênero e sexualidade, assim como noções de igualdade e de diferença entre mulheres na prisão.

Ilustrarei o início desta introdução com memórias da pesquisa, passando por alguns episódios de *primeira vivência* em três unidades prisionais na cidade de São Paulo e situações do cotidiano, que esta pesquisa teve nas prisões, com a finalidade de traçar o dinamismo do seu histórico, a partir de questões do campo. Pode ser que algumas das memórias se cruzem com cotidianos das unidades prisionais, mas, considerando minha condição externa e as mudanças que surgem a partir de uma presença estranha, que parece marcar o início da relação com os constituintes de uma prisão, pessoas presas e guardas, não iria tão longe assim.

Uma dessas *primeiras lembranças* refere-se a maio de 2010, no Centro de Detenção Provisória de Parelheiros, a *Penitenciária ASP Joaquim Fonseca Lopes de Parelheiros*, onde atuaria numa oficina como agente de leitura, através do Projeto Leitura (PL)<sup>3</sup>, com Terencio<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Nome fictício, agente voluntária da Pastoral Carcerária.

<sup>2</sup> Nome fictício, mediador de leitura do Projeto Leitura.

<sup>3</sup> Criado em 2004, o Projeto Leitura é uma iniciativa de incentivo à leitura e de criação de bibliotecas nas unidades prisionais no Estado de São Paulo. Em 2009, foi vencedor no concurso de Fomento e Difusão de Produção Cultural do Governo do Estado, promovido pela Secretaria Estadual de Cultura. Particpei do projeto entre fevereiro de 2010 e junho de 2011.

<sup>4</sup> Terencio foi minha dupla de leitura nessa unidade. Terencio é um dos idealizadores e coordenadores desse projeto, além de agente de segurança prisional, com experiência de *casa*, como costuma dizer, há mais ou menos vinte anos. Ao longo desses anos, tornou-se um amigo e, informalmente, um informante de grande importância.

Embora no curso de Mediação de Leitura do Projeto Leiturativa, os alunos recebam orientações gerais de conduta como qualquer grupo que visita e ou frequenta a prisão, as primeiras lições que tive sobre como me comportar, com e na frente dos agentes penitenciários nas unidades, entre as oficinas inclusive, foram passadas por Terencio, que não se identificava como agente, por medida de segurança, tanto pessoal quanto pelo projeto, para que nenhum dos inscritos *desistisse da atividade*. Terencio, que pretendia uma mediação de leitura, idealizou seu trabalho de conclusão de curso em biblioteconomia para aquele público, com que ele convivia há anos, mas nunca dessa forma, lendo juntamente e recebendo experiências e sensações contadas diretamente para ele.

Naquela manhã de fevereiro, fomos de ônibus até o Terminal Parelheiros e lá pegamos outro ônibus. Descemos numa esquina e, a partir daí, andamos em um trecho de terra. Depois de aproximadamente dez minutos, avistamos um *portão preto e muros brancos*.

Quando chegamos, fomos recebidos pelo diretor de Educação da unidade, Paulo Jorge, e Armando, funcionário administrativo desta área. Estávamos vestidos com a camiseta do PL e seguimos rumo à sala, para encontrarmos os participantes da oficina. Passamos, então, por um detector de metais, deixamos a bolsa no armário e fui revistada pela agente de segurança prisional que estava de plantão, de maneira de praxe, destinada a visitantes de instituições religiosas, visitas externas em geral, e também aos funcionários administrativos<sup>5</sup>.

A parte da frente dessa Penitenciária tinha sido recentemente reformada e, ao chegarmos aos pavilhões, notava-se que o pátio onde os internos da unidade tomavam banho de sol ficava no meio do andar, lembrando a total visibilidade do Panóptico<sup>6</sup>. Entretanto, tratava-se de um Panóptico *invertido*, pois o centro observador era quem estivesse no banho de sol. Os observadores conseguiam ver todas e todos que chegassem, assim como quem estava nos pavilhões durante os horários de pico da unidade.

Ao chegarmos ao espaço onde a atividade seria realizada, alguns homens já estavam sentados e os sorrisos em seus rostos eram comuns, ainda que mantivessem as cabeças baixas. Nesse primeiro dia, poucos apertaram minha mão, ao me cumprimentar. Mas Terencio

---

<sup>5</sup> É importante frisar que, em uma da unidade que frequentei como agente de leitura, mas também como realizadora de outras atividades, os funcionários que ocupam cargos de diretoria de setores, bem como outros funcionários da mesma área, não passam pelos detectores, entram por outro portão e todos podem ver essa entrada sem revista.

<sup>6</sup> Jeremy Bentham publicou, no fim do século XVIII, seu projeto para uma prisão circular, em que um observador central, da equipe dirigente, pudesse observar todas as pessoas em situação de prisão. Naquele período, os dispositivos disciplinares eram disseminados em vários campos sociais, tais como o Panóptico no contexto dos controles da prisão.

conduziu a oficina e, com isso, pude eu entregar os textos<sup>7</sup>. Houve dois turnos de roda de leitura nessa unidade: das 9h30 às 11h30 e das 13h às 15h.

No segundo dia de roda de leitura, em Parelheiros, que ocorreu na semana seguinte, Terencio e eu fomos de manhã, mais uma vez. À tarde eu faria a oficina com Regina e, então, Terencio foi embora. Após o almoço<sup>8</sup>, Regina não chegou e, enquanto eu aguardava em frente à sala de educação, o diretor Paulo Jorge me informou que ela havia ligado e que não conseguiria chegar a tempo, para realização das atividades. Então, me disse: “Ele já foi embora. Você vai entrar mesmo assim?” Respondi que sim e segui para a sala.

Essa oficina, prestes a começar, seria como a da manhã, já que os públicos eram diferentes<sup>9</sup> e a atividade a partir da leitura realizada seria escrever um poema com tinta em cartolina, para, depois, todos poderem ler os poemas escritos e recitarem, se quisessem. Entretanto, havia um participante que já havia frequentado a oficina de manhã. Eu não entendi por que ele estava de novo na oficina, mas não pensei em questioná-lo ou mesmo perguntar ao Agente de Segurança Penitenciária (ASP) que ficava perto da sala. Até porque, estávamos de porta fechada. Essa foi a primeira diferença que notei, na época, ao comparar as oficinas em unidades masculinas e femininas: nas unidades femininas, as portas das salas ficavam abertas. Após um desentendimento entre o participante referido e outro que reclamava que não podia falar, fiz uma interferência, pedindo para que ele o deixasse falar também. Não adiantou. Nos dez minutos finais da oficina, o participante continuava falando comigo, com os outros e, com a voz baixa, perguntou quantos anos eu tinha, dizendo, repetidamente, que estava preso desde 1992. Encerrada a atividade, saí aliviada dali, e um pouco assustada.

Felizmente, Armando me levou até o ponto de ônibus naquele dia e, assim, não precisei andar o trecho da estrada de terra sozinha. Na semana seguinte, quando Regina e eu conversávamos com Paulo Jorge, ele nos disse que a poucos quilômetros dali havia um condomínio cuja grande parte dos moradores era funcionária da unidade prisional e que, na semana anterior, a frente do condomínio tinha sido metralhada, fazendo com que um agente penitenciário que estava na estrada fosse ferido. Até hoje, não sei se o dia que Adalberto me levou ao ponto foi antes ou depois desse tiroteio.

---

<sup>7</sup> De fato, Terencio sempre ficou mais à vontade que eu nas oficinas e, às vezes, se retirava para ir ao banheiro e me deixar sozinha com os participantes, principalmente nas unidades femininas.

<sup>8</sup> O almoço era, nesse período, servido por funcionários terceirizados, mas preparado por homens presos na condição de trabalhadores na cozinha, pela mesma empresa.

<sup>9</sup> Levando em conta quem trabalhava ou estudava num período, ter dois horários aumentava possibilidade de participar das oficinas. Quem trabalhava e estudava não conseguia participar.

Essa memória contém aspectos importantes da trajetória desta pesquisa no que diz respeito à primeira porosidade que encontrei: alguns *problemas da prisão* poderiam ser postos em questão *fora dela*, quando estes estão circunscritos na relação entre o grupo que sai da prisão diretamente e o que sai indiretamente. Essa comunicação entre fora e dentro da prisão, contudo, pode ser trabalhada de diversas maneiras:

Dizer que a prisão não existe suspensa no vazio é já uma asserção banal, tão consensual aparenta ser nos dias de hoje. Mas o que se entende por isso é muito variável e nem sempre se acompanha de perspectivas descentradas das fronteiras físicas da instituição, quer dizer, os muros que fecham cada estabelecimento prisional. O título desta publicação, *Aquém e além da prisão* tem por referência os limites materiais da prisão, pois é por relação a eles que o enfoque adoptado se situa “aquém” ou “além”. Mas ao mesmo tempo que assim os leva em conta, ou os inclui de maneira implícita, o título é explícito no propósito que preside a este volume de transpor o perímetro que esses mesmos limites desenham. É que se este é antes de mais um perímetro concreto – os muros da prisão são bem palpáveis para quem a vive, desde os reclusos aos seus familiares – redobrou-se também, muitas vezes, de uma espécie de perímetro teórico para quem pensa ou investiga a instituição: para os estudos prisionais, em suma. Em boa parte foram estes muros que estabeleceram os horizontes de análise e várias foram as abordagens voltadas para dentro, centradas na instituição, como se ela afinal existisse, de facto, suspensa no vácuo. (CUNHA, 2008, p.7)

O segundo bloco de memória refere-se à Penitenciária Feminina da Capital (PFC)<sup>10</sup>, uma unidade localizada na capital paulista, após saber, também em 2010, que nessa unidade prisional havia muitas presas estrangeiras. Naquele dia eu estava novamente em dupla com Terencio e iria pela primeira vez à PFC. Eu nunca tinha passado pelo Parque da Juventude<sup>11</sup>, próximo a esta unidade prisional, e naquele dia, nós caminhamos por fora do Parque. Seguimos pela Avenida General Ataliba Leonel, passamos pela Penitenciária Feminina de Sant'Ana e continuamos mais um pouco, chegando à Avenida Zaki Narchi e depois na PFC.

É interessante frisar que Terencio e eu nunca fomos até a unidade por dentro do Parque, inclusive porque nas oficinas seguintes nos encontramos na Estação de metrô Santana, onde há um terminal de ônibus e um centro aglomerado significativo de comércio. Terencio trabalhou

<sup>10</sup> Para saber mais sobre a unidade e seu histórico, indico a leitura da dissertação de mestrado de Natália Corazza Padovani (2010), intitulada *Perpétuas espirais: falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009)* da Penitenciária Feminina da Capital.

<sup>11</sup> Sua construção ocorreu no ano 2002, após a implosão da maior parte do Complexo Carandiru. O projeto do parque previu uma inauguração em partes. O Parque Esportivo foi inaugurado em 2003; o Parque Central, onde estão expostas as antigas passarelas dos vigias do presídio, teve inauguração em 2004 e o Parque Institucional, que inclui uma biblioteca, Escola Técnica Estadual de São Paulo (ETEC), em 2007.

no Carandiru e nunca conversamos sobre sua experiência como agente em tal unidade e ou sobre o dia 2 de outubro de 1992, marcado pelo Massacre do Carandiru<sup>12</sup>.

Quando chegamos à PFC, alguns agentes de segurança prisional conheciam Terencio e eu pude entrar com cigarros, isqueiros e uma garrafa de água. Terencio precisou ir conversar na administração e passou o primeiro portão. Então, segui sozinha para iniciar a arrumação da sala, pois estávamos atrasados. Após passar pelo terceiro portão da Instituição, visualizei cerca de cem mulheres de camiseta branca e bermudas em tons de bege, divididas em vários grupos que pareciam se formar de acordo com a língua e dialetos.

Ao chegar à escola, as participantes da oficina já estavam na sala em que realizaríamos a atividade. Durante as semanas que se passaram, já sem Terencio e com outra parceira de leitura, Yasmin, mais nova que eu no projeto e que acabava praticando uma assistência, como também prestei no início de minha atuação, muitas das dificuldades nas dinâmicas de leitura surgiam da minha falta de experiência com inglês e na pluralidade de línguas das participantes presentes. Havia pouca participação de mulheres brasileiras nas rodas de leitura, o que, somada à visão do pátio e com experiências posteriores, parece elucidar “o acionamento de conexões, pautadas no parentesco e na nacionalidade” (BUMACHAR, 2010, p. 7) entre tais mulheres. As participantes estrangeiras se ajudavam para entender os poemas e textos, com poucos diálogos com as brasileiras, que também não ofereciam ajuda.

Essa memória é importante na pesquisa, porque elucidou a primeira constatação, mesmo que mais clara (porém não menos importante) entre as diferenças das mulheres presas em *unidades prisionais para mulheres* e a *conexão entre mundo e prisão*, num sentido de relações internacionais entre diversos Estados. Apesar de tantas distinções entre os mundos aos quais essas mulheres pertenciam, muitas do “primeiro mundo” (tinham vindo da Alemanha e Dinamarca, por exemplo) e outras de “segundo mundo”, brasileiras e sul-americanas, em geral, perante alguma lei mediadora das leis de cada país, essas mulheres eram parecidas. Tratar-se-ia da *penalidade neoliberal* (Wacquant, 1999).

A segunda memória da PFC está ligada a questões de campo e segurança ao pesquisar em situações que tornam as porosidades da prisão menores sob a perspectiva do medo.

No mesmo ano, em 2010, prestei assistência à Natália Corazza Padovani (PPGAS-UNICAMP) nos trabalhos de campo nessa unidade. A partir desse contato, me aproximei da Pastoral Carcerária (PCr) e participei informalmente de duas atividades com tal instituição.

---

<sup>12</sup> O Massacre referido ocorreu em 02 de outubro de 1992. Esse tema será abordado no capítulo 3.

Na Festa das Nações, realizada em outubro daquele ano, a presença das diferenças entre as mulheres em situação de prisão ficou não apenas mais evidente, como foi constatado que a unidade prisional reconhecia tais distinções e, num caráter distinto do cotidiano, permitia danças e fantasias, além de um desfile para cada país. Uma interna de cada país, presente através da prisão, em um espaço institucional brasileiro com conexão direta à *penalidade neoliberal*, era escolhida para desfilar com a bandeira do país, tendo ao fundo o seu som nacional.

Além do reconhecimento de tais diferenças, na Festa das Nações pudemos verificar não somente um relaxamento de regras em torno dos corpos e contatos das mulheres gestadas, como também um espaço de contato ente a equipe administrativa e dirigente da prisão e as mulheres em situação de cárcere, através de elogios e brincadeiras, que divergiam de outras situações em que as distinções dos dois grupos primordiais da prisão eram gestadas de outra maneira, ainda que dinamizados na *informalidade e formalidade* (DIUANA, 2008). A presença da PCr na festa também era interessante, porque os encontros dos voluntários com as mulheres sentenciadas comumente ocorrem num clima de conversas individuais.

Além dessas questões importantes para reflexão, há outra que se insere no campo, a partir da relação não apenas entre pesquisadora e entrevistada, como também nos remete às noções de verdade e versões, ao realizarmos entrevistas e trabalharmos com narrativas de vida. No emaranhado de causos e caos em que as histórias da e na prisão se inserem, essas noções precisam ser vistas em perspectiva da prática e discurso caracterizado por um dinamismo, que remete às noções de *fachadas*, propostas por Goffman (2011) em *A representação do eu na vida cotidiana*. Afinal, uma entrevista tem caráter institucional. Na festa, por exemplo, observamos uma aproximação de uma das entrevistadas por Natália Padovani com uma *semelhante*. A entrevistada, dias antes, se posicionou na reunião de trabalho proposta pela pesquisadora contra o relacionamento entre duas mulheres lá dentro se e ou quando alguma delas é casada fora da prisão. Tal observação, na festa, mereceu atenção como manifestação de um vínculo que fugia do que parecia uma prescrição entre as sentenciadas, assim como frisou que a forma discurso da entrevistada nos importa em caráter comparativo à prática, não numa perspectiva julgadora, como se a entrevistada não dissesse a verdade, mas que revela que os discursos na prisão se desdobram e se moldam de acordo com as circunstâncias e que se pode traçar estratégias de fuga em relação àquele, justamente porque ele também é uma instituição, ao revelar poder, analisado como “um domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos.” (FOUCAULT, 1997, p. 110)

No fim de 2010, participei de outro evento organizado pela mesma unidade prisional em parceria com a PCr, a missa de Natal. Na ocasião, as manifestações dos vínculos individuais

e entre grupos aparentavam posições mais demarcadas, de acordo com uma formalidade, se comparadas às da Festa das Nações.

No final da missa, olhamos para fora da capela e havia grupos e mulheres dispostas individualmente no pátio que aparentavam estar em busca de algo. De repente, uma notícia chegou à Padovani: havia sumido uma tesoura pertencente a uma das empresas<sup>13</sup>, presentes na PFC. Se aquela tesoura não aparecesse, as *saidinhas*<sup>14</sup> certamente seriam prejudicadas. Quando comentei com Padovani sobre a tal tesoura, ela me disse: “Coitada de quem for achada com essa tesoura.” Dias depois Padovani me contou que a tesoura foi achada longe de qualquer suspeita.

Essas situações de tensão são previstas quando estudamos prisão. Os riscos são presentes nas bibliografias, além de já serem constituintes da representação social de encarceramento. Diante de conflitos na prisão, durante as visitas com a Pastoral, deparei-me com posturas de  *fingir que não vi*, assim como demonstrar surpresas quanto a afirmações e termos já conhecidos. Há certa *performance* na pesquisa etnográfica mediante ao estatuto e meio de entrada. A legalidade das prisões e sua formalidade são manejadas individualmente por trabalhadores da equipe dirigente<sup>15</sup>.

Em 2013, passei a frequentar uma unidade prisional como agente da PCr. Ao entrar no pátio do primeiro pavilhão da Penitenciária Feminina de Sant'Ana (PFS), a primeira coisa em que pensei depois de olhar foi que era *uma pena* não poder registrar uma foto. “Se pelo menos eu soubesse desenhar...”, pensei. Meu castigo ao entrar ali era não poder fotografar?

Em algumas memórias da Penitenciária vizinha, a Penitenciária Feminina de Sant'Ana, há questões que são interessantes para pensar o campo etnográfico e os percursos desta pesquisa. Uma delas tem certa semelhança com a situação descrita acima. A presença de objetos que servem de arma são presentes nas cadeias, mas funcionam como segredo.

Essa lembrança se refere a maio de 2013, numa manhã de sábado, e, talvez, à mais intensa sensação de medo que tive na PFS. Entrando sozinha no Pavilhão 1, pois as minhas companheiras de voluntariado da PCr, Dona Zilda e Suzana ainda não haviam chegado, as

---

<sup>13</sup> A PFC, como outras unidades prisionais, mantém parcerias com empresas, cuja força de trabalho é oriunda das sentenciadas.

<sup>14</sup> Indulto de natal.

<sup>15</sup> Tentando realizar um pré-campo através de informantes da equipe dirigente de uma unidade prisional, uma funcionária que poderia permitir ou não essa informalidade, portanto a gestava, negou essa possibilidade e me disse que nada que acontecesse durante minhas idas à prisão poderia ser documentado, inclusive conversas com funcionários.

agentes de plantão conversavam bastante a ponto de não ouvirem meu “bom dia” e abrirem o portão.

O terceiro andar daquele pavilhão estava muito cheio. Essa multidão me preocupou porque, segundo as informantes do grupo de mulheres em situação de prisão, naquele andar moravam apenas *irmãs* e *cunhadas*, “mulheres assim conhecidas por estabelecerem vínculos afetivos com homens relacionados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), presos ou não<sup>16</sup>” (FERRAZ DE LIMA, 2013, p. 13), e segundo tais informantes, as *irmãs* e *cunhadas* ficavam no corredor somente quando a cadeia *tava pra virar*<sup>17</sup>.

Não avistei nenhuma das mulheres com quem conversava. Não via nem Ana nem Gabriela. Fiquei perto de uma cela no térreo, reparando se avistava uma das duas. Enquanto eu observava, meio sem graça, o andar do pavilhão em que eu estava e dava “oi” para quem eu conhecia, alguns colchões desciam nas mãos de mulheres do primeiro andar para o térreo. Olhei para a cela que dava para a galeria, a saída, e percebi que as agentes de segurança prisional, que ficam naquele portão, estavam mais longe, em frente ao *Portão um ímpar*<sup>18</sup> e, então, decidi que se os “colchões continuassem descendo” nos próximos dez minutos, eu tentaria passar pelo portão. Assim, precisava me aproximar dele.

Quando eu estava chegando ao portão, em uma das celas vi uma mulher, do grupo das vigiadas, com uma faca pequena de cozinha, com serra e cabo azul, na mão. Continuei perto do portão e, quando Dona Zilda chegou, eu contei para ela o que aconteceu. Ela me disse: “Fique tranquila, eles não deixam a gente entrar, quando tem alguma história assim.”

Mais tarde, já no pátio e ao sol, coincidentemente ou não, a roda de conversa em que eu e Dona Zilda estávamos tinha como pauta a *cadeia virada*. Não sei como comecei a contar o que tinha visto para Rita, que não me entendeu e começou a me questionar. Com medo, menti e disse que não tinha falado “faca”. Rita, naquele dia, estava bem confusa e, conforme Dona Zilda disse, poderia estar *fora do normal*<sup>19</sup>.

Lá fora, depois que saímos do pavilhão, que permaneceu *desvirado*, Dona Zilda me disse que:

---

<sup>16</sup> De acordo com Ferraz de Lima (2013, p. 13), “namoradas, noivas, companheiras, esposas, independentemente da denominação que se dava àquela relação amorosa com estes homens as mulheres podiam ser chamadas de cunhada. Seja como for, nenhuma relação de aliança baseada em consanguinidade prescrevia essa nomeação.”

<sup>17</sup> *Virar* significa, de acordo com as informantes, rebelião.

<sup>18</sup> Todos os pavilhões são divididos em par e ímpar. Assim, a PFS tem três pavilhões pares e três ímpares. Os portões dos pavilhões com lados opostos, complementares, são de frente um para o outro. Muitas mulheres conversam por ali e passam recados.

<sup>19</sup> Dona Zilda quis dizer que Rita havia cheirado cocaína.

(...) tem coisas que não se falam. Você que fingir que não vê certas coisas pra você mesma, falar então é um absurdo. O que você disse poderia ter causado uma intriga e alguém poderia se machucar por uma bobagem sem ter rebelião nenhuma. Esse papo de rebelião às vezes é pra nos assustar.

Essas lembranças tiveram o objetivo de apontar questões da cadeia vivenciadas pela pesquisadora a partir de seu papel externo à prisão, bem como a posição demarcada pelo meio de entrada nas instituições prisionais. As entradas durante as etnografias foram como mediadora de leitura, assistente de pesquisa, agente da Pastoral Carcerária, aos sábados, e, posteriormente, como condutora de práticas de yoga, também via PCr.

Entrar solta numa prisão não é confortável. Durante o período de campo etnográfico, um peso (como sinônimo de sensação ruim) relatado por tantas informantes de vez em quando chegava até mim, repentinamente. Outras vezes, ao ir embora de um dia de campo ou responder ao que fiz no fim de semana, no ano 2010, era mais difícil que em outros. Nos anos 2013 e 2014, essa sensação começou a ser amenizada pela constância de idas e, internamente, por um consequente costume de passar por e tentar não pesar mais tal situação.

Ao entrar na Penitenciária Feminina de Sant'Ana, em fevereiro de 2013, tive acesso aos pavilhões e pátio. Essa visão, por mais que eu já tivesse entrado na Penitenciária, em 2010, para realização do Projeto Leitura, ainda não tinha sido permitida, porque, naquela unidade, as oficinas eram realizadas na parte da frente da escola penitenciária, que dava para a rua.

Quando entrei no pátio, naquela manhã de muito sol e céu azul, distintas músicas passavam pelos ouvidos, através de rádios e de bocas, cantorias individuais ou das rodas de reunião espalhadas pelo espaço de sábado: visitas religiosas de distintas igrejas.

Ainda sem falar com ninguém e receosa, como voluntária da Pastoral Carcerária, o que tomou conta de mim foram aquelas inúmeras janelas e lençóis, chacoalhados pelo vento, esperando secarem para mais tarde alguém deitar. Essa imagem das janelas já era conhecida em fotos, mas em movimento se distinguia, porque quem ficava lá dentro, naquele dia, estava ali fora.

A experiência de permanecer entre duas e três horas, aos sábados, naquele pátio, durou mais ou menos quatro meses. Depois disso, ainda pela PCr, passei a frequentar essa mesma unidade, o espaço escolar, em dias de semana, como assistente de oficinas de yoga, com Mara, a missionária que conduzia essa atividade. Nesse tipo de interação, permaneci até o fim do primeiro semestre de 2014, sendo que durante seis meses conduzi, com outra voluntária da Pastoral, Luisa, as oficinas de yoga, já que Mara havia entrado de férias e retornado aos Estados Unidos, sua terra natal.

Foi durante as observações de antes e depois dos plásticos coloridos e encardidos que nos protegiam do cimento batido, nas posições de yoga, e do esforço para manter o silêncio, ao exercitarmos a respiração, que passei a me interessar pelos vínculos construídos, evitados, insistidos, em discurso e em prática que eram possibilitados e mantinham um estado de potencial naquele ambiente entre mulheres presas e mulheres guardas. Havia agentes penitenciários, especialmente dois, Gilmar e Marcos, com quem eu conversava formalmente. Mas o vínculo físico, de perto e mais falado, ocorria entre as estudantes da escola, as trabalhadoras nas fábricas e as três agentes penitenciárias que conheci. Duas, Jandira e Leticia, permaneciam no andar de baixo, onde duas oficinas de trabalho funcionavam. Outra delas, Heloísa, mantinha sua posição na escola, no andar de cima, ao lado da biblioteca e perto de outra sala de trabalho e da sala em que a yoga era praticada. Duas monitoras tornaram-se primordiais para essas observações: Dina e Maísa. Elas permaneciam na escola e na biblioteca, e eram responsáveis pelas entregas de autorizações para a vinda das mulheres que faziam as atividades de yoga.

Um ambiente em que, diferentemente do pátio e pavilhões, a conversa entre Agentes de Segurança Penitenciária (ASP) existia e tinha diferentes vetores. Nesse espaço, a palavra "senhora" existia, mas vinha certas vezes com risadas. E, em meio a esse crescente interesse, uma notícia, por meio de uma rede de informantes, externa a esse espaço, chegou até esta pesquisa. Teresa, após me passar o contato de Lena, que eu já sabia que era egressa do sistema penitenciário paulista, me disse que ela era casada com Madá, uma agente de segurança penitenciária.

Naquela ocasião, a escolha foi de trabalhar com relatos de algumas ASPs e de determinadas egressas, para pensar os vínculos entre esses dois grupos primordiais de uma unidade prisional. Assim, continuei com as entrevistas com outras informantes e pretendia entrevistar Lena e Madá. As contribuições das informantes Ana e Gabriela estão presentes neste trabalho por conta das questões cotidianas que me apontaram em nossas conversas, durante os primeiros quatro meses de pesquisa, os tempos de pátio, e que, além de se apresentarem como outras construções e interpretações individuais de experiências sociais (KOFES, 2002), elucidam questões de memórias de Lena. Já as contribuições de Mariana nortearam mais uma vez a existência de laços familiares entre bandidas e polícia.

Além dessas, experiências narradas e vividos por outras mulheres do sistema permeiam esta pesquisa, elucidam as memórias que tento retomar e analisar, em caráter de situações de encontro e vivências, nas unidades prisionais em que estive.

Há, ainda, muitas contribuições de outras mulheres: agentes voluntárias da Pastoral Carcerária e Missionárias, que possuem um trabalho religioso e uma intervenção política em suas construções, através de seu voluntariado e trabalho na prisão.

## II. Situando o objeto

A dificuldade do leque de estudos da prisão é definir não apenas quais são as partes do interesse da pessoa pesquisadora, como também a sua sequência ou combinação do contínuo de relações que podem ser estabelecidas, mesmo mediante tantas rupturas, procuradas, ansiadas e enfrentadas. Prisão, nesse sentido não é um tema. Há temas *percorríveis* nela, assim como trajetórias. A grande contradição de estudar prisão é que esses temas não são rígidos. São chaves de uma fechadura em constante construção.

Como a carga emotiva está sempre presente nas questões criminais, a punição mobiliza outras instituições sociais, e um público além do especializado. Diametralmente contraposto à inflamada reação popular, o discurso jurídico tende a parecer frio e racional. Mas, a todo o tempo, as paixões estão presentes no jogo da punição: no processo legislativo, na mídia, na reação popular, na individualidade dos operadores do direito, no choro das vítimas, na abordagem policial, no sofrimento dos condenados. (BRAGA, 2014, p. 72)

A chave experimentada nesta pesquisa parte de uma relação emocional que funcionou em algum dentro e funciona, até hoje, num fora, marcada por lutas de e contra poder, questões de gênero, sexualidade e classe social. Através de uma espécie de *causo*, que abalou as relações de ambas as personagens, buscaremos pensar nas relações individuais entre mulheres da *equipe dirigente* e da *população vigiada* de uma prisão, permeadas pelas questões cotidianas, discursivas dessas instituições, assim como suas informalidades e práticas, nem sempre obedientes ao discurso institucional dos dois grupos, mas também considerando sua porosidade, a partir de questões e moralidades sociais externas à prisão, que podem se articular ou não com ela, como regras que pertencem também *ao grupo dos soltos* .

A tentativa é de mostrar que o ambiente prisional, em suas dinâmicas, tem espaços suscitadores de separação, mas também de aproximação. A distância entre agentes penitenciárias e mulheres em situação de prisão não é natural. A constatação de relações e redes entre grupos opostos estruturalmente nos ambientes prisionais nos faz pensar também nas construções possíveis para uma aproximação.

No limite, essa dissertação trata da explosão, legal e ilegal, formal e informal, que está nas falas em torno das prisões, antes e depois de uma *experiência assim*, em diferentes abordagens e perspectivas. É ao mesmo tempo da porosidade da prisão assim como da sua institucionalidade rígida que o objeto desta pesquisa parte. Considerando a distância histórica entre os dois grupos primordiais constituintes de uma prisão, portanto, esta dissertação tem como indagações principais os mecanismos de distância e aproximação entre os indivíduos que compõem categorizações opostas, mas semelhanças, a partir de estigmas que rondam as prisões e ações consideradas transgressoras.

Nos tempos, nos pátios, nas janelas e nos varais: quantos dramas em trama estão ali?

Utilizaremos histórias de vida de duas mulheres que elucidam estas questões: a de uma agente do sistema prisional, que hoje está afastada por licença médica, Madá; e a de Lena, uma egressa do sistema penitenciário paulista. Nesse sentido, a prisão funcionará como espaço de memória.

Bosi (2003), em *O tempo vivo da memória*, nos informa que “é do vínculo com o passado que se extrai a força para formação de identidade.” (BOSI, 2003 p. 16). A autora também nos atenta que o pesquisador, que sugerimos chamar de pessoa *em situação de pesquisa*, deve considerar e interpretar a lembrança e o esquecimento. Haveria, dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo. As distâncias, acionadas por relembrar fatos, cedem lugar à reformulação e reconfiguração desses a quem lembra.

Essa dissertação, assim, correrá junto a essas distâncias temporais entre os depoimentos. E o interessante é que ambas as entrevistadas apresentarão, entre outras, lembranças de quando estavam em posições distintas na prisão.

A partir dessas memórias sobre distâncias e sobre a distância que Mariza Côrrea (1983) nos revela em *Morte em Família*, entre a classe de agentes jurídicos e a classe dos julgados, pretendemos mostrar outra relação entre estes e uma nova figura estatal que surge na prisão, momento de concretização da pena: a classe trabalhadora das instituições prisionais.

Pretendemos, com isso, discorrer sobre essas duas classes do ambiente prisional não como iguais, mas também *não tão desiguais, menos distantes* do que o grupo que determina esse encontro. Através de relações que surgem na prisão, entre agentes de segurança prisional e sentenciadas, percebemos que as trajetórias de indivíduos pertencentes a esses dois grupos, num contexto discursivo de dicotomia e repulsa, pode explodir mediante as semelhanças de condições sociais, orientadas por marcadores de diferença em comum e rotas de fuga de tais discursos.

É desse fôlego que pretendemos partir até chegarmos ao ápice das aproximações explosivas: uma experiência que elucida e excede essa possibilidade, o *caso Madalena*. A prisão surge como espaço de encontro entre uma e outra classe, no sistema de manutenção de normas e as sentenciadas.

Na primeira parte deste trabalho, apresentarei, sob e sobre questões de classe social, as construções da noção de crime nas ciências sociais e um panorama sobre como determinadas instituições, como justiça, polícia e prisão foram sendo construídas pelo imaginário brasileiro ao longo dos tempos. Partiremos de apontamentos de autores clássicos, como Durkheim, Marx e Tarde, sobre crime e sociedade. Acompanharemos a fundação moderna dos sistemas punitivos, com base nos estudos de Michel Foucault até chegarmos a alguns especialistas da prisão e crime, em diálogo com a sociedade por outras perspectivas além da criminologia, e que vinculam a história da prisão a outra, a uma história da culpabilidade da pobreza (MISSE, 2011; SALLA, 1999).

Na segunda parte, a tentativa é de apresentar um panorama das prisões femininas e de estudos de gênero, para depois juntá-los em questões etnográficas e teóricas no que tange a *mulheres trabalhadoras* do sistema penitenciário e *mulheres moradoras* de sistema penitenciário. Partindo da perspectiva da prisão como um ambiente social poroso, passaremos pelas reflexões de Goffman (1980; 1992; 2011) em torno das instituições e teremos como referências alguns dos variados estudos etnográficos da prisão.

Finalmente, para abrir ao debate de história e influência da prisão nas trajetórias de indivíduos, já que “a história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSI, 2003, p. 15), para abrir o debate de história e influência da prisão nas trajetórias de indivíduos, na terceira parte, duas histórias de vida serão analisadas para, depois, serem entrecruzadas. Partiremos, então, da história e memória de Madá, uma agente do sistema prisional paulista, e da história e memória de Lena, egressa do sistema prisional paulista, com o intuito de acessarmos essas experiências.

Por fim, com o muito fôlego característico da história dessas duas mulheres juntas e suas memórias sobre a prisão, pensaremos suas conjunturas. A partir de apontamentos sobre *especificidades compartilhadas*, suas relações serão ancoradas em marcadores de diferença bem como em *marcadores de distância*.

## **CAPÍTULO 1. Crime e Punição: configurações de tragédia e estratégia sociais**

A minha intervenção situa-se num plano de debate um pouco distinto daquele que procura estabelecer o diagnóstico e a terapêutica de um problema social. É que se a prisão é certamente um problema social, há que não perder de vista que é também um problema teórico. (CUNHA, 2002, p.1)

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um ‘estado mais’ policial e penitenciário e ‘menos estado’ econômico e social que é a própria causa da escalada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto no primeiro mundo como do segundo mundo. (WAQUANT, 1999, p.4)

### 1.1) Primeiras abordagens sociológicas

Se entrarmos, depois da era da justiça inquisitória, na justiça examinatória, se, de uma maneira ainda mais geral, o procedimento do exame pôde estender-se tão amplamente à sociedade toda, e dar lugar às ciências do homem, um dos grandes instrumentos disso foi a multiplicidade e o entrecruzamento preciso dos diversos mecanismos de encarceramento. Não quer dizer que da prisão saíram as ciências humanas. Mas se elas puderam se formar e provocar no êpistemê todos os efeitos de profunda alteração que conhecemos, é porque foram levadas por uma modalidade específica e nova do poder: uma certa política do corpo, uma certa maneira de tornar dócil e útil a acumulação de homens. Esta exigia a implicação de correlações definidas de saber nas relações de poder: reclamava uma técnica para entrecruzar a sujeição e a objetivação: incluía novos procedimentos de individualização. A rede carcerária constitui uma das armaduras desse poder-saber que tornou possíveis as ciências humanas. O homem conhecível (alma, individualidade, consciência, comportamento, aqui pouco importa) é o efeito objeto desse investimento analítico, dessa dominação-observação. (FOUCAULT, 2009, p.288-9)

As transformações na maneira, prática e justificativa discursiva de punição entre os séculos XVIII e XIX forneceram arcabouço para mudanças no estatuto da figura criminosa e, conjuntamente, espaço para reflexão sobre criminalidade.

Ao longo da história das ciências sociais, o crime parece um ser e uma prática articuladores entre antropologia, sociologia e política, no que diz respeito a temas abordados. Embora não consagrada como principal preocupação de autores clássicos das ciências sociais, debruçados em análises das sociedades complexas, ocidentais e industriais respectivamente de acordo com cada área, esse tema foi abordado desde a fundação da disciplina sociologia, na obra *O Suicídio* de Émile Durkheim, autor também consagrado entre outros pela construção da Antropologia como área de conhecimento científico. O crime esteve presente em reflexões políticas e discussões a respeito do capitalismo de Karl Marx em *O Capital* e, também, nos estudos desenvolvidos por Gabriel Tarde em *A opinião e as massas*.

Com o passar do desenvolvimento de cada frente das ciências sociais, o estudo sobre o crime continuou presente, ganhando cada vez mais espaço através de pesquisas quantitativas, etnografias e revisões bibliográficas. A personagem criminosa, nas primeiras análises sociológicas, esteve, muitas vezes, com seu gênero e sexo indefinidos por uma ciência que se preocupava com a relação entre indivíduo e sociedade.

Émile Durkheim foi contemporâneo de uma geração de criminologistas clássicos e positivistas. Com o intuito de diferenciar a sociologia das demais ciências, ao estudar o crime, pontuou uma natureza distinta. Seria, para sua teoria, a consciência coletiva o grande identificador e delator de um crime. Nenhuma ação seria criminosa em si, mas sim quando a sociedade a identificasse como tal. É nesse íterim que surgiria o crime: no fermento à consciência coletiva. Diferentemente da transgressão moral, fluida, a ação criminosa ofende numa intensidade e com precisão. Durkheim delimitou o crime, contextualizando-o histórica e culturalmente em sua obra *Da Divisão Social do Trabalho*.

A partir disso, Durkheim defendia que o crime, por estar presente em todas as sociedades, em tempos e espaços distintos, ao invés de anomia, faria parte de uma *sociedade saudável*. Um aumento alarmante das taxas de criminalidade é que ultrapassaria esse *estado normal*, tornando-se uma *patologia social*. Quanto à punição da ação criminosa, a posição teórica desse autor consiste em uma resposta para a sociedade diante de uma atitude que fere sua consciência.

Segundo Sítia Soares Helpes (2014), Marx, em *O Capital*, além de ter criticado o direito “com base em ideais burgueses, analisou o caráter adquirido pelas prisões com o surgimento do capitalismo e atribuiu ao criminoso um papel histórico e social, marcado pela sua contribuição para as forças produtivas” (HELPS, 2014, p.27). Assim, através do método do materialismo dialético, o autor analisou a criminalidade de maneira distinta das escolas clássicas e positivas, que a centravam sob uma base patológica.

Outra teoria combatente de determinismos biológicos oriundos dos séculos XVIII e XIX é do sociólogo Gabriel Tarde, na obra *A opinião e as massas*. Nesse período, segundo a criminologia clássica e positivista, fatores geográficos e raciais seriam cruciais para a previsão de crimes. Diferentemente dessa abordagem, esse autor defendeu a imitação como o início de relações sociais, mas, contraditoriamente, inconsciente nos indivíduos. Sua contribuição parece estar mais em outra elaboração teórica: a de crime coletivo. Esta instiga uma abordagem sobre o crime sob uma perspectiva social. (HELPE, 2014)

Os três autores consolidaram teorias e abordagens sobre criminalidade em contextos de transformações sociais e consolidação da disciplina sociologia. Juntos, podem auxiliar uma relação entre sociedade ocidental e segmentos sociais. De maneira sucinta, pode-se relacionar Durkheim ao questionamento sobre uma sociedade normal e patológica; Marx, à diferença de classes e crime contra a propriedade típicas do Capitalismo; e Tarde, ao crime coletivo,

cometido por multidões, ocupantes do mesmo espaço físico ou público, pessoas que compartilham de uma mesma opinião.

As abordagens desses três autores, que retrataram o crime nos primórdios da consolidação da Sociologia, podem ajudar a traçar um panorama de características punitivas e sociais das sociedades modernas.

## 1.2) Um criminoso criado pela prisão: a figura delinquente

Considerando o estudo de prisão uma maneira de verificar dinâmicas da estratificação social numa sociedade dividida em classes, podemos partir do Direito moderno e de sua principal questão, a propriedade, como consequência da ascensão burguesa nas definições de liberdade. Na abordagem de Foucault sobre punição, em *Vigiar e Punir*, nesta mesma transição histórica, um novo poder de classe foi desenvolvido: a colonização da instituição jurídica.

Nesse sentido, as filas prisionais contemporâneas (CUNHA, 1987) são baseadas em uma divisão de classes, e também de luta, como referiu Marx, oriunda desse período e, de certa forma, lembram aglomerados geográficos aos quais a criminologia clássica atribuiu riscos de criminalidade em potencial e determinista, as periferias urbanas. O período da solidificação da sociologia e de mudanças sociais permeou reflexões sobre criminalidade.

Na modernidade, a prisão já não era novidade, já que no período medieval as prisões serviam como momento de a *pessoa criminosa* aguardar sua pena, podendo ser esta paga através de trabalho forçado ou capital. Porém, foi no século XVIII que a prisão passou a ser o espaço de pagamento da pena, a privação da liberdade. Com esse processo, as penas anteriores foram sendo substituídas na centralidade da punição.

A prisão tornou-se a peça chave no conjunto de punições e marcou um ponto importante na história da justiça penal: seu acesso à humanidade (FOUCAULT, 2009). Na transição dos séculos XVIII e XIX, o poder de punição passa a ser definido por uma nova legislação. Tratar-se-ia de uma função geral da sociedade. O aparelho judiciário conquistado foi apresentado como autônomo e igualitário, mas era investido por assimetrias das sujeições disciplinares.

Um duplo fundamento, jurídico-econômico e técnico-disciplinar, mostrou e defendeu a prisão como a forma *mais civilizada* de todas as penas, assim como a *mais imediata*. Essa duplicidade no funcionamento teve uma eficácia dupla também, uma punição imediata e sólida. A pena encarcerada, desde o início do século XIX, conseguiu recobrir não somente a privação de liberdade, como a transformação técnica dos indivíduos.

Segundo Foucault, a obviedade da prisão se fundamenta primeiramente na forma simples da privação da liberdade. Nessa sociedade, moderna, a liberdade é um bem pertencente a todos os seus entes e existente por um sentimento universal e constante. Sua perda teria, assim, o mesmo preço para todos, e diferente e melhor que a multa, é o castigo igualitário.

Em seguida a prisão, que possibilitou quantificar exatamente a pena, atingiu uma forma salário, o que constituiu, nas sociedades industriais, sua obviedade econômica. É nessa retirada de tempo do condenado que a prisão traduz concretamente a ideia de uma infração que lesou, além da vítima, a sociedade inteira: “Daí a expressão tão frequente, e que está de acordo com as punições (...) de que a pessoa está presa para pagar sua dívida. A prisão é natural como é natural na nossa sociedade o uso do tempo para medir as trocas” (FOUCAULT, 2009, p. 231).

Além da privação da liberdade, sucesso e ação imediata, outra característica passou a fazer parte da instituição carcerária, numa velocidade menor, conforme o processo de sua consolidação entre os séculos XIX e XX. A prisão tornou-se um instrumento de modulação da pena. A sua eficácia na tarefa regeneradora à sociedade se consolidaria através desse controle, que se ajustou à transformação útil do detento no decorrer de sua condenação:

Se a pena deve ser individualizada, não é a partir do indivíduo-infrator, sujeito jurídico de seu ato, autor responsável do delito, mas a partir do indivíduo punido, objeto de uma matéria controlada de transformação, o indivíduo em detenção inserido no aparelho carcerário, modificado por este ou a ele reagindo (FOUCAULT, 2009, p. 232)

Essa espécie de duplicidade julgadora, cujo objetivo é acompanhar a regeneração do apenado, dá e instaura a autonomia do julgamento penitenciário, e, segundo Foucault, a avaliação do tribunal não passa de uma maneira de prejulgar. O juiz, assim, precisa de um controle retificado das avaliações do julgamento penitenciário. E justamente aqui pôde e foi instaurado o conjunto de excessos em relação à detenção legal do carcerário em relação ao judiciário.

Foucault pontua que, no século XIX, esse processo, em que a penitenciária adquiriu sua função, legitimação e importância social, resultou numa nova criação: o juiz da aplicação de penas.

Além da execução da pena, tornou-se a prisão local de observação dos indivíduos punidos, mas, para além de vigilância. Também foi instaurada a necessidade de conhecimento de cada detento, seu comportamento, disposições profundas e progressiva melhora, transformando esse espaço em um local de formação para um saber clínico sobre os condenados.

O *Panóptico penitenciário*, além de arquitetônico e facilitador de vigilância visual e controle, é também um sistema de documentação individualizante e permanente e objetiva fazer da prisão um local de constituição de um saber que serve de princípio e regulamento para o exercício da prática penitenciária.

Nessa observação e registro, outras variáveis são levadas em conta, as quais, no início do processo regenerador da pessoa apenada, não foram consideradas. Em outras palavras, se das mãos da justiça a prisão recebeu um infrator, de acordo com esse processo, a instituição carcerária tem o objetivo de acompanhar um delinquente. Essa nova personagem criada não tem seu ato criminoso como a grande prioridade de análise, mas sim sua vida toda.

A operação penitenciária deve totalizar a existência desse indivíduo, tornando seu espaço físico palco para um teatro artificial e coercitivo. Os laudos e acompanhamentos são fabricações de biografias e mapeamentos de estágios da delinquência e, incisivamente, da afinidade do criminoso com seu crime. A figura delinquente é, por excelência, manifestação do fenômeno global de criminalidade: “A técnica penitenciária e o homem delinquente são de algum modo irmãos gêmeos” (FOUCAULT, 2009, p. 241)

A justiça penal definida no século XVIII pelos reformadores traçou duas linhas divergentes de objetivação do criminoso: a dos caídos do pacto social, série dos monstros, e a do sujeito jurídico requalificado pela punição. A criação do sujeito delinquente, entretanto, permitiu a união das duas linhas e a formação de um indivíduo no qual o infrator da lei e o objeto de uma técnica científica se superpõem, sob o crivo da medicina, psicologia e criminologia.

### **1.3) Um punhado da tríade polícia-justiça criminal-prisão**

Terminada a era shakespeariana em que a soberania se defrontava com a abominação num mesmo personagem; breve começará o melodrama cotidiano do poderio policial e das cumplicidades que o crime estabelece com o poder (FOUCAULT, 2009, p.268).

Há mais justiça na ponta de um cassetete do que na decisão do juiz. (RICHARDSON, 1970 *apud* SOUZA, 2006).

A instituição prisional passou, desde sua fundação, por diversas configurações, tornando-a complexa e com sua autonomia legitimada, conforme já descrito. Foi com esse

processo, longo e contínuo, que as formulações a respeito da criminalidade também sofreram mudanças. É preciso pensar em pena e estrutura social.

“O facto da ligação prisão/crime não ser linear motivou desde há muito análises da relação entre prisão e sociedade que saem do paradigma estreito do crime/castigo” (CUNHA, 2000, p.10).

O sistema carcerário substituiu o infrator pela figura delinquente, além de ter afixado sobre a prática jurídica um horizonte de controle sob esta. Tal processo de criação da delinquência personificada passou a ser articulada pela polícia, que dissocia as ilegalidades e delas isola a delinquência.

A delinquência, portanto, se trata de uma ilegalidade dominada ao tornar-se um agente para a ilegalidade de grupos dominantes:

Os tráficos (...) de droga, mostrariam (...) esse funcionamento da delinquência útil: a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Este é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades (FOUCAULT, 2009, p.265)

Nessa representação de um desvio de ilegalidade para circuitos de lucro e poder ilícito da classe dominante, a delinquência permite também uma vigilância perpétua da população através da polícia.

Prisão e polícia formam um dispositivo geminado, pois atuam incisivamente na diferenciação das ilegalidades. Na ilegalidade, o sistema polícia-prisão significa uma delinquência manejável. “A vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão” (FOUCAULT, 2009, p.267).

A justiça criminal funciona, nesse sentido, como um instrumento de controle diferencial das ilegalidades. É um ponto de troca numa economia das ilegalidades, que não conta, conforme visto, apenas com infratores e delinquentes reconhecidos juridicamente. Haveria, segundo Foucault, além de diferenciação de ilegalidades, controle e colonização na utilização de algumas delas pela ilegalidade de classes dominantes.

#### **1.4) O delinquente à brasileira**

A delinquência formulada por Foucault pontuou a necessidade de pensarmos em poder e colonização das ilegalidades numa perspectiva de estrutura social, a partir de suas diferenças.

Misse (2010) criou a categoria sujeição criminal. Nela, sob o pressuposto de que o Brasil possui especificidades do tratamento do criminoso, o autor informa que certos sujeitos são selecionados para a composição de uma ideia de propensão ao crime. Além disso, a possibilidade de recuperação de um criminoso parece estar ligada à ideia de pertença a classes dominantes. O bandido, como figura delinquente, está ligado a uma ideia de pobreza.

A relação entre a opinião pública a respeito da bandidagem foi abordada por Foucault através de análises de jornais com opiniões sobre os direitos dos apenados. Contemporaneamente, tem sido investido, numa parte da sociologia, o estudo da criminologia midiática, marcada por essa sujeição criminal das classes populares brasileiras.

Manuela Ivone da Cunha (2000) nos atenta ao fato que o estigma que se associa à possibilidade de reclusão pode ser determinado pela pertença a certos bairros, nos centros urbanos. A marginalização de certos bairros e classes é mais estrutural do que circunstancial nos noticiários televisivos da cidade de São Paulo.

Essa perspectiva assemelha-se à figura do bandido como irrecuperável e, desde seu nascimento, propenso ao mal. As biografias estudadas e pautadas elucidam essa perspectiva da criminologia clássica, num entrecruzamento com a condição social à qual pertence a figura delinquente. A classe social parece ser uma influência nesse discurso.

### **1.5) Uma criminologia de Colônia?**

As ciências sociais no Brasil, assim como outras áreas, têm-se aproximado, ao longo do século XX, das questões relacionadas a crime, polícia, prisão, poder público e segurança pública.

Salla (2006), em seu balanço preliminar sobre os estudos acadêmicos brasileiros sobre prisões, nos atenta ao interesse privilegiado, no século XIX, da Medicina associada à criminologia e ao Direito. Embora os cursos de ciências políticas e sociais tenham sido criados na década de 30, segundo o autor, o interesse pela prisão não existia ainda nessas áreas.

Os estudos prisionais nacionais tiveram início em 1970, mas somente após a redemocratização do país, na década seguinte, foi que a prisão se tornou nacionalmente uma

preocupação acadêmica. Com a criação de novas áreas profissionais, o cárcere aumentou sua possibilidade de visibilidade em pesquisas acadêmicas, como serviço social, psicologia, educação e áreas da saúde.

O autor apresenta desafios que, segundo ele, possibilitariam uma melhor produção acadêmica e diálogo com o poder público. Aqui nos interessam três deles. Em primeiro lugar, o autor aponta que os estudantes de prisão no Brasil utilizam sempre como referência teórica Michel Foucault e Erving Goffman e que seria necessário aliá-los a outras abordagens. Em seguida, trata da necessidade de um estudo sobre políticas de segurança pública com um campo especificamente prisional. Finalmente, o terceiro desafio se trata da integração das análises dos poderes. Ao retratar polícia, por exemplo, tentar-se verificar as três; federal, estadual e municipal.

Sob o ponto de vista histórico, as delinquências, além de objetos preferenciais policiais, tiveram diferentes tratamentos. Foram, em seu panorama, distribuídas em atos de insubordinação, como andar a noite, vadiagem, atentado ao pudor, jogo do bicho, embriaguez e exploração de prostituição, até “os crimes mais óbvios que ressaltam da consciência atual” (SOUZA, 2006, p. 60). Tais comportamentos constituíram uma manutenção da ordem social na República Brasileira entre 1889 e 1930.

O modelo de polícia preventiva foi construído a partir de um funil, no sistema de justiça criminal em que o policiamento não se constituía apenas pela identificação e encaminhamento dos indivíduos infratores, mas também por uma impressão de uma nova ordem social que alimentou todo um imaginário sobre crime e criminosos (ALVAREZ, 2003, *apud* SOUZA, 2006).

Sobre a análise da criminalidade, esta não se trataria de um retrato fiel do crime, porque faz parte do trabalho policial produzir dados sobre o crime e contribuir para a gestão pública dos riscos (ERICSON e HAGGERTY, 1997 *apud* SOUZA, 2006).

Eis o modelo de polícia preventiva, formulada em Londres no século XIX, e uma articulação entre trabalho e produção da polícia no âmbito de aceitação e reconhecimento público baseada no profissionalismo. Seus princípios eram aumento de poder para cada policial e aumento sobre seu trabalho burocrático.

Entretanto, sob pressão de produção, a polícia, historicamente, foi estimulada a uma eficácia, violando legalidades que deveriam orientar sua conduta profissional. O que Foucault chama de excesso carcerário assemelha-se a esse excesso policial, uma exacerbação de seus limites. Instaurada a guerra contra os criminosos, no fervor das teorias criminológicas baseadas

em biologia, os policiais deveriam ter múltipla ação na cena do crime e do palco do combate: deveriam ocupar o cargo de juiz e executor de pena, além de funcionários.

Simultaneamente, esse excesso parece ter sido percebido e não legitimado pelo sistema de justiça. Ao acompanhar algumas abordagens teóricas, a impressão que se tem, e que funciona como um desenho imediato ao pensarmos na polícia hoje em dia, é que mais uma divisão estava prestes a começar, pelo menos no Brasil: a divisão de classes, outorgada pelo termo hierarquia, no próprio campo disciplinar. Uma escala que vai de juiz ao policial.

No Brasil, uma cópia dos modelos preventivos foram incorporados pelo governo público em torno de 1850, a partir de reformas policiais cujos objetivos eram conter revoltas e hábitos populares. O centro dessa repressão social eram escravos e desordeiros.

No Estado de São Paulo, especificamente em 1906, houve uma reforma da polícia através do presidente Jorge Tiribicá, cujo emblema era “Polícia sem Política” (SOUZA, 2006). O que se passava a exigir era a necessidade de formação em Direito para se tornar delegado e Militar para ser da milícia, por exemplo. A formação policial, entretanto, continuou sendo na prática.

## **1.6) Uma tradição da polícia e justiça brasileira?**

Souza (2006) nos mostra que os levantamentos sobre crimes e as reformas na polícia na década de 30 do século XX eram pensados pelas elites políticas, autoridades e juristas republicanos de maneira diferenciada: os crimes violentos seriam produzidos por imigrantes e pela dissolução dos costumes promovida pela aglomeração humana nas cidades.

Em contrapartida, as estatísticas apontadas pelo autor revelam que o grosso das prisões resultava de conflitos cotidianos, gerados, como o autor sugere, *por uma quantidade enorme de fatores econômicos, sociais, culturais e políticos*.

A prática e o discurso realizavam ali a sua natureza: a da incongruência. Formava-se, por um lado, um cientificismo da polícia e do criminoso em favor da civilização e combate ao crime de sangue, embora o policiamento preventivo tivesse mais efeito sobre os costumes populares e os crimes mais comuns fossem furtivos.

Em relação aos mecanismos policiais, utilizavam-se informações de pessoas criminosas habituais e reincidentes para aumentar o número de chances de condenação. Os privilegiados dessa fila eram indivíduos mais policiáveis (SOUZA, 2006): anarquistas, ex-escravos,

trabalhadores ocasionais, bêbados e prostitutas. Certos bairros também eram mais desconfiantes.

De acordo com esse autor, o estabelecimento da República no Brasil foi o momento propulsor do papel extralegal da ação policial. Emaranhada em o discurso criminológico nacional, mas cujas referências eram de outros países, e uma nova situação social, a polícia lançava sua tradição de representação: uma forma de justiça rápida e desigual para grande parte da população.

Como sugere Rolim (1999), existiu, a partir do século XX, após o fim do Estado-Novo e fim da Segunda Guerra Mundial, uma *culpabilização* da pobreza no pensamento jurídico-penal brasileiro. Portanto, se antes a prática de vigilância policial já pressupunha a ideia de pessoas mais policiáveis que outras, a partir de novos processos, globais e nacionais, essas tendências em relação ao outro como criminoso passaram a ficar mais sólidas e tornaram-se mais complexas. As frustrações sociais nesse período perduraram e a classe de criminosos no pensamento jurídico-penal brasileiro tornava-se mais aparente e certa: eram os pobres.

Após dois marcos sociais, o fim do Estado Novo e da Segunda Grande Guerra, sensações e expectativas, bem como na Proclamação da República, sobre mudanças na sociedade brasileira, influenciaram as reflexões jurídicas sobre o crime e seus sujeitos.

Nesse novo período a ser abordado, é possível falar sobre uma crença, por parte das populações urbanas, de uma integração breve ao Primeiro Mundo. A década de 50 foi o momento de pavimentações nacionais, implantações de sistema de esgoto e uma arquitetura moderna. Ao mesmo tempo, havia outro cenário dentro e fora desse grande palco.

As classes populares tinham dificuldades de oportunidade de emprego estável e oscilavam entre o desemprego e subemprego. Entre 1950 e 1980 o Brasil, se tornaria uma sociedade urbano-industrial numa estrutura marcada por desequilíbrios e desigualdades.

Os movimentos migratórios aos centros urbanos, em busca da modernização, ocultavam condições adversas e os segmentos sociais recém-chegados do campo às cidades, nas décadas de 1940 e 1950, se fixaram muitas vezes em condições de autoconstrução em terrenos periféricos.

Na cidade de São Paulo, foi nesse período que surgiram as primeiras favelas em terrenos públicos próximos à região central da cidade. Essas favelas passaram a receber não somente os recém-chegados do campo, mas também pessoas despejadas, consequência da crise de moradia do pós-guerra.

Um dos marcos da história da cidade São Paulo, nesse período, é a impossibilidade de habitação das classes populares em locais com infraestrutura urbana, moderna.

Os centros urbanos brasileiros tinham, no mínimo, duas esferas dessa modernização. Enquanto as classes dominantes usufruíam dos “anos dourados”, havia grande parte da população excluída desse milagre. Uma nova realidade surgia a partir dessa diferenciação de realidades e jogo de permanência de ausência às classes pobres.

Ao mesmo tempo, a presença maciça de classes populares, indesejável mas inevitável, gerou uma apreensão social. A imprensa passou a destacar mais a violência urbana no ano de 1953, sob um discurso de temor de perda de quebra de valores e desagregação (VENTURA *apud* ROLIM, 1999, p. 184).

A exclusão dos segmentos populares no país foi percebida e problematizada pelo pensamento social brasileiro, sob o mandato de teorias internacionais a respeito da marginalidade, ou seja, abordagens sobre outros contextos sociais.

Os Estados Unidos foram os pioneiros teóricos de marginalidade, mas sob a luz da imigração e integração no país em 1920. O contato com duas culturas seria propulsor de uma crise dos indivíduos que, conseqüentemente, os tornaria marginais.

É importante frisar que a identidade nacional carrega mais que significados políticos, ela produz sentidos por um sistema de representação cultural. A cultura nacional é uma consequência da industrialização e um dispositivo da modernidade. Funcionaria como uma estratégia.

Nas teorias brasileiras sobre marginalidade, o pressuposto e sujeito da “ocupação” não deixam de ser migrantes. Embora não estrangeiros, eram migrantes do campo chegando às cidades. Nacionalmente, a marginalidade foi concebida como um problema resultante de uma assimilação deficiente dos padrões modernos em certos segmentos sociais: as classes populares.

Essas eram vistas como um segmento caracterizado pela carência e desvio, por não terem incorporado a modernidade. Esse pensamento desdobrou-se, em consequência, nas ideias jurídico-penais nacionais, que passaram a objetivar um traço sobre a conduta e comportamento dos marginais.

O traço que precisava ser percorrido referia-se ao temperamento do marginal, conduta anterior ou subsequente ao crime, numa lógica semelhante à que Foucault esclareceu e já foi mencionada aqui, a da formação da figura delinquente. Nesse sentido, a delinquência foi uma construção a respeito de um discurso e a figura do marginal é uma concretização de tal processo experimental.

Os operadores jurídicos da época, ao pensarem o criminoso, se opuseram a teorias criminológicas lombrosianas, que, em âmbito nacional, foram disseminadas através de Nina

Rodrigues. A questão e origem racial, como determinantes na conduta do indivíduo, eram duvidosas nessa corrente.

Por outro lado, segundo o autor, embora a biologia evolucionista de Césare Lombroso não estivesse mais em questão, entre os operadores jurídicos desse período, justamente essa ausência auxiliou na boa recepção de ideias ligadas a um nascimento de criminalidade através da família.

“As causas sociais da criminalidade, portanto, não estavam sendo mais alicerçadas nas teorias criminológicas do início do século XX” (ROLIM, 1999, p.188)

Um operador jurídico penal da época, citado por Colim, Néelson Hungria, teria sido pioneiro em romper, no Brasil, com o paradigma da explicação dos indivíduos a partir das teorias biológicas, argumentando que a definição de grupos segundo fenótipos eliminaria a possibilidade de se pensar o indivíduo no exercício de cidadania.

Essa promessa jurídica contrastava com a comprovação científica da desigualdade biológica. Portanto, o pensamento jurídico-penal no pós Segunda Guerra Mundial contou com teorias interpretativas do Brasil ao longo das décadas de 20 e 30.

As classes populares passaram a ser analisadas pelos operadores jurídicos a partir de seu diálogo com o pensamento social brasileiro. Havia ali uma mudança de paradigma no pensamento jurídico-penal, através dessa leitura das causas sociais da criminalidade.

Uma consequência, na prática de análise, foi a consideração da vida passada para a verificação de uma culpabilidade. Os segmentos sociais infratores seriam responsáveis por uma quantidade intensa de crimes, porque teriam sido abandonados no início do regime republicano.

O comportamento antijurídico e antissocial do negro no país passou a ser concebido como um desajuste às necessidades modernas.

Dessa maneira, o paradigma mudou a herança brasileira. Esta não era mais racial e biológica no pensamento jurídico-legal, mas de padrões socioculturais. A *família depravada*, conforme mencionado anteriormente, passa a rondar o imaginário social nesse período.

Os padrões socioculturais basearam o paradigma da culpabilização da pobreza no discurso jurídico-penal brasileiro e, contemporaneamente, perpetua e ronda as filas prisionais (CUNHA, 2002), ligadas às regiões periféricas e caracterizadas pelas classes populares.

### **1.7) Corpos entre muros**

Ainda que a unidade de observação (...) seja a penitenciária, não tomei seus muros como parâmetro para a delimitação do campo empírico (...) Pelo contrário: trata-se de considerar a continuidade entre o interior e o exterior como constitutiva da prisão, a ponto de esta não poder ser pensada senão através de um constante movimento vaivém (CUNHA, 2002, p. 19).

Segundo Michel Foucault (1977), a partir do século XVIII, o corpo deixou de ser o principal alvo de repressão penal. Nesse processo, o suplício, utilizado desde a época medieval, começou a ser substituído por processos mais indolores, em termos propriamente físicos. A necessidade que emergiu foi uma nova forma de punição: enforcamento e guilhotina, já que a morte poderia ser vista, mas precisaria ser rápida.

Já no fim do século XVII, entretanto, tais castigos passaram a ser apontados como escândalo. A nova tentativa de punição deveria substituir a do corpo esquartejado como espetáculo. Tratava-se da certeza de punição como forma de afastar o homem do crime, em oposição ao teatro público punitivo. Antes, se a forma de punição retirava o direito à vida, desta vez, através da prisão, retirava-se o direito à liberdade.

Ainda segundo esse autor, práticas penais estão inseridas em um campo político e, nesse contexto, a punição tornou-se, ao longo da história, uma função social. A prisão surgiu, nesse sentido, como uma função social e através de uma nova definição do poder de punir. Quando a prisão tornou-se a pena social principal e predominante, a ela foram inseridos procedimentos de dominação característicos desse tipo de poder.

Erving Goffman em *Manicômios, Prisões e Conventos*, assim como Foucault em diversas obras, é grande referência teórica ao pensar prisão. Sob outros prismas de preocupação, o autor foca o debate entre prisão e sociedade através do indivíduo entre muros.

Nas chamadas instituições totais, as barreiras que separam as esferas de vida dos indivíduos, trabalho e residência, por exemplo, não existiriam e todos, apenados, compartilhariam de uma mesma situação, gestada por uma autoridade comum.

Essa vivência total contrastaria com a fragmentação das sociedades complexas e urbanas, nas quais atividades têm seus campos dissociados. Nesse sentido a prisão constituiria um campo microssocial.

Entretanto, o mundo exterior seria, para as pessoas em situação de aprisionamento, presente justamente na ausência e um ponto de referência que não se apagava no ambiente entre muros. É nesse sentido que a prisão não seria totalmente totalizante.

Em outras palavras, a porosidade das instituições prisionais se apresenta cada vez mais a partir da circulação e também do reconhecimento dos mundos e dos muros de tais mundos, o da prisão e da sociedade ampla.

### **1.8) O caso dos muros brasileiros: uma verdadeira caçarola**

O nascimento das prisões brasileiras teve como base inicial a legislação referente a práticas punitivas da colônia portuguesa, a partir da prisão de degredados, pessoas expulsas da metrópole (SOARES e ILGENFRITZ, 2002).

A legislação penal no Brasil passou a vigorar, com efeito, a partir do estabelecimento do Governo Geral, tendo em vista que no período das Capitanias Hereditárias, imperava a descentralização e cada capitania tinha normatização própria. A primeira legislação penal brasileira proveio do direito penal português, sobretudo das Ordenações Filipinas, que eram compilações de leis que vigoraram de 1446 a 1867, até ser aprovado o primeiro Código Civil de Portugal. No Brasil, foram mantidas até 1916, quando se deu a promulgação do Código Civil brasileiro (Decreto-Lei n.º 3.071, de 1916). (ROCHA, 2006, p. 50).

O Código Penal brasileiro entrou em vigor em 16 de dezembro de 1830, partindo de ideias europeias da época, tais como o Iluminismo e a ideia de uma pena mais humana. Em 1890, outro Código Penal instaurou o fim da pena de morte e a função correccional através de regime penitenciário. Além disso, em 1828, a Lei Imperial foi editada, promulgando que as câmaras municipais deveriam nomear cidadãos probos para visitas aos presídios e elaboração de relatórios. A superlotação e precariedade da Cadeia de São Paulo foram apontadas já em relatórios do período 1829 a 1841, bem como a corrupção na instituição.

Os relatórios dos cidadãos probos foram decisivos para a construção da Casa de Correção de São Paulo, inaugurada em 1852. As consequências do sucesso da indústria cafeeira atingia a própria metrópole que financiava e eram evidenciadas pelos dois sistemas interligados, prisional e de segurança pública.

Frise-se, também, que a unidade desempenhou fundamental papel no controle dos escravos condenados à pena de galés, dos fugitivos e dos rebeldes mandados para lá por seus próprios donos, para receberem castigos. Nestes casos os respectivos donos ficavam responsáveis pela alimentação e vestuário. Do registrado em relatórios da década de 1860, grande parte da movimentação da Casa de Correção era de Africanos “livres” – categoria que surge em consequência da Lei de 1850, que aboliu o tráfico de escravos, e, segundo a qual, seriam livres todos aqueles que, a partir de então,

desembarcassem nos portos do Brasil como escravos, os quais, na verdade, deveriam ser restituídos para a África, o que não era efetivado em razão da enorme despesa que essa providência representava. (RODRIGUES, 2011, p.8)

Com a República, mudanças chegavam e a própria noção de trabalho, antes vista sob a perspectiva escravocrata, precisava, num plano discursivo, legal e formal ser alterada. O novo significado que carregava é mais próximo ao dos tempos atuais, imbricado a ideias de honestidade, bem como de dignidade.

Esse ideário é fundamental para legitimar os meios de controle social desenvolvidos visando àqueles que não se adequavam à disciplina do trabalho, quais sejam, os vadios, os criminosos, mendigos, loucos etc. Para viabilizar isso foram construídos, nas primeiras décadas da república: Hospício do Juqueri, Instituto Disciplinar, Colônia Correccional e a Penitenciária do Estado (esta última inicialmente foi denominada Presídio ou Instituto de Regeneração do Carandiru), predominando, em uns a imposição do controle médico sobre os indivíduos, noutros a vigilância e a repressão. (SALLA, 1999, p. 187 *apud* RODRIGUES, 2011, p. 9).

O Código Penal de 1890 aboliu penas de acordo com segmentos de *classe a ser presa*. Este código promovia o fim da ideia de distinções de penas, bem como da pena de morte e prisão perpétua. Promoveu a sentença de, no máximo, trinta anos em cárcere privado. E gerou as previsões de um sistema progressivo, como o livramento condicional.

Para esse novo panorama, outra política de encarceramento era necessária. Segundo levantamentos da época, a Casa de Correção de São Paulo não atenderia à nova demanda. Essa prisão também já era alvo de críticas, diante dos novos conceitos de crimes e cumprimentos de pena oriundos da Europa. Tais críticas e a crise da Casa de Correção influenciaram demasiadamente a classe política da época (RODRIGUES, 2011).

Tais influências se constituíram em adendos e mudanças no Código Penal, nas teorias criminológicas nacionais e na construção da Penitenciária do Estado, o extinto Carandiru. Porém, ainda um marco nas trajetórias individuais e em trama de egressas e egressos, carcereiras e carcereiros, presas, presos e agentes de segurança penitenciária nos dias atuais. Num âmbito maior, com a sociedade ampla, essa trama também chega a nós, da rua aberta, através das políticas de segurança pública e tensões em torno delas.

Além disso, foi durante o período de construção do Código Penal de 1890 que os marcadores de diferença chegaram às questões de segurança pública para, então, serem pensadas na esfera de políticas de punição e prisionais.

Apesar das semelhanças entre os delinquentes, pautadas pelas teorias sobre criminalidade, os estatutos a favor de definições e distinções de tais figuras surgiram a partir da classe política da época, que passou a dividir a criminalidade em A e O e de acordo com a idade.

### **1.9) As prisões para jovens ou para futuros presos**

As divisões etárias nas cadeias visaram a uma mudança de projeto político, assim como as divisões de gênero. Do mesmo modo, no início do século XX as cadeias eram mistas, comportavam também distintas gerações sem noções legais e formais no âmbito etário.

O olhar discriminado e discriminador aos mais jovens foi estipulado a partir de 1927 no Brasil, com o primeiro código de menores, formalizado por Mello Matos, e carregou outros marcadores de diferença, como de classe e raça, mediante subdivisões como “abandono moral”, “abandono material” e infratores. Assim, as diferentes crianças e adolescentes passariam a conviver em instituições separadas das de adultos, mas juntas num aglomerado etário e de classe social com suas subdivisões.

Em meados de 1940, o Ministério da Justiça criou o Serviço de Atendimento dos Menores (SAM), que logo daria indícios de uma necessidade de substituição. Em discursos oficiais que apontavam os inspetores da SAM como um sério problema à instituição e seu papel social, devido às corrupções e imoralidades com as quais conviviam e ou praticavam. As diretorias das unidades do SAM teriam arquivado todas as denúncias num projeto de outra instituição, que surgiria na década de 1960.

Em 1963, a Conferência Nacional dos Bispos militou contra o fim da SAM. A reestruturação defendida extinguiu tal instituição e aclamava a criação de outra, administrativamente autônoma do Ministério da Justiça.

No ano de 1964, com a ditadura militar, o Estado passou a ser prioridade na questão de segurança pública e, a partir de um ato do então presidente Marechal Castelo Branco, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) foi criada, dando origem também às Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febems). No estado de São Paulo, a Febem foi instalada em 1976.

Seus fundamentos estão na Política da Segurança e se caracterizava como estratégia social daquele período da ditadura militar, que buscava o controle da pobreza concomitante ao controle da criminalidade, numa raia de indiferença às diferenças dos menores aprendidos.

### 1.10) Das prisões com mulheres às prisões para mulheres

As notícias mais antigas de mulheres aprisionadas no Brasil referem-se a 1870, no período imperial. A prisão teria funcionado na Casa de Correção da corte, no Rio de Janeiro, em um calabouço. Segundo o Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, de 1870, 187 mulheres escravas permaneceram em situação de aprisionamento, sob a legislação da Colônia (SOARES e ILGENFRITZ, 2002).

No Brasil, até 1940 não existia um regulamento que estipulasse a exclusividade de celas, salas ou espaços para mulheres em situação de prisão. Embora a separação das mulheres em prisões mistas tenha sido recorrente até esse período, o direito específico de tal separação ainda não existia. Dessa maneira, as mulheres eram separadas dos homens de acordo com a administração e disposição física das unidades prisionais.

Em São Paulo, em 11 de agosto de 1941, foi instituído o Decreto-Lei n.º 12.116 que dispõe sobre a criação do “Presídio de Mulheres”. Inaugurado em 21 de abril de 1942, permaneceu até 1973 sob a administração das freiras da Congregação do Bom Pastor D’Angers. (TEIXEIRA, 2009, p.2 e 3)

No ano de sua inauguração, em 1942, o Presídio recebeu apenas sete sentenciadas. E, num prazo de dez anos, abrigou apenas 212 sentenciadas, evidenciando que a criação da instituição penal para mulheres pode não ter sido motivada apenas por necessidades de demanda. (SILVA, 1992, p.6 *apud* TEIXEIRA, 2009, p.3)

Por não ser uma unidade prisional vigiada e administrada por policiais ou agentes prisionais, é curioso e revelador que a Congregação do Bom Pastor D’Angers tenha recebido o título de Penitenciária. Essa titulação, no mínimo, revela não uma variação dos presídios comuns do período, os masculinos, mas sim uma instituição específica e de distinta natureza.

Nota-se através de estudos que abordam o surgimento das prisões de mulheres em outros países que o Brasil não tinha uma realidade adversa:

Na França, a situação não se diferia, registravam-se detentas que engravidavam dos guardas e de outros presos. Em 1870, o presídio voltado só para mulheres foi inaugurado na cidade de Rennes, tratava-se de uma casa de força e correção. A dificuldade de funcionário para trabalhar na guarda e recuperação das internas, foi suprida pelo trabalho de freiras. Más não só na França, as ordens religiosas desempenharam este papel, existe registro, entre outros, da Espanha. Nos Estados Unidos, entre as primeiras construções voltadas para o abrigo das detentas registra-se, em 1835, a da cidade de Nova York. Em 1874, foi inaugurado, no Estado de Indiana,

o presídio de mulheres completamente independente, seja administrativamente, seja fisicamente, do cárcere masculino. (SANTOS e SANTOS, 2014, p. 396)

Essas instituições, com especificidades e oriundas de outras naturezas, estão emaranhadas aos estudos e discursos a respeito das mulheres e suas demandas, jeitos, identidades etc., todos os embutidos que as transformam e moldam numa categoria, de gênero feminino.

(...) não importa a distância, existe uma estranha similaridade nas prisões em geral, e especialmente nas prisões femininas. Essa mesmice das prisões femininas precisa ser avaliada com relação ao quanto é importante para os feminismos desvencilharem-se da noção de que há uma qualidade universal que podemos chamar de *mulher*. Isso me faz pensar no seu trabalho sobre o desafio de repensarmos as fronteiras entre as ciências sociais e as humanidades, como um meio de reflexão específica sobre as mulheres nas prisões. (DAVIS e DENT 2003, p. 527)

## **Capítulo 2. Articulando muitos poros: prisão, gênero e seus entornos**



The meeting of animalism and an angel (1889) - Fernand Khnopff



Centauro (1895) – Franz Von Stuck

O mundo é um nó em movimento. O determinismo biológico e cultural são ambas instâncias da concretude deslocada – ou seja, o erro de, em primeiro lugar, tomando abstrações categóricas provisórias e locais como “natureza” e “cultura” pelo mundo e, em segundo lugar, confundindo potentes consequências como sendo fundações pré-existentes. Não existem sujeitos e objetos pré-constituídos e nenhuma fonte simples, atores unitários ou extremidades finais. (HARAWAY, 2003, p. 4)

A gente conversava sobre esse assunto [o assassinato]. Sempre foi a mesma verdade, sempre manteve uma mesma versão. Chega uma hora a máscara cai. Nenhuma máscara caiu. Eu trabalho há 16 anos com uma classe daquele jeito [os presos]. Todo mundo começa bonzinho, mas depois ele se revela”, afirmou Marisol, agente penitenciária há 16 anos.

Suzane ficou por um ano e nove meses (de novembro de 2002 a agosto de 2004) presa na PFC enquanto aguardava o decorrer do processo contra ela pela morte dos pais.

De acordo com Marisol, Suzane parece ser fria, mas demonstra seus sentimentos de forma “diferente” e teria chorado perto dela “várias vezes” mesmo que sem “muitas lágrimas”. “O fato de ela não chorar, não é que ela não tem sentimento. É que ela é diferente, chora para dentro, é contida, tímida e não faz espetáculo”.<sup>20</sup>

As notícias de vínculos entre agentes penitenciária(o)s e presa(o)s em jornais escritos e televisivos são raras e, genericamente, têm um teor distinto desse trecho acima. A maior parte das notícias que envolvem agentes de segurança prisional e pessoas presas está localizada na grande dicotomia complementar da prisão que, no imaginário social, constituem uma relação que é aberta e fechada cotidianamente por formalidades. Entretanto, quando os vínculos são noticiados, o teor, na maioria das vezes, é constituído de corrupções em torno de comércios ilícitos. Assim, vínculo existe, mas ilegalmente, tornando, de certa maneira, o próprio vínculo ilegal.

Esse trecho nos mostra muitas complexidades em torno dos contatos, em distintos graus, entre administradores e administrados da prisão, e uma gestão de vínculos informal, de lá de dentro, mas chocante tanto lá quanto aqui, a nós que, de vez em quando, assistimos alguns dramas que se passam nas prisões.

O fato de a mulher que está sendo denunciada e julgada ser branca, pertencente à classe alta paulistana e ter matado os pais é interessante para pensar nos modos de perspectiva dessa agente de segurança prisional ter mantido contato com ela. Algumas e alguns podem e devem dizer que é por interesse financeiro, assim como o interesse de Suzanne ter mantido sua versão do crime cometido intacta e legitimada por uma agente de segurança, que, dentro das verdades jurídicas, é prescrita como alguém que deve ser rígida ao legal, não é a toa. Há muitas desconfianças e adendos a esse vínculo, inclusive se é real,

---

<sup>20</sup> Trecho da reportagem *Funcionária de presídio diz que Suzane Richthofen sempre manteve uma versão*, de Rosanne D'Agostino, publicada em 20/07/2006, na página eletrônica do jornal Última Instância. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br>.

justamente porque a relação entre mulheres de pontas distintas da cadeia é conflituosa e possui vários vetores; ela pode ser evitada por mais de um motivo e mantida por muitos outros.

Nesse meio complexo de relações, há muitos discursos, formais e informais, e práticas nessa dupla forma também, dentro e fora do discurso, estratégia, fugas, encenações em espaços proibidos de sorrisos e conversas a duas. Os vínculos na cadeia não são existentes apenas intragrupos. O cotidiano de uma cadeia se faz de pequenas a grandes e de fugas grandes a menores, discretas, assim como os interesses individuais de cada pessoa presa e cada pessoa que observa e age na prisão. Nesse jogo de interação, as questões de poder têm todo o poder de inversão. A cadeia tem vários jeitos de virar e as pessoas, também. E esses jeitos de virar são sábios, discretos e conhecem muito bem os limites. É como se as exceções abrissem e fechassem as práticas de um discurso que talvez não queira ser alterado. Toda distância é excessiva. Toda proximidade é excessiva. Se há monstros na prisão, eles não precisariam mudar de forma para mudar do lado da grade. Em meio às instituições porosas e rígidas em que a prisão é estabelecida e experimentada, há outra dimensão. O vaivém da prisão não se estabelece somente com o bairro, a sociedade ampla, o passado e o futuro pretérito. Nesse vaivém, o presente é constituinte e mistura, transforma e desmolda histórias e paradigmas. O nunca é dizível, mas por isso tão temido. Certos vínculos são, de todos os lados, um perigo. O vínculo tem várias e distintas ilegalidades num discurso que se concretiza com a mesma condição, amorfa. O crime de cada um, no trânsito de trajetórias, atividades e características que todas as pessoas devem ter ali é parecido e pode ser confundido. Talvez um perigo seja esse. E sabem que ele existe, pois, de fato, a memória que contaram confundiu.

Daniel Cravinhos busca refazer sua vida amorosa, já que não tem mais um relacionamento com Suzane Von Richthofen. O criminoso está de casamento marcado para este sábado (27) com Alyne Bento, filha de uma agente penitenciária. O casal se conheceu em 2012, durante uma visita de Alyne a um irmão preso, em Tremembé<sup>21</sup>.

O trecho acima se refere ao ex-namorado da mulher em situação de prisão da notícia anterior, também branco, mas de classes populares, acusado de assassinato no crime conjunto e que teve a liberdade concedida antes de Suzane, além de uma pena inferior em

---

<sup>21</sup> Trecho de reportagem *Daniel Cravinhos se casa com filha de agente penitenciária neste sábado (27)*, veiculada em 26/12/2014, pelo Portal R7 de notícias. Disponível em: <http://noticias.r7.com/>.

anos. Já em liberdade, a notícia informa que ele se casará com a filha de uma agente penitenciária que o conheceu quando foi visitar o irmão, acusado de roubo. Não fica claro na reportagem se seu irmão é irmão por parte de pai e mãe ou se somente de pai. Entretanto, esse trecho também é interessante para pensarmos sobre os trânsitos entre famílias de agentes de segurança prisionais e ou da equipe administrativa de uma prisão entre norma e prescrição. Além disso, essa reportagem, se comparada à primeira, é sugerida como impulso para pensar não somente, ainda que seja muito, sobre vínculos das categorias primordiais de uma prisão, direta e indiretamente, mas também para pensar questões de gênero em torno do crime vivido, percebido, problematizado, julgado e preso.

Embora nosso ponto de partida seja estudar a prisão, não era possível se distanciar da especificidade da prisão que havíamos escolhido e, por isso, era necessário articular as questões de gênero e entender o que era a vida das mulheres no cárcere. Seja ela a detenta, seja a agente penitenciária. Nesse sentido, impossível não mencionar aquela que sempre nos remete a pensar sobre estas questões:

(...) há um tipo humano absoluto que é o masculino. A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. (BEAUVOIR, 1970, p.10)

Certa vez, fui questionada por três homens sobre o porquê de se pensar gênero na prisão; “por que a prisão que eu pesquisaria era feminina?”

O meu contato com as prisões femininas teve início muito antes desta pesquisa de mestrado. Entre diversas entradas e saídas em diversos portões e salas, conheci distintas representações de ser mulher. Entretanto, a situação que mais me chamou a atenção e, por isso, a escolha por tal tema pareceu certa, foi a separação e quebra de representação entre agentes penitenciárias e agentes do crime no que as faz ser mulher. Um ponto interessante para iniciar esse capítulo, a fim de ilustrar as idas e vindas de mulheres que vigiam e as vigiadas se refere ao ano 2010.

Um grande marco nesse início de pesquisa foi uma indignação que tive com uma agente penitenciária, Judi, presente em outras memórias nessa dissertação, no semestre em que acompanhei a pesquisa da Doutoranda do PPGAS da UNICAMP, Natália Corazza Padovani, na Penitenciária Feminina da Capital (PFC).

Certo dia, antes de iniciarmos a parte da tarde da pesquisa, no corredor da escola da unidade prisional, outras mulheres presas, alunas dos cursos da FUNAP, que estavam em atividade ao lado da sala em que fazíamos as conversas coletivas com as mulheres pesquisadas, estavam entrando nas salas e Judi as apressou. Dizia “Vamos, entrem, bandidas”, em tom alto e rindo.

Quando olhei para ela, pois não soube disfarçar o espanto com aquele desdém ou “tiração”, ela me disse “ué, elas são bandidas, não são?”

## **2.1) Das prisões com mulheres às prisões de mulheres**

O principal ideólogo das prisões femininas brasileiras foi Lemos de Brito. Tal autor preocupou-se com a situação das instituições mistas, no sentido em que as mulheres poderiam ser nocivas aos homens: “A presença de mulheres exacerbava o sentimento genésico dos sentenciados aumentando os martírios da forçada abstinência” (BRITO, apud. SOARES e ILGENFITZ, 2002, p.57). A mulher é vista como a tentação ao homem. É ela que traz o mal ao homem.

Em 1923, Brito elaborou uma reforma penitenciária, a pedido do ministro da Justiça, João Alves. Essa reforma possibilitaria, além da separação dos sexos masculino e feminino, um tratamento específico à mulher sentenciada. Brito admitia mulheres infratoras honestas, mas coadjuvantes, forçadas à transgressão.

O contexto ao qual Brito pode ser inserido social e historicamente pertence também ao positivismo, utilizado como base da criminologia moderna. Seu esforço objetivava apontar o papel social de homens e mulheres. Enquanto o papel masculino estava ligado ao trabalho, o feminino era ligado à maternidade, considerado por ele próprio da natureza feminina.

A criminologia é um campo de estudos plural. No direito, há muitas correntes criminológicas, mas, de certa forma, essas correntes, que passaram a surgir ao longo dos processos sociais, não deixam de ser reações a pressupostos e teorias, bem como posições políticas. Ao pensarmos numa criminologia feminina, misturamos no mínimo estudos feministas e autores clássicos ao campo de estudo criminológico. Do mesmo modo, diversos são os conteúdos que os conceitos em torno do crime, criminoso, vítima, sistema criminal e controle podem assumir.

A criminologia, independentemente da corrente, trabalha com fugas de normas, no sentido de explicá-las ou mapeá-las. Nesse ínterim, podemos observar a presença maciça e constante de figuras estranhas, imorais e amorais, animais, semelhantes à ideia de um monstro, que “aponta um rompimento, é uma transgressão da lei, uma exceção à regra.” (GARCIA, 2013, p.1)

Nesse sentido, para pensarmos monstrosidade, devemos levar em conta duas dimensões que o termo monstro apresenta. A primeira refere-se a uma dimensão estética, enquanto a segunda, que é a que nos interessa, a uma moralidade. A perspectiva moral de monstrosidade se relaciona ao comportamento (GARCIA, 2013). A monstrosidade em torno da moralidade está circunscrita numa construção discursiva jurídico-biológica.

Foucault identifica dois momentos em sua análise da monstrosidade, o primeiro, em que o monstro é considerado um “complexo legal natural” (Foucault, 2000: 71), isto é, que pela sua própria existência e forma é uma violação das leis natureza e da sociedade, inscrevendo-se em um discurso *jurídico biológico*. O monstro desde a Idade Média até o século XVIII se manifesta como mescla: de reinos, de indivíduos, de sexos, de vida e morte, de formas, etc. O monstruoso viola limites naturais, classificações, distinções, a lei, mas como observa Foucault, não é só a violência contra o biológico, mas que em sua manifestação questiona o direito civil e religioso transtornando a lei natural e desordenando o direito. Em síntese, o monstro jurídico e biológico se assenta em um duplo registro: o da natureza e o da lei. O segundo momento, indica um deslocamento no século XVIII em relação à monstrosidade, esta já não se encontra inscrita na natureza, mas no comportamento, será considerado um desvio. Se produz uma passagem da monstrosidade jurídica natural para a monstrosidade jurídica moral. (ibid.: 80) Há uma inversão na concepção da monstrosidade, uma monstrosidade que podia ser criminosa se transforma em uma criminalidade com um fundo monstruoso. (GARCIA, 2013, p. 133)

A criminalidade com fundo monstruoso é uma constatação que muitos autores e instâncias políticas referiram a mulheres e ainda é persistente em ideias nesses jogos discursivos em torno do crime, e também na sociedade ampla, compreendida como fora da prisão e do tribunal, alocados nas importâncias construídas do papel da mulher na família e maternidade, por exemplo.

Em seu estudo sobre reflexões da criminologia a partir de uma epistemologia feminista, Mendes (2012) aponta ensaios dessa criminalidade com monstrosidades, já que, naquele período, essa ideia ainda não era conceituada. A autora retoma uma série de juristas dos séculos XIV e XV que retratavam as mulheres ligadas a feitiçarias. Na opinião da autora, o *Martelo das Feiticeiras (ou Martelo das Bruxas)*, escrito por Heinrich Kramer e James

Sprenger, dois monges dominicanos, em 1484, pode ser considerada a primeira constatação do poder punitivo e do discurso criminológico.

No ato, e ao longo dos três séculos seguintes, se converteu no manual indispensável e a autoridade final para A Inquisição; para todos os "julgadores", magistrados e sacerdotes, católicos e protestantes, "na luta contra a bruxaria" na Europa. Abarcava os poderes e práticas dos bruxos, suas relações com o demônio, e sua descoberta. A Inquisição, a fogueira, a tortura, mental e física, da cruzada contra "a bruxaria": tudo isto é conhecido. E por trás de cada um dos atos sanguinários se encontrava este livro, ao mesmo tempo justificando e como manual de instrução. Para qualquer compreensão da história e natureza da bruxaria e do satanismo, *Malleus Maleficarum* é a fonte mais importante. A primeira fonte.<sup>22</sup>

Ao analisar a obra, a autora destaca argumentos ligados à religião e à genética, o que reforça a noção, destrinchada mais tarde por Michel Foucault, a do monstro jurídico, caracterizado pelas beiras: “Ele é limite, o ponto de inflexão da lei e, ao mesmo tempo, a exceção que só se encontra em casos extremos, precisamente. Digamos que monstro é o que combina o impossível com o proibido.” (FOUCAULT, 2001, p.70)

O discurso que fundava o poder punitivo precisava de uma teoria que desqualificasse qualquer dúvida quanto ao mal da prática de bruxaria e afirmasse a inferioridade de quem delinquia a partir de estereótipos. Na Inquisição, o Mal foi construído como vontade humana, contra a divindade cristã, e esse desejo foi relacionado como tendência em pessoas biologicamente inferiores. A inclinação ao mal seria condicionada geneticamente.

Em a *História da Sexualidade*, Foucault (1988), ao analisar aspectos da repressão sexual, nos apresenta a mulher histórica como produto de poder das classes burguesas. Nesse sentido, o controle do Estado sobre a mulher anormal esteve presente em uma patologização construída através de laudos científicos produzidos por homens adestradores de uma feminilidade normal, bem como moral.

Em *A vontade de Saber*, apresenta a criação de um discurso, oriundo do século XVII, que mistura os atos aos indivíduos no sentido de compreendê-los, além de apresentá-los como sinônimos. Os degenerados, criminosos, homens e mulheres “normais” constituiriam espécies.

---

<sup>22</sup> Prólogo da edição de *Malleus Maleficarum*, traduzida para o português. Versão digital, datada apenas como 2007.

Surgem, assim, o “heterossexual”, o “homossexual”, o “criminoso” e a “degenerada”. O discurso criminológico é construído sobre a base do “dispositivo da sexualidade”. As transgressões são entendidas de modo a caracterizarem delitos próprios do sexo masculino, crimes particulares ao sexo feminino e outros marcados pelas patologias das personalidades perversas (PADOVANI, p. 18)

A consolidação da Criminologia Moderna é ligada aos estudos e teorias de Cesare Lombroso e datada pelos criminalistas pelo seu livro *O homem delinquente*, publicado em 1876. Embora nos outros estudos teóricos da época, as mulheres tenham sido retratadas em curtos capítulos e textos, Lombroso é considerado também o precursor da teoria sobre a mulher, especificamente, delinquente<sup>23</sup> e fundador da antropologia criminal.

Uma observação curiosa em *O homem delinquente* se refere à parte em que o autor nos informa sobre a tatuagem dos criminosos: “o lugar da tatuagem e, sobretudo, o número, são de grande importância antropológica, porque provam a vaidade instintiva que é característica no criminoso.” (LOMBROSO, 2007, p. 35) A tatuagem é retratada no Museu Penitenciário, administrado pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, como uma espécie de manual de significados, semelhante à ideia de ostentação.<sup>24</sup> Em *La Donna Delinquente* (1903), escrito anos depois e direcionado ao estudo do crime em e a partir de mulheres, Lombroso apresenta sua teoria de que os homens são mais evoluídos que as mulheres e, neles, evidências delinquentes são mais explícitas.

Sua teoria biológica influenciou diversos estudos, a partir do século XX, inclusive do idealizador das prisões femininas no Brasil, Lemos de Brito. Brito e Lombroso argumentavam sobre a criminalidade feminina a partir de uma perspectiva tradicional do papel da mulher na família e na sociedade, bem como à sua natureza de maternidade, sem espaço para um prazer feminino.

O crime feminino era trabalhado sob a ideia de um fenômeno e tinha como base noções biopsicológicas. Haveria uma influência nos estados fisiológicos que a mulher passava ao longo do curso da vida, tais como menstruação, puberdade, menopausa e ou parto, que a deixariam mais propensa para praticar crimes.

Essa excepcionalidade era usada como justificava da sub-representação da mulher no crime e em prisões simultâneas à sua super-representação dos delitos tipicamente femininos.

---

<sup>23</sup> SOARES; ILGENFRITZ (2002) destacam o espaço das mulheres nos estudos de Gabriel Tarde, em *A criminalidade comparada* e de Émile Durkheim, em *O Suicídio*, obras trabalhadas no primeiro capítulo desta dissertação, sob a perspectiva de abordagens relacionais entre crimes e sociedades.

<sup>24</sup> Há, por exemplo, referências às ações criminosas como estupro, tráfico e furto. Endereço eletrônico para acesso: <http://museupenitenciario.blogspot.com.br/p/acervo-de-tatuagens.html>

A cumplicidade ao homem, por medo e ou submissão, também era elencada como uma possibilidade ou percurso da mulher para a entrada no crime.

Entretanto, essa mesma mulher poderia, através de seu poder de sedução, desempenhar um papel influente na motivação indireta da criminalidade masculina. A mulher era caracterizada como nociva em certa perspectiva, mas de uma maneira caricaturada, como às escuras, de menor importância e incidência.

Soares e Ilgenfritz (2002) mapearam alguns pontos do que chamam de teorias escassas masculinas e tradicionais, a partir de quatro pontos-chave: i) as teorias caracterizavam as mulheres por atributos físicos e psicológicos, além de inferioridade mental, e afirmavam uma propensão menor a delitos considerados masculinos; ii) os crimes tipicamente femininos eram circunscritos na esfera doméstica e determinados por estados orgânicos e emocionais, nos quais a mulher estaria sujeita independentemente de sua vontade (a mulher teria menos autonomia ao crime e estes eram, portanto, menos condenáveis); iii) pelos crimes femininos serem restritos ao espaço privado, estes permaneceriam ocultos com mais facilidade; e iv) “a sexualidade feminina, quando não está canalizada para o casamento e a procriação, constituiu um elemento perturbador da ordem, um perigo para a moral e os bons costumes, um indutor indireto da criminalidade masculina, que, portanto, tem de ser isolado e controlado. A prostituição – expressão máxima dessa sexualidade degradante, anárquica e perigosa – não pode, contudo, ser criminalizada, visto que é um mal necessário, uma instituição abominável, mas imprescindível para a preservação da moral pública e da estrutura familiar” (SOARES e ILGENFRITZ, 2002, p. 68)

As autoras observam também que, mesmo com um século de separação entre Lemos de Brito e os primeiros trabalhos de sua grande influência teórica, Lombroso, a criminalidade feminina continuou como tema pouco e mal explorado, mantendo a ausência de explicação para as baixas estatísticas criminais e prisionais, em casos femininos. Embora as noções oriundas da criminologia moderna estivessem pautadas por estados fisiológicos, as mulheres permaneceram sub-representadas na população carcerária.

É importante frisar não somente a sub-representação, mas também a falta de marcadores de diferença presentes nas análises de criminalidade feminina. Brah (2006) nos apresenta o gênero como localizado e localizável, dentro das relações globais de poder. Nossa inserção nesse emaranhado poderio é realizada a partir de processos econômicos, políticos e também ideológicos. “Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da

classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. (BRAH, 2006, p. 341)

A essas categorias incluo, após a realização da pesquisa, “mulher criminosa” bem como “mulher trabalhadora da prisão” e talvez ampliasse a porosidade da mulher de classe trabalhadora. O trânsito entre essas duas categorias aparece nas memórias e constituições de mulheres que o Estado molda a uma categoria apenas.

Certa vez, uma informante já citada me disse que todos os agentes prisionais não gostam de quem vai fazer pesquisa, porque sente que há algo diferente na pessoa, “porque neles também há... pra trabalharem em cadeia... todo mundo que gosta de crime é meio estranho” (Teresa, agente do sistema penitenciário, 2013, citação de entrevista concedida)

Para Goffman (1980), em *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, as identidades pessoais e coletivas têm relação com as normas sociais e as figuras “normal” versus “estigmatizado”, num processo social, se interpenetram. Assim, uma pessoa pode viver ambas as situações.

Os estigmas a que Goffman se refere parecem se apresentar mais complexos entre e para a categoria mulher trabalhadora de prisão, enquanto que, no caso da categoria mulher criminosa, parece se apresentar com menos porosidade, mas não menos complexidade no sentido de a mulher criminosa ser estigmatizada a partir de convenções tradicionais que perduram tal estigma à falta de vínculo com a maternidade e cuidado à família.

Como ameaça à sociedade, devido a uma deterioração de sua identidade, através de uma ação social, a categoria mulher criminosa carrega não somente o estigma de crime, como o de mulher no sentido normativo. No caso da categoria mulher trabalhadora de e em prisões, o estado e ação de deterioração pode ser uma possibilidade devido à convivência com o crime, como ilustrou Teresa, entre várias agentes penitenciárias contatadas durante as etnografias realizadas, mas parece estar circunscrito numa representação de vigilância estatal em persona, segundo os corpos vigiados. O estigma, aqui, de identidade deteriorada, parece ser múltiplo.

Ocorre que as agentes penitenciárias e as mulheres presas são construídas e mantidas em um imaginário social sob a tutela do normal também: quando anormais, são estigmatizadas? Mas, para a sociedade ampla, esse normal é o mesmo que na prisão? Até que ponto a porosidade da prisão é mais relevante que outros estigmas entre agentes e presas, que as tornam, no mínimo, semelhantes sob marcadores de diferença como sexualidade?

Hall (2005) nos salienta que é através de suas representações que o indivíduo compreende a dramaticidade de cada um. Nesse sentido, o que Goffman chamou de “fachadas” (2011) se refere à autotransformação de indivíduo em personagem, nas relações sociais.

Definida como o “espaço da representação a ser assistida” a fachada é oposta ao espaço de bastidores, a região dos fundos, em que a atuação pode ser deixada de lado. O autor apresenta as dificuldades de quem encena na transição entre as fachadas e as regiões de fundo, protegidos de público.

Considerando os embates que Taets (2012) relata na fala e representação das agentes de segurança entrevistadas, e que nos indicam o ambiente tenso e de disputas de poder interno ao grupo de funcionários da administração prisional, as questões e jeitos considerados femininos e masculinos entram em cena também às fachadas? A encenação de uma agente é distinta da de um agente e essas distinções influem nas dinâmicas e rotinas de trabalho, no mínimo sob o ponto de vista de gênero.

No entanto, como observa Misse (2010, p.16), “raramente o sujeito que emerge da experiência da subordinação é pensado como sujeito que subordina ou que subjuga, que produz outros assujeitamentos e, portanto, também outros sujeitos”

Nesse sentido, é interessante pensarmos sobre os dispositivos e modo de poder da figura do agente de segurança prisional, sob a perspectiva de gênero. Quais as fachadas e bastidores possíveis, sendo *uma* agente em um ambiente prisional masculino? E em um feminino? Essas questões são presentes e pertinentes a esses grupos, elucidadas cotidianamente através de dramas individuais.

As maneiras como os contatos entre pessoas de grupos antagônicos na prisão dependem não apenas do *status* de ser vigiado ou vigiar como também das construções sociais, institucionais e amplas, em torno de gênero e sexualidade. Essas questões e prescrições, mesmo que não idênticas em torno da sexualidade, são parte de um material, não exclusivo ao sexo e gênero, de semelhança, do espaço em comum entre mulheres presas e mulheres vigiadoras. O seu percurso, individual, está circunscrito a questões estruturais da sociedade ampla e, numa prisão, pode ser vivido através de performances de fachada e de bastidores, a partir de uma manutenção de regras e ou transformação. O clima de desconfiança parece imbricado ao de pertencimento a uma Instituição que tem regras, mas possibilidades de fugas a estas o tempo todo. Sobre o clima de desconfiança, cabe observar que esse clima é sentido por ambos os grupos primordiais, assim como tensão (DIUANA,

2008) e relatado por mulheres com quem conversei na prisão e por outras informantes com outros papéis performáticos que não de presas e ou Agentes do Sistema Prisional (ASP), funcionárias que, a princípio, pouco vão aos pavilhões e desenvolvem suas atividades nas dependências externas a esses.

O clima da prisão e essa desconfiança constante podem se relacionar, direta ou indiretamente, ao “medo da maldade” descrito por Lago (2014, p. 40):

A maldade não está em ninguém. Todas elas, à exceção de quem conta a história, são passíveis de agir na maldade em algum momento, por isso a preocupação em não confiar em ninguém e suspeitar das reais intenções de quaisquer atos que, a princípio, parecem desinteressados. A maldade nunca está em si; são as outras mulheres aquelas em quem não se pode confiar, são as outras mulheres que agem com segundas intenções. Essas outras mulheres, no entanto, quase nunca são especificadas.

## **2.2) Abordagens e apontamentos sobre relações entre carcereiros, guardas, senhoras e senhores perto ou longe com meninas, bandidas, e presas constitutivas das representações sociais da prisão**

Ei carcereiro faz favor  
 Vou te explicar meu veneno, o meu artigo  
 A banca que me condenou, a minha casa já caiu faz um tempo  
 Uns 20 anos pode crê maluco pelo menos  
 Quem falha nasce pobre, presidiário  
 Na detenção sem muro  
 No nosso único sistema, o carcerário  
 Acorrentado às drogas, vítima da cocaína  
 Encarcerado num caminho sem perspectiva  
 Eu nasci nisso, vivo nisso e vou morrer aqui  
 E até mesmo no inferno essa prisão imaginaria vai me perseguir  
 Se liga aí, bate meu DVC,  
 Tô pedindo não interessa o lugar, vim de lá sou fugitivo,  
 É marca de nascença, é um passado que não se apaga,  
 Fim do revólver, cocaína, parte pobre.  
 Minha detenção, a lei ainda vale infelizmente  
 Tenho um rótulo na testa presidiário,  
 Um rebelado sem refém aliado, um pulso algemado, homicida criado  
 Ingrediente pra enterrar ou pra ser enterrado  
 Não vejo grades nem portões de ferro,  
 Por mais que eu corra nem chego nos muros,  
 Algo me prende aqui a fuga é impossível,  
 Que porra detenção sem muro, meu maldito mundo  
 Alta periculosidade, segurança máxima, armada até os dentes várias no pente  
 Revoltado, caralho, vou dar meus tiros tou trepado,

Vou dar motivo pra ser condenado,  
Não quero que nenhum gambé me mate, eu tô a pampa de cadeia craque.  
Quero estudo, escola pra todos os manos  
Eu quero pra parte pobre dignidade, um tratamento humano  
("prisão perpétua pra esse fulano")  
Pode crê, descarreguei , sentei o dedo  
E aí mano qual é minha pena  
Então juiz, quantos anos, pena máxima de ponta a ponta  
Regime trancado, martelo batido, caso seguinte  
("Caiu a casa Eduardo")  
O tratamento é rígido existe leis e regras,  
Tiro, DP, velório, assim a gente se regenera  
Foda-se escolas, formação, uma goma, respeito  
Detento daqui só tem direito a enterro, cachimbo de craque acesso a maldade,  
Revólver à vontade, droga, álcool, por toda parte  
Não vejo grades, mas sei que é meu pavilhão  
Eu tô cercado por guardas armados, sem liberdade, maldita detenção,  
Nasci do inferno me transformando em diabo  
De cada dez daqui, cinco na cadeia cinco finados  
Ei carcereiro faz um tempo, que eu vou nessa,  
Toque de recolher na sequência a gente troca outra ideia  
Detenção sem muro, quero fugir daqui.  
Me imagino entre grades e muros,  
Arame farpados, rotwailer, pastor alemão, escopeta engatilhada,  
E eu no pátio do pavilhão,  
Ei carcereiro minha cela tá lotada, vários doentes, aids, várias almas  
desorientadas  
No crucifixo meu único mano,  
O aliado de todas as horas, só ele que não me deixou falando  
Conto os dias pra fugir daqui, e tô ligado que não posso ir  
Olha o Dundum ali, estirado no chão, três tiros no peito, um na cabeça  
Rota sem perdão, nossa única escolha, a própria morte,  
Ladrão na mão da polícia, pobre morre como pobre  
Num barraco semiconstruído, orgulho destruído  
IML, caixão doado, que final fudido, é impossível me livrar disso  
Me recordo quantas fugas deram em nada,  
Detento armado no crime, cabeça premiada  
Mão algemada, sangue, finado na barca,  
Destino incerto rumo ao inferno, a próxima parada,  
Forço a mente mas não lembro mano que deu fuga,  
Algum fulano até tentou mas fracassou na PT de um filho da puta,  
O sol daqui não é quadrado em forma de caixão  
Não existe grades, mas sepultura daqui da detenção  
Não há distinção de idade, sexo, cor,  
Preto, branco, pivete, sejam bem vindos ao nosso corredor,  
Eu vou botar fogo no colchão, eu vou buscar refém  
Quero a presença de um juiz aqui tenho direitos também,  
Rebelião na minha mente, sangue e ódio  
Ou cumprem a risca minhas exigências ou prepara a lista dos óbitos  
Numero um, recuperação aos detentos das grades de ferro,  
Numero dois, chega de cadáver, eu quero um breque no cemitério,  
Numero três, eu quero usufruir dos dez direitos humanos,

Numero quatro, gambé desarmado bem longe dos manos,  
Ei carcereiro até a próxima pode crê ,  
Se eu não der fuga na noitada, amanhã a gente se vê.”

(*Detenção sem muros* - Facção Central)<sup>25</sup>

As prisões no Estado de São Paulo, até 1970, foram administradas pela Secretaria de Justiça, através do Departamento dos Institutos Penais do Estado (DIPE). Com a edição do Decreto nº 13.412, 13/03/1979, o DIPE foi transformado em Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado – COESPE, e as unidades prisionais ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça até março de 1991. Em seguida, a responsabilidade foi para a Segurança Pública e com ela ficou até 1992.

No entanto, o Governo do Estado, entendeu ser tarefa essencial o estabelecimento de melhores condições de retorno à sociedade daqueles que estão pagando suas dívidas para com a justiça. O sistema prisional tem características próprias e exige uma adequada solução: um sistema carcerário eficiente, dentro de um Estado democrático, onde o direito de punir é consequência da política social, a serviço de toda a sociedade, mas fundado nos princípios de humanização da pena, sem que dela se elimine o conteúdo retributivo do mal consequente do crime. Como decorrência dessa preocupação, a Lei nº 8209, de 04/01/93, criou e, o Decreto nº 36.463, de 26/01/1993, organizou a SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, a primeira no Brasil, a tratar com exclusividade do referido segmento.<sup>26</sup>

Em 1992, a extinta Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (COESP) era responsável por quinze unidades prisionais. Hoje, de acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), do Estado de São Paulo, é gestora de cento e sessenta e uma (161) unidades prisionais, sendo que quinze delas são Centros de Progressão Penitenciária; quarenta e um, Centros de Detenção Provisória; vinte e dois, Centros de Ressocialização; uma unidade de RDD; setenta e nove Penitenciárias e três hospitais.

De acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), esta conta com 35.803 funcionários. Os agentes de segurança penitenciária somam quase 24 mil

---

<sup>25</sup> Grupo brasileiro de RAP formado em 1989 na cidade de São Paulo. O grupo atingiu repercussão após a música *Isso aqui é uma guerra*.

<sup>26</sup>Trecho da História da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). Disponível in: <http://www.sap.sp.gov.br/sap.html>

trabalhadores(as). Atualmente, são 123.458 vagas, para uma população de 210.115 presos (grifo meu)<sup>27</sup>.

Nos espaços prisionais, há articulação de uma conduta prescrita em códigos, que mudam por estarem em processo social, num discurso tanto para e vindo de mulheres presas quanto para e vindo de mulheres que vigiam. Há um emaranhado de fachadas representativas, circunscritas num espaço de regras sociais convencionadas, tanto pela porosidade prisional, quanto pela esfera *sociedade ampla e instituição que se pretende total*.

Nesse sentido, as fachadas parecem, ao mesmo passo que discursam a distância, mantê-la num plano discursivo. “Presumivelmente, todas as restrições de contato ajudam a conservar os estereótipos antagônicos.” (GOFFMAN, 2010, p. 20)

Essa manutenção parece ser existente no discurso ao longo dos estudos e levantamentos sobre as dinâmicas sociais da cadeia. Entretanto, a porosidade da prisão não se apresenta, após a realização desta pesquisa, somente com os muros externos, mas sim a partir dos internos. O desenvolvimento de dois mundos culturais paralelos, “que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração” (GOFFMAN, 2010, p.20), parece ser relativizado na dinâmica de uma prisão, como outros autores ressaltam. Sobre a rigidez de normas impostas pela equipe dirigente sobre a vida das pessoas em situação de prisão, Biondi (2006), ao tratar da análise de Goffman, a partir de etnografias realizadas em um Centro de Detenção Provisória Masculina, não reconhece um controle tão intenso: “embora nos exemplos citados pelo autor possamos encontrar características comuns a todas Instituições Totais, no caso aqui estudado esse controle não é tão intenso.” (BIONDI, 2006, p. 304)

Nesse sentido, a autora nos informa não somente sobre outras possibilidades de controle da equipe dirigente sob os presos, bem como rearranjos na relação entre presos e equipe dirigente que a modificaram e, principalmente, detalha o contato entre agentes da prisão e agentes do crime, como duas categorias distintas:

no entanto, em ambos os casos existem fatores que contribuem para a conservação de estereótipos antagônicos, desenvolvendo-se “dois mundos sociais e culturais diferentes, que *caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração* (BIONDI, 2006, p.34)

---

<sup>27</sup> Não foram encontrados números oficiais no site da SAP. Essa informação, a mais recente encontrada, refere-se a uma notícia publicada em 29/11/2014, disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/>.

Dois autores das ciências sociais que se dedicaram aos estudos dos agentes prisionais e às suas relações com a sociedade ampla, imaginário social e estigma já nos atentaram quanto ao número desproporcional de estudos que há sobre agentes em relação aos presidiários (SABAINI e TAETS, 2011).

Em um artigo em conjunto, os dois autores trabalham com as mudanças no sistema penitenciário paulista e a criação de uma secretaria própria (SAP), articulando a possível necessidade de uma autonomia à instituição pelo Estado de São Paulo ter o maior número de pessoas presas no país, bem como de unidades prisionais, às percepções de agentes do sistema penitenciário paulista:

Por se tratar de guardas mais velhas, foi possível aprofundar com elas os sentidos diversos trazidos para a experiência profissional a partir das mudanças vivenciadas a cada modificação das secretarias. Para além do discurso oficial de que é preciso cuidar do preso com dignidade e respeito – e por isso a criação de uma secretaria independente e autônoma – a percepção de tais guardas volta-se antes para um jogo de empurra-empurra, em que ninguém quer se responsabilizar pelas pessoas presas, que são, antes de mais nada, esquecidas pela população como um todo (SABAINI e TAETS, 2011, p.2).

Uma das constatações dos autores se refere à falta de pertencimento e reconhecimento, relatado pelas agentes penitenciárias entrevistadas, em relação ao tema prisão e suas mudanças institucionais, em diálogo com a sociedade ampla:

a cada mudança de secretaria, é possível perceber uma mudança no status dos funcionários do sistema penitenciário. Enquanto a administração dos presídios estava subordinada à Secretaria de Justiça, os agentes e as agentes penitenciárias faziam parte da “Justiça”, e podiam se igualar a promotores e juízes. A partir do momento em que passam a fazer parte da Secretaria de Segurança Pública eles assumem para si o mesmo status dos policiais, e são, assim como eles, responsáveis pela “segurança”. Quando finalmente é criada a Secretaria de Administração Penitenciária eles se tornam simplesmente guardas, e não possuem outro status que aquele que os liga diretamente aos presos. Não são mais parte da justiça. Não contribuem mais para a segurança. Agora eles apenas cuidam dos presos. (SABAINI e TAETS, 2011,p.2).

As mudanças de secretarias e políticas penitenciárias, bem como de nomenclaturas, não estão necessariamente ligadas a mudanças em suas representações sociais, a uma mudança de estigma.

As histórias dos carrascos, carcereiros, guardas de presídio, agentes de segurança penitenciária, independentemente do 'tempo histórico', guardam em comum um

aspecto: o fato de sempre terem estado ligadas às situações de torturas, agressão, vigilância e fiscalização e a outros mecanismos disciplinadores utilizados para aplicar o castigo considerado justo, para punir o desvio, promover a adequação e manter uma determinada ordem social (LOPES, 2002, s/n).

Mais uma vez, a categoria trabalhadora não parece englobar os trabalhadores das prisões, cujos vários apelidos internos às instituições e difundidos na sociedade, aberta teórica e legalmente, extramuros, acionam a princípio uma eufemização do estigma contido na ideia de carcereiro e a necessidade de um apagamento de memória social sobre essa categoria e seu vínculo com a violência.

Salla (2006) analisa a história dos presídios brasileiros nos últimos cinquenta anos e a caracteriza por rebeliões reveladoras de uma recomposição nas estruturas de poder entre as pessoas em situação de prisão e os agentes de segurança. As rebeliões, segundo o autor, “são movimentos que reorganizam o poder entre os grupos criminosos presentes na massa carcerária e sobre os quais a administração tem um controle bastante limitado” (SALLA, 2006, p.287).

O autor nos informa que “geralmente as ações governamentais são voltadas para os problemas mais emergentes, e poucos são os esforços para a construção de políticas de médio e longo prazo que previnam essas instabilidades” (SALLA, 2007, p.88).

Ao longo dos anos, a Secretaria de Administração Penitenciária foi aumentando o número das unidades prisionais pelo Estado de São Paulo e, enfaticamente, após a implosão do Carandiru, alocando pessoas em situação de prisão e os trabalhadores de tais instituições em unidades no interior paulista (SABAINI, 2012). Entretanto, o número de prisões na cidade e região metropolitana ainda é significativo e com um caráter distinto de prisões em cidades pequenas, no sentido de interação. Em outras palavras, os vínculos e práticas em torno das experiências na prisão (GODÓI, 2011), entre os agentes penitenciários com o município, e os vínculos entre as famílias das pessoas presas e esse espaço de sociabilidade, são o cenário, o contexto das memórias que serão abordadas e analisadas nessa pesquisa.

As associações entre pobreza e crime atribuídas às classes populares contextualizou, conforme Zaluar (1985), uma oposição coexistente entre trabalhadores e bandidos em bairros periféricos. Feltran (2011) destacou que essa coexistência e oposição não segregadora dessas duas categorias é confusa para além do bairro, pode estar na própria família.

Familiares das equipes administrativas de prisão serem presos é uma possibilidade, constatada ao longo da história e ilustrada através de um episódio de grande repercussão midiática no início deste capítulo, assim como integrantes dessa própria equipe e policiais, podem passar, legalmente, de trabalhadores a bandidos, para o Estado. Seria, então, a prisão, tanto para o próprio Estado, quanto para as equipes trabalhadoras penitenciárias, um perigo constante? Mas mais importante que isso, como as ilegalidades são gestadas em ambientes prisionais a ponto dessa porosidade ser concretizada na perspectiva dos frequentadores, trabalhadores e ou bandidos, numa cadeia? Que condutas qualificariam uma bandidagem ao invés de abuso de poder?

Braga (2008) nos apresenta as condutas num emaranhado complexo ligadas a um estereótipo, ou mesmo *fachadas*, de bom preso e de bom criminoso. Esse trajeto entre uma categoria e outra também se apresenta porosa na prisão e para ela também parece haver um discurso, pressões coletivas e rotas de fuga. A autora destaca que a educação para ser bom criminoso “está relacionada com valores e hierarquia instituídos pelos próprios presos” (BRAGA, 2008, p.68)

Nesta pesquisa, a partir de tais apontamentos, entre as coexistências e discursos sobre categorias internas a grandes grupos, interessam-nos os vínculos que possibilitam tais percursos, neste caso, mais importante do que o espaço.

### **2.3) Soltando a pesquisa da prisão**

Quando o objeto de pesquisa foi delimitado, foi difícil isolar as histórias ou permitir uma liga entre elas. Trata-se de algo mais nebuloso que isso, poroso, pois as mulheres que conheci em prisões de certa maneira me levaram a outras. Tais informantes me proporcionaram contato cotidiano com as questões de interesse nas histórias e memórias que compõem o material etnográfico desta pesquisa.

A prisão não passa a ser mais o ambiente privilegiado desta pesquisa, mas sim tendo a prisão como um meio e uma memória. Portanto, precisa contar com o antes e depois, além de uma interpretação. De objeto a espaço e de espaço a memória foi o percurso da prisão nesta pesquisa.

Nesse sentido, para dar continuidade ao panorama de vida criminosa ou de vigilância com um processo pendular, conforme o capítulo um, tentaremos traçar um panorama do que

parece presente, sociologicamente, nas trajetórias aqui analisadas através de dados oriundos de outras pesquisas, cujo público é composto por Agentes do Sistema Prisional (ASPs) e pessoas em situação de prisão, além de pessoas egressas do sistema penitenciário sob o marcador de diferença comum entre tais mulheres, o gênero. Os estigmas da agente penitenciária e da mulher presa existem e são reafirmados em sua maioria de aspectos, mesmo que a partir de uma rearticulação. Falar de mulher presa não necessariamente precisa ser com dor, mas também pode ser. Falar de agente penitenciária não precisa ser com ilegalidade, mas também pode ser.

As tentativas de falarmos de mulheres consideram os estudos acessados como pressupostos para uma recepção de depoimentos e memórias, portanto os considera, mas não em primeiro ou maior plano. A intenção, aqui, não é positivar ou negatizar aspectos estigmatizados das mulheres *in loco*, seja como agente de segurança ou como mulher presa, mas sim trabalhar aspectos desses dois tipos mínimos e genéricos de público em uma penitenciária feminina, com vários marcadores de diferença em torno de subjetividades, elucidando questões sociais a partir de dois relatos de vida.

Nesse sentido, as vitimizações, na perspectiva da pesquisadora e das narradoras, bem como outros aspectos subjetivos das pesquisadas, sujeitos-objeto, são admitidas de acordo com as memórias apreendidas pelos relatos, tentando deslocá-lo de uma postura rígida de qualquer uma das entrevistadas, inclusive porque o que se percebeu é o conflito oriundo de lembranças que coexistem com escolhas e posições. Se algo foi mostrado por ambas, foi justamente essa fluidez constitutiva.

O uso da categoria gênero nas ciências sociais nos aponta um alerta sobre relações inscritas na ordem social e não na biologia, bem como propõe a categoria classe social e outras, ao pensarmos alteridade (BORDO, 2000). No entanto, ao contrário da categoria marxista, gênero não parece ter um alcance como aquela porque seu fundador, o feminismo, não tem o mesmo alcance que o marxismo (MORAES, 1998). Dessa maneira, estudar questões de gênero é uma maneira de encontrar sempre questões do próprio movimento feminista.

Pautando alteridade pelo aspecto social *versus* biológico, Gayle Rubin (1975) definiu o sistema sexo/gênero, ao fazer uma analogia com a relação, feita por Marx, do negro como escravo diante das relações inscritas pela lógica capital, e questionando as relações que transformariam uma fêmea da espécie humana em uma mulher domesticada. A dicotomia “natureza e cultura” estaria, nessa perspectiva, na fêmea e na mulher, respectivamente.

Outra autora que insistiu pelo apontamento da distinta difusão das categorias gênero e classe social ao longo da História e das Ciências Sociais é Joan Scott (1992).

*Enquanto a categoria classe tem seu fundamento na elaborada teoria de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) sobre a determinação econômica e a mudança história, raça e gênero não carregam associações semelhantes. É verdade que não existe nenhuma unanimidade entre aqueles/as que utilizam o conceito de classe (...) Entretanto, quando invocamos a classe com ou contra uma série de definições que, no caso do marxismo, implicam uma ideia de causalidade econômica e uma visão do caminho ao longo da qual a história avançou dialeticamente. Não existe nenhuma clareza ou coerência desse tipo para raça ou para o gênero (SCOTT, 1992, p. 73).*

Passando por distintas esferas e sendo, portanto, interdisciplinar (BAHRI, 2013), o feminismo busca analisar as relações entre homens e mulheres e os distintos vetores de poder em tais relações.

O Feminismo coloca-se em oposição à tradição de estudos sociológicos, pautados na dicotomia sexo/gênero, que reforçaram, desde os primórdios das ciências sociais, as barreiras de diferenças humanas como uma forma natural de organização social (ROCHA, 2007). Dessa maneira, há uma consolidação histórica da ideia de feminino e masculino.

Levando em conta essa ocultação da mulher na história e a distinta e menor aceitação sociológica a respeito de gênero como categoria social construída, há uma série de autoras que se preocupou em mostrar historicamente não somente as mulheres que produziram ao longo da história, bem como os estudos das ciências sociais preocupados com outras demandas, mas que ilustram alguma opinião sobre a mulher, mas principalmente sobre a questão da mulher na sociedade. Além disso, há uma série de estudos críticos que retomam o pensar sobre o feminino, desde os primórdios da filosofia.

No âmbito do mundo prático e social, entre homens e mulheres e distintas classes sociais, além de outros componentes desse cenário, outros marcadores de diferença social, há distintos, mas complementares movimentos, desde as fundações das ciências humanas, em disputa de objetos de pesquisa e teórica sobre o papel da mulher e sua importância. As diferenças nos teores podem ser respostas, mas também simultâneas, por diferenças na própria epistemologia e do problema a ser investigado.

(...) se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação

sujeito objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência (RAGO, 1998, p.3).

#### **2.4) As várias maneiras de estudar mulheres e uma precaução**

Como é que o feminismo pode redefinir totalmente a relação entre saber e poder, se ele está criando uma nova epistemologia, mais um conjunto de regras para controlar o pensamento? (HARDING, 1993, p.19)

Michelle Perrot (1984) alertava para o perigo da construção da mulher como ser universal, bem como ao fato de que as mulheres não estão isoladas dos homens, desde a esfera familiar até a cotidiana ou no aspecto privado a público. Nesse sentido, insistiu na necessidade de produções acadêmicas sobre as relações entre os sexos; entretanto, que o sujeito fosse privilegiado.

Nessa perspectiva, ressaltamos a dificuldade de trabalhar com mulheres em torno da prisão, por cruzarmos pontos polêmicos da teoria feminista e também da noção de sujeito, de sua constituição, ao nos depararmos com questões que ora podem ser vistas sob uma perspectiva de vitimização do sujeito-objeto, mas que são informadas pela entrevistada *em seu tom, exigindo cautela, mas também revelação de tais questões*.

As teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais (RAGO, 1998, p.6).

Ao observar certa tendência em um tipo de produção e abordagens sobre prisão, GODÓI (2011) a chama de “hipótese da desestruturação”.

Segundo essa hipótese, diagnosticar (ou denunciar) a erosão de vínculos familiares e comunitários é a tarefa principal dos estudos sociais que se voltam para esse problema, ficando em segundo plano uma descrição positiva dos novos

vínculos e práticas sociais que essa desestruturação primordial efetivamente engendra na vida das pessoas. (GODÓI, 2011, p.42)

Angela Davis (2003) aponta a necessidade de cautela, ao privilegiar questões já clichês sobre a prisão feminina e que auxiliam na manutenção de um discurso que não enxerga a mulher em situação de aprisionamento como sujeita ou ignoram novas ou menos visíveis demandas de questões de mulheres aprisionadas:

Qualquer estudo convencional das ciências sociais: sobre mulheres prisioneiras vai lhe apresentar uma prisioneira típica – geralmente caracterizada como ‘mãe’, com um nível de escolaridade relativamente baixo e que é também viciada em drogas. Nós sabemos que, quando vamos a prisões femininas em um país europeu, descobrimos – como no caso das masculinas – um número bastante desproporcional de mulheres imigrantes, cidadãos ilegais, africanas, asiáticas e latinas. (DAVIS, 2003, p. 528)

No trecho acima, Davis e Gina Dent (2003) conversam sobre os dinamismos que os estudos de prisão precisam conter, tanto ao transpor, quanto ao generalizar e localizar questões de gênero e mulheres. A tentativa, então, é de uma análise a partir de marcadores de diferença entre tais mulheres e também considerando a estrutura (*similaridades*) que esta tem tido como fonte “a criminologia e o estudo da punição” (DAVIS e DENT, 2003, p. 528)

Nesse sentido, e ainda num âmbito global da prisão, cuja história precisa ser considerada “como uma instituição colonizadora profundamente ligada à era mais inicial do imperialismo” (DAVIS e GINA, 2002, p. 526-7), as autoras propõem uma articulação entre igualdade da semelhança e uma igualdade da diferença e agenciamento como perspectiva.

Podemos discutir, por exemplo, as distinções entre uma igualdade da semelhança e uma igualdade da diferença, mas por que não uma teoria incorporada que também considere o agenciamento? Estou pensando nos dois paradoxos que continuam a nos perseguir. O primeiro deles é incomensurabilidade de mulheres e prisões, e o conseqüente uso simbólico de mulheres como o excesso da prisão. A imagem da mulher parindo, amarrada em correntes, na campanha da Anistia Internacional, é só um exemplo. E se colocássemos essa imagem em confronto com um segundo exemplo? Sabemos que, na Califórnia, uma nascente ‘proteção’ a mulheres é que nenhuma relação sexual entre prisioneiras e guardas será considerada consensual. A história das resistências à subordinação de mulheres na prisão também nos reprime, visto que pressupõe que essas mulheres não são agentes. (DAVIS, 2003, p. 503)

Partindo dessa perspectiva, tentaremos elucidar a presença de tais vínculos. Assim como os trajetos entre categorias de sujeitos são porosas, assim como os ambientes onde estão dispostos, os ambientes prisionais, o que nos interessa, nesta pesquisa, são as

porosidades das constituições dos próprios sujeitos de classes populares, numa gama de muitas semelhanças, mas tantas distinções a partir de construções morais. Dessa maneira, pretendemos elucidar questões de gênero, sexualidade, poder e condições sociais a partir de duas trajetórias narradas por si mesmas, utilizando, então, memória e reconstituições de significados das entrevistadas, ao lembrarem a experiência da prisão, que mais uma vez apresenta sua porosidade, mas não ausência de rigidez institucional e memória marcada.

As duas trajetórias que serão analisadas no próximo capítulo mostram as prescrições que as marcaram, suas construções de valores em torno disso, além de conflitos internos, seus dramas, e conflitos sociais, numa lógica de trama que ora pode ser vista como traumática, ora pode ser vista como experiência que, por distintos marcadores, pode ou não ser encarada como invisível e ou excepcional.

### **Capítulo 3. Madá e Lena entrecruzadas**

Trabalhar com histórias de vida tem muitos desafios. Conforme sugestões para pesquisa com *histórias de vida*, de Sueli Kofes (1994), e para *memória*, de Ecléa Bosi (2003), traçamos um cronograma em que as entrevistas foram feitas em espaços de mais ou menos

dois meses, sendo que o contato era mantido por telefone e pela internet. Partimos, então, das histórias e memórias juntas, a partir dos aspectos trajetórias de vida e memória da prisão.

### 3.1 Em busca de um desprendimento do muro – para que lado?

Quando você vai a uma penitenciária, eles, os agentes penitenciários, diretores, dizem para você não acreditar no que os presos falam, mas se você se der ao trabalho de perguntar aos presos, eles vão dizer também: não acredite no que os agentes penitenciários falam... o sistema penitenciário é um jogo de xadrez jogado com venda nos olhos e sem se saber as regras.”

(Luís Carlos Valois)

Ao iniciar a primeira atividade em uma penitenciária feminina paulista, em 2010, passei por uma situação, descrita abaixo, nas anotações de campo, que, durante quatro anos, foi mudando aos poucos, na minha reflexão, o percurso na e da prisão a ser seguido nesta pesquisa. Essa situação demarca, como a situação que expus no segundo capítulo, as distinções entre “mulher agente” e “mulher bandida” e a escolha da pesquisadora.

O trecho a seguir é daquele ano, 2010. Naquele período, minha preocupação era estudar as mulheres presas de uma penitenciária feminina paulistana e eu desenvolvia um trabalho de mediação de leitura, através do Projeto Leitura<sup>28</sup>, com algumas dessas mulheres. A figura agente penitenciária aparecia em meu imaginário de trabalho como alguém que provavelmente se importaria de não receber tal benefício. Nos treinamentos do projeto, fomos orientados a respeitar os guardas, o que me causava mais temor do que a imagem de carcereiro já carrega.

Minha primeira entrada em uma penitenciária feminina não foi difícil, pela minha condição. Entrei como mediadora de Leitura do Projeto Leitura e não como pesquisadora. Esse vínculo forneceu-me a oportunidade de permanecer não apenas na Escola da Penitenciária e mediar rodas de leitura das presas inscritas e que se inscreveram<sup>29</sup>, como de permanecer durante períodos de espera na Portaria e conversar, informalmente, com agentes penitenciários.

---

<sup>28</sup> Projeto que incentiva a leitura nos presídios de São Paulo, com a criação de bibliotecas e rodas de leitura. O projeto é fruto de uma parceria entre a FESPSP e a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

<sup>29</sup> Uma das assistentes sociais da Unidade alega que a prioridade de seleção de quem participará do projeto é ‘estar sem trabalho’. No início, havia vinte e cinco inscrições. Mas, desde o início da roda, há somente quinze participantes da atividade. Não foi informado se algumas delas começaram a trabalhar. E há duas participantes que trabalham desde o início das reuniões.

Um dos meus temores a respeito da entrada na Penitenciária era o contato com os agentes penitenciários, durante o curso de preparação do projeto. Neste, fui orientada a jamais passar o portão, mesmo que já estivesse aberto e muito menos empurrá-lo e abri-lo, além de sempre “dançar conforme a música”. Além dessas orientações, segundo diversos relatos, os agentes gostavam de ficar ouvindo as rodas de leitura e isso intimidava as participantes. O primeiro dia em que fui à Penitenciária Feminina da Capital (PFC), foi em maio de 2010. Quando cheguei, estava sem a camiseta do projeto e ouvi de alguns agentes, logo após responder suas contestações sobre quem eu era, frases como: “Leitura o quê?”, “Mas é aula?”, “Você fica lendo?”, entre outras. Após o curso, forneci alguns textos aos agentes que me questionaram, alguns deles agradeceram e outros não, mas ainda assim aceitaram.

Nesse mesmo dia, durante a atividade que realizava, ouvi um sinal e algumas participantes da atividade saíram para fumar um cigarro. Decidi fazer um intervalo também. Assim que abri a porta, estavam no corredor as sentenciadas que havia conhecido ainda há pouco e várias outras mulheres vestidas com camiseta branca e calça amarela, o uniforme das sentenciadas, fumando cigarros, formando uma espécie de “corredor polonês”. Logo à frente, havia duas agentes que, enquanto eu me dirigia ao pátio para fumar um cigarro, me chamaram até elas. Quando cheguei, uma delas me mostrou o cinzeiro e disse que fumava, enquanto a outra tapou o nariz. Eu disse que, no meu trabalho, somente podia fumar em espaço aberto e que fazia o mesmo lá.

Naquele dia, então, lá fora, antes do intervalo terminar, e pensando no que havia ocorrido, refleti que o que eu tentei fazer talvez tenha sido me neutralizar, o que naquele corredor não seria possível. Se eu não tinha fumado um cigarro numa parte do corredor, por que fumaria na outra? Embora estivesse indo diretamente ao pátio, eu poderia ter parado e fumado com as agentes, até porque as moças de branco e amarelo não me fizeram esse convite. Após esse acontecimento, comecei a perceber o meu conflito, a separação demarcada entre agentes de segurança e presas *versus* a minha separação pretendida.

É necessário dizer que os dois grupos primordiais de uma prisão feminina, as agentes penitenciárias e as mulheres em situação de cárcere, quase desde o início me chamavam atenção, como assunto, enquanto eu, como pesquisadora, ainda não atingia uma neutralidade a partir da hierarquia ali estabelecida. Como pesquisadora, eu entrava em conflito, no sentido de acreditar que deveria estudar um público, reiterando um discurso que mais tarde pude conhecer de outra maneira: ficou claro que as agentes faziam parte desse sistema e que não

se poderia estudar as mulheres presas isoladamente. Pude ver sua brecha. Foi a partir dessas brechas que cheguei até a história de Madá e Lena e que pude perceber a existência de uma rede de jogos de poder na relação entre mulheres presas e mulheres que guardam, de cunho emocional ou não, como os desta pesquisa, de afetos, entre as pessoas que ambientam uma prisão. Se há desafeto, isso já passa também pela emoção e não é apenas um discurso ou uma regra. Em outras palavras, passa pelos aspectos emocionais, mas, como qualquer relação social, tem regras, transgressões e enunciados discursivos.

### 3.2 A história de Madá

#### **Coração vagabundo**

(Caetano Veloso)

Meu coração não se cansa  
 De ter esperança  
 De um dia ser tudo o que quer  
 Meu coração de criança  
 Não é só a lembrança  
 De um vulto feliz de mulher  
 Que passou por meus sonhos  
 Sem dizer adeus  
 E fez dos olhos meus  
 Um chorar mais sem fim  
 Meu coração vagabundo  
 Quer guardar o mundo  
 Em mim  
 Meu coração vagabundo  
 Quer guardar o mundo  
 Em mim

***“Meu coração é bandido.”***

Madá é agente penitenciária desde 1994. Deve medir mais ou menos 1,60m; tem cabelos lisos e pretos, bem curtos. Tem planos de retirar seus seios, porque não gosta muito deles, e acha que ficará mais bonita sem eles.

É uma mulher que fala firme e mansamente, de maneira simultânea. Madá se apresenta como uma contradição viva, em seus jeitos de ser. Parece, e é, uma pessoa dura,

mas chora com facilidade. Emociona-se e se revolta. Seu nome é duplo, na verdade, antecede por Ana, mas ela gosta mesmo é do segundo porque acha mais forte.

A primeira vez que conversamos foi por telefone, apenas no momento em que decidiríamos o horário de nos encontrarmos. Ela já havia aceitado ser entrevistada por intermédio de sua esposa, com quem eu falava há alguns meses pelo *Facebook*, após uma informante me passar seu contato.

Assim que cheguei à sua casa, Madá me ofereceu cigarros e, em seguida, falou para eu sentar e que logo almoçaríamos. Madá começou me contando sua história, quando soube que eu estava gravando, dizendo:

A minha história começa assim: Eu fui uma criança muito feliz, eu sempre tive de tudo, os melhores brinquedos, as melhores coisas, as melhores roupas, e minha mãe, meu pai, sempre foram amorosos. Sinto muita falta, porque eu perdi eles muito cedo, mas eu brinquei de bolinha de gude, de pipa, de carrinho de rolimã. Eu tive uma infância maravilhosa, não tenho do que reclamar. Mas enfim, aos 14 anos, faltando 2 meses pra completar 15 anos, com a minha festa de 15 anos preparada, né, festa de debutante e tal, minha mãe faleceu repentinamente eu não quis decepcionar minha família, eu sempre tive esse jeito masculinizado, sempre. Desde os meus 6 anos de idade eu já sabia o que eu queria. Eu agarrava as meninhas no banheiro da escola, eu beijava na boca, eu brincava de papai e mamãe e sempre era o pai. Eu sempre soube que eu era diferente, e minha mãe também percebeu que eu era diferente, só que ela não aceitava, então ela... Minha mãe era cabeleireira profissional e tinha uma boutique de roupas, então ela sempre me... tentou me passar como uma figura feminina (Informação verbal)<sup>30</sup>

Madá termina essa primeira apresentação sobre sua vida contando que, quando sua mãe faleceu, em 1986, ela já era apaixonada por uma menina da escola que tinha o mesmo nome que o seu.

Madá diz que naquele momento se sentiu uma *pessoa doente, que não era de Deus*. Ela liga essa sensação ao período da morte da mãe e à descoberta de sua família sobre sua vontade sexual. A família de Ana, a primeira paixão de Madá, descobriu o caso das duas através de cartas que ambas trocavam e fez um escândalo na porta de sua casa: “Todo mundo queria me agredir, eu apanhei, nem sabia por quê, mas apanhei, só porque eu beijei a menina. Percebi que eu achava que eu era doente.” (Informação verbal)<sup>31</sup>

Madá liga esse fato à primeira recriminação por parte de sua irmã. Entretanto, sua prima, Elvira, com dezoito anos, três anos mais velha que ela, foi a única que Madá lembra

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Madá em agosto de 2013

<sup>31</sup> Idem.

de ter dado apoio. É interessante notar que Madá ressalta que essa prima tinha *uns amigos gays*. A partir dessa estrutura fornecida pela prima, como Madá refere, ela viu sua capacidade de seguir a vida. Ela fugiu com Ana. Dormiram na rua alguns dias. E depois dormiram na casa de um homem que conheceram, segundo ela *sem maldade*, ou seja, sem outros interesses, mas depois Madá *viu que não era isso* e cada uma voltou para sua casa.

O abandono que Madá sente se mistura com sua vontade de fugir, devido à não aceitação e à recriminação de sua homossexualidade.

A afirmação de uma identidade homossexual acaba por ressignificar um padrão de conduta estabelecido no bojo das relações familiares, deslocando um lugar social produzido no entrecruzamento entre classe, gênero e raça. As formas de sociabilidade marcadas como homossexuais (espaços de sociabilidade, relacionamentos amorosos, amizades) acabam sendo um importante ponto de apoio para negociar com o peso ambivalente da herança familiar. É importante lembrar, no entanto, que esse movimento não é necessariamente produtivo - ele pode colocar os sujeitos em uma posição de imobilidade profundamente marcada pelo ressentimento. (ZAMBONI, 2014, p. 160)

Em *Abaixo do Equador*, Richard Parker nos apresenta o Brasil como uma colcha de retalhos de culturas e subculturas que parecem se cruzar e se entrelaçar no fluxo da vida diária.

A intrincada textura de sistemas culturais é tão característica da sexualidade como de qualquer outro aspecto da vida brasileira, e a cultura sexual brasileira pode ser vista como fundamentada em uma gama quase infinita de quadros culturais distintos que se sobrepõem e interagem de formas extraordinariamente variadas - e que são fundamentais na configuração das experiências e compreensões sexuais de diferentes indivíduos (PARKER, 1999, p.51).

No retorno, passou a morar na casa, além dela, a irmã, Julia, seu marido e o irmão delas, Raul, dois anos mais novo. Madá e Julia, no entanto, se davam cada vez menos e Madá tinha o apoio de Elvira e sua tia, Joana. Sentia-se diferente da família de primeiro grau e encontrava apoio e compreensão nessas duas relações.

Antes de entrar para o *sistema* (penitenciário), Madá trabalhou durante anos na sala VIP da Infraero, no aeroporto de Cumbica. Estava aprendendo a falar inglês com intuito de prestar um concurso para mudar de cargo por lá mesmo. Prestou também outro concurso, que achava que não seria aprovada, porque não tinha estudado. Um ano depois, recebeu um telegrama, solicitando apresentação na *unidade prisional A*, na grande São Paulo e para o público masculino.

Nesse ano Madá recorda estar entre os vinte e três e vinte e quatro anos. A tia de Madá, Joana, aconselhou-a a assumir a vaga, dizendo que ficar lá no aeroporto seria ilusão e que no sistema penitenciário ela seria uma *funcionária efetivada*:

Funcionária pública e tal, então eu caí nessa ilusão. O engraçado de tudo é que todos os dias eu vi o presídio Adriano Marrey ser construído. Todos os dias eu passava ali e achava que ia ser um Shopping, mas quando colocou as torres de segurança, eu falei: "Não, Shopping não tem isso" (Informação verbal)<sup>32</sup>.

A ironia com a qual Madá relata essa sua inocência ou ilusão nos remete aos “enclaves fortificados”, conforme Caldeira (2000). Naquela construção, que ainda não era clara para Madá, estariam dois símbolos que marcam a segregação urbana na década de 1990. Segurança e consumo teriam uma construção segregadora. Seriam esses espaços privatizados, fechados e justificados pelo medo da violência, por parte daqueles que se sentem ameaçados e preferem abandonar os espaços de livre acesso e circulação. A prisão conteria muros de segregação como também o shopping, num esquema de segregação hierárquica.

Mas eu nunca pensei que iam fazer uma cadeia. Tudo bem, aí eu fui me apresentar, entrei como Mestre de Ofício Cozinheira, né, que nem existe mais essa profissão, agora é Oficial Operacional, que eu não sei, operar o quê, que eu não opero ninguém, não sou Doutora, não sou nada. Tento operar alguma coisa aí, mas tá difícil. Aí eu entrei no Sistema e comecei a ver, você é jogado "cru", tipo assim: "Vai trabalhar". Então você tem que aprender a trabalhar na garra, tipo: "Olha, abre aquele portão ali". Te dá um molho de chave, você tem que aprender o que destranca a porta e aquele outro, o quadradinho, que destrava a porta. Era uma função que eu nem tinha que fazer, mas pra ajudar, a gente faz.-(informação verbal)<sup>33</sup>

Madá expõe uma dificuldade na trajetória profissional e rotineira dos agentes penitenciários: a falta de treinamento do trabalhador penitenciário. Dos estudos lidos na pesquisa, um destaca essa informação. Em uma pesquisa realizada pelo Centro de estudos da saúde do trabalhador (Secretaria de Saúde do Estado da Bahia) e Departamento de Medicina Preventiva (Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia), foi

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Madá em agosto de 2013.

<sup>33</sup> Idem.

constatado que mais da metade dos entrevistados afirmou não ter recebido treinamento para a função exercida e familiarização com o ambiente prisional.<sup>34</sup>

Esse fazer para ajudar está emaranhado em um acúmulo de funções comum a outras agentes penitenciárias entrevistadas na pesquisa e misturado a uma hierarquia formal que Madá aponta, mas que se potencializa informalmente nas relações de trabalho, no sistema prisional. À mudança de diretoria estaria paralelamente à mudança de diversos cargos que configuram a ideia de equipe de trabalho. A colaboração existiria, dessa forma, em âmbito prático, a partir da urgência de necessidade de segurança, mas também por uma rede de afetos e poder entre e no corpo de funcionários. Os afetos podem ser amizades e parcerias de trabalho, além de outras relações, que carregam subjetividades da trajetória de cada trabalhador de prisões. O poder entre o corpo de funcionários se desloca por distintos vetores através da hierarquia posta e reconhecida formalmente, mas também através das subjetividades de cada um nas relações afetivas.

Para Madá, o sistema, como chama o sistema prisional, se trata do convívio entre distintas regras, sejam elas constituintes da dinâmica da unidade prisional que, inclusive, pode ser diferente das regras mais gerais, gestadas pela Secretaria de Administração penitenciária, através das vivências das pessoas presas e dos agentes penitenciários. É ali que as penas e os trabalhos são vivenciados e circunscritos numa *humanidade* e fora do sistema jurídico. A pena vivenciada ali é apenas estipulada no tribunal. A maneira de viver a pena está pautada por relações feitas na prisão e com o discurso que suscita as práticas a partir de discursos dos Direitos Humanos, mas de uma maneira mais minuciosa, que depende do cotidiano da unidade e dos tratamentos interpessoais dos dois grupos primordiais da prisão: administração e pessoas presas.

Essa *humanidade* revelada por Madá passa pelo discurso institucional de Direitos Humanos que exige atenção. As ditaduras republicanas marcaram a discussão em torno das prisões brasileiras, enfaticamente a ditadura militar:

Esse fenômeno aparece na ditadura de Vargas, mas de maneira marginal, como vimos, pois a grande maioria dos perseguidos pelo regime são militantes de esquerda provenientes das classes populares, operários, artesãos, pequenos comerciantes e funcionários. Já durante a ditadura militar essa proporção se inverte: mais da metade das pessoas presas a partir de 1969 eram estudantes e profissionais com título universitário (OLIVEIRA, 1996, p.63).

---

<sup>34</sup> Esse estudo também revela o desvio de função como algo cotidiano, nesse ambiente de trabalho. Além disso, é importante ressaltar que não encontrei esses dados para a realidade do sistema prisional paulista. Entretanto, esses dados refletem a situação dos presídios brasileiros.

Nessa perspectiva, os Direitos Humanos passaram a ser identificados com a luta dos presos políticos do regime militar. Entretanto, após a redemocratização e com a renovação dos propósitos, “a ideia de direitos humanos começou a ser desvalorizada pela opinião pública, e os seus militantes começaram a conviver com a incômoda acusação de serem defensores de bandidos.” (PERALVA, 2000, p. 74).

Autores como Hulsman e Celis (1993) apontam um sentimento de igualdade em relação ao preso político. A partir dessa perspectiva, a classe média conseguiria se colocar no lugar daqueles prisioneiros. Entretanto, o tema Direitos Humanos no Brasil, a partir da redemocratização, embora muito trabalhado por ONGs, parece ter uma configuração distinta da do regime militar e pouco aceita pela mídia atualmente. Além disso, a discussão e entendimento dos Direitos Humanos muitas vezes são encarados de maneira comparativa aos sofrimentos das vítimas dos crimes. E ser a favor de tais direitos implica, nessa lógica, ser-condescendente com o crime, estar do lado de lá do muro.

Madá trabalhou durante cinco anos na copa da unidade prisional B, para onde foi escalada, num presídio masculino. É referindo-se a essa unidade que Madá diz que aprendeu muito sobre o *sistema*. Uma das atividades principais era a contagem de facas. Na copa, trabalhavam três funcionários, incluindo Madá, e mais seis pessoas.

Até o dia que o preso chegou a me assediar, né. Houve um assédio. Foi até uma coisa que eu me senti mal porque ele me assediou e eu fui falar pro Diretor de Disciplina. Eu fui falar pro Diretor de Disciplina "recolher" o preso, ele quis saber o motivo, eu falei o motivo, mas na inocência, eu não falei pra ele machucar o cara, ou bater nele nem nada. Eu falei o que ele tinha feito. Aí o cara foi pra dentro da cadeia, aí bateram muito nele, bateram muito, muito, muito nele, que dois dias depois ele teve que ir pro PS porque estava vomitando sangue, então eu me senti muito culpada. Desde então eu nunca mais... Se acontecer alguma coisa do gênero que aconteceu, eu nunca mais falei nada, tentei sempre resolver da minha forma. Então foi uma coisa que eu fiquei muito chateada, me senti culpada, e talvez ele nem tenha feito por mal, ou ele foi safado mesmo, não importa. Eu acho que bater não resolve (Informação verbal)<sup>35</sup>

Dentre as práticas de repressão ao desrespeito ao agente penitenciário, Madá se posiciona contra a violência física.

Após esse episódio, que marcou uma constituição e posicionamento político de Madá naquele presídio, o de não bater e não apoiar atitudes de violência física contra pessoas

---

<sup>35</sup> Entrevista concedida por Madá em 06 de agosto de 2013

presas, como também em sua conduta e questões relacionadas a pessoas em situação de aprisionamento, ela foi convidada por uma psicóloga, Gisela, para migrar para a área de educação, em outra unidade prisional. Indagada por essa diretora sobre o seu grau de instrução escolar, ela se comprometeu a voltar a estudar, para ocupar legal e formalmente a vaga de Diretoria de Oficinas. Após três meses, Madá foi para a unidade prisional C e já assumiu o cargo, mas terminou sua formação através de supletivo e sua situação trabalhista se tornou regular apenas seis meses depois. Quando a equipe que a contratou na Unidade C foi transferida para a unidade D, Madá foi junto e continuou no mesmo cargo. Ainda sobre essa unidade prisional, Madá ressalta:

Eu tive todo o apoio de todos os diretores, comecei a fazer um trabalho muito bonito lá na Unidade C, lá era muito frio, tinha muito bicho: cobra, aranha, sei lá, tudo que você imaginar: frio, fome, sede, calor. A gente passou tudo, junto com as presas. Junto, da mesma maneira, a mesma comida que elas comiam.” (Informação verbal)<sup>36</sup>

A respeito de sua sensação de situação comum com as mulheres presas, Madá acredita que “sua vida foi tão louca que ela poderia estar ou ter estado do outro lado do muro, mas que Deus a colocou no lado de funcionária.” (Informação verbal)<sup>37</sup>. Ela pode ir para sua casa e a única diferença é essa, pois o sofrimento é o mesmo.

Goffman (1961), em *Manicômios, Prisões e Conventos*, aponta que todos dentro de uma instituição total, estão submetidos às mesmas e determinadas regras. É nesse sentido que Madá não separa seu sofrimento diário numa instituição que se pretende total. Ela recorda o primeiro contato que teve com familiares em uma prisão:

Eu lembro como foi a 1ª visita na Unidade C, que entrou uma senhorinha no box, que a filha dela foi transferida de uma outra unidade pra lá, entendeu? Eu falei: "Senhora, bom dia. Tudo bem com a senhora?" Ela falou: "Tudo bem". Eu falei: "Senhora, a senhora vai ter que tirar toda a sua roupa, tá? A senhora vai tirar toda a sua roupa, vai colocar aqui e a senhora vai ter que agachar 3 vezes". Então, nessa hora ela começou a chorar. (Informação verbal)<sup>38</sup>

Madá reflete que não há possibilidade de liberar o vexame da revista porque, segundo ela, *quem estraga*, nesse sentido, *a prisão é o próprio preso e a família arrasta*, informa qual funcionário não fez a revista como exigido pelo *sistema*. Numa perspectiva foucaultiana,

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida por Madá em 06 de agosto de 2013

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Madá em 06 de agosto de 2013.

estamos de frente com o exame, que faz de cada pessoa um caso que, concomitantemente, é um objeto para o conhecimento e um alvo para o poder (FOUCAULT, 2002).

Aos vinte e dois anos, teve uma filha, Tamara, hoje com vinte anos. Grande parte da preocupação de Madá em relação à Tamara refere-se às suas companhias e hábitos.

Quando ela tinha treze anos de idade eu a levei na penitenciária para ela conhecer a penitenciária, eu pedi muito para ela, que ela sempre olhasse com quem que ela anda, com quem que ela se envolve, para um dia ela não ir parar naquele lugar, porque ali é onde filho chora e a mãe não ouve. (Informação verbal)<sup>39</sup>

O medo de Madá de ser presa, atualmente refere-se também aos seus hábitos, hoje já menos *ligados ao que é criminoso*: “Não uso mais cocaína. E maconha só de vez em quando. E beber pode.” (Informação verbal)<sup>40</sup> Desde que se tornou agente do sistema prisional, trabalho também aludido por nomes como *guarda* por mais de uma geração de funcionários e pessoas presas do sistema, assim como *senhora*, e ainda *carcereira*, um termo já dos mais antigos nas prisões, Madá teme ser presa, estar do “outro lado”.

Entretanto, Madá conta que já foi trabalhar *chapada, inúmeras vezes de pó*<sup>41</sup>, assim como outras e outros colegas das unidades por onde passou. Conforme as falas de Madá e informantes da pesquisa, o uso de drogas lícitas e ilícitas entre a equipe administrativa é constante e comum. O medo, nessa perspectiva, parece estar na mudança do lado em que se usa e se ocupa. Se pega fora da prisão, não seria mais a Madá que usava cocaína para chegar lá, com a finalidade de trabalho. A questão do uso de drogas que Madá relata não é necessariamente ligada a ressacas, marca também *um jeito de ir trabalhar que ameniza*.

Madá nos aponta essa estratégia ao trabalho, o que ameniza, ao estresse do ambiente prisional a partir do cotidiano penitenciário, marcado pela desconfiança e marca sua posição sob o segmento de agentes penitenciários: “Segundo pesquisas realizadas pela Academia Penitenciária cerca de 30% dos agentes de segurança dos presídios apresentam sinais de alcoolismo. Um em cada dez sofre de distúrbios psicológicos” (CREDENDIO, 1998)<sup>42</sup>.

A noção de semelhança e cansaço são sensações que a faziam rearticular a suas idas e vindas diárias da prisão. A distinção, entretanto, era legal, formal e marcada por momentos de poder que, segundo Madá, os agentes se deparam e têm de enfrentar ao incorporar:

---

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Ibidem.

<sup>41</sup> Cocaína.

<sup>42</sup> Reportagem de Ernesto Credendio, veiculada pelo jornal da Folha de São Paulo, em 29/11/1998. Disponível no endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff29119815.htm>

Já coloquei presa de castigo por indisciplina, por falta de respeito. Não por perseguição, porque me desrespeitou mesmo porque bateu de frente sem motivo, talvez porque a pessoa já estivesse com outros problemas e veio descontar em mim e acho que acabou pegando pesado e às vezes você tem que fazer isso para que as outras pessoas não vejam e façam a mesma coisa ou que você seja cobrado por outro funcionário, que o outro funcionário, você não coloca de castigo mas o outro funcionário vem e coloca, se ele presencia a cena ele vem e faz por você, então as vezes você tem que mostrar. E você tem que ser enérgico até mesmo pra você ter o respeito né? Eu já dei oportunidade também da pessoa me pedir desculpa: "- O dona Madá me desculpa ,eu tava nervosa" - "Ah , tudo bem. Espero que isso não se repita mais" Se quiser conversar, precisa conversar, um atendimento é só chamar porque assim você não vai conseguir chegar a lugar nenhum. (Informação verbal)<sup>43</sup>

Entre seu posicionamento político contra a violência física Madá precisou estabelecer seus meios com as condutas comuns, que também são fluidas, do corpo de funcionários. A vigilância do contato de uma agente com uma presa, em suas falas, pareceu sempre ser constante e um cuidado necessário a observar. O respeito do corpo de funcionários se apresenta também como necessário, assim como o das pessoas presas. Essa relação de respeito entre essas duas partes tem uma construção detalhada, para Madá, e se apresenta fluida e misturada, num trajeto entre o aspecto pessoal, a partir de sua montagem e roupagem de gênero e sexualidade, e o profissional, de agente penitenciária. Entretanto, a partir dessas perspectivas, em rede e relação.

Sempre tem que haver, tem que ter, porque se não tiver vira bagunça, foge do controle das duas partes porque o funcionário vai falar o que quer e o preso vai falar o que quer. Tem que ter o respeito da parte principalmente do funcionário primeiramente, na minha opinião, pra ele poder receber o respeito, né? E antigamente era uma coisa muito bacana... o preso quando vinha falar com você ele já punha postura , era a mão para trás e abaixava a cabeça, a pessoa não olhava nos seus olhos .."por favor um minutinho da sua atenção senhora, a senhora pode me atender agora?" entendeu? hoje em dia já ta mais largado hoje em dia já ta "Então viu senhora!/? Então um min..." já vem gesticulando entendeu? uma coisa já mais... bem bandidagem , de malandragem mesmo e não é todas mas a maioria e acho que quem dá mais respeito hoje em dia são os presos mais antigos, né? que já tem uma disciplina antiga e ele já percebeu que com esse tipo de respeito ele consegue ir mais além, ele cativa mais o funcionário, o funcionário não pega raiva dele,o funcionário sente que ele tem um respeito importante, entendeu? Então o

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida por Madá em 06 de agosto de 2013

funcionário sempre dá uma atenção a mais para esse preso que sabe se colocar (Informação verbal)<sup>44</sup>

Nesse trecho Madá também elucida sua visão, e principalmente reconhecimento, de estratégias políticas que uma pessoa presa pode adotar em relação à vida e estrutura de uma prisão. Nessa perspectiva, reconhece a autonomia que a pessoa em situação de aprisionamento possui em uma instituição total.

Madá conheceu o pai de sua filha nos *rolês que dão ressaca*<sup>45</sup>, conforme gosta de dizer. Eram amigos e, como ela queria ter um filho ou filha, manteve relações sexuais com ele até engravidar. Depois disso, criou Tamara com sua companheira Taís que, na época, também queria ter um ou uma filha. Tamara veio como filha das duas juntas. Tamara tem relação tanto com Madá e Taís quanto com Almir, seu pai biológico, e sua tia Julia, a irmã de Paula, que a criou a partir de seus doze anos. Essa relação parece ser harmoniosa entre Tamara e os quatro, mas as questões entre eles não foram sempre fáceis e ainda não são. Madá se queixa da influência que Julia exerce sobre Tamara tanto em afirmar que Madá mal cuidou dela quanto de dizer que Madá preferiu continuar a relação com Lena, sua atual esposa, a quem Julia se opôs desde o início.

No que diz respeito à maternidade e muito aos conflitos referidos acima, Madá se sente prejudicada e roubada por sua irmã. Segundo ela, foi a irmã quem convenceu Tamara a não querer morar mais com a mãe, após Madá ter “mudado de casamento”. Se, antes, as suas parceiras, a própria *mãe também* de Tamara, Taís, e a esposa posterior, Andresa, correspondiam a um conjunto de características aceito por Julia, o mesmo não ocorreu com Lena, com quem Madá se relaciona atualmente.

Andresa, ex-esposa de Madá, é egressa do sistema penitenciário paulista, assim como sua esposa atual. Sobre esse relacionamento anterior, há uma série de distinções de sinceridade na relação e até mesmo legitimidade para o que Madá relata ser amor de verdade. Ao contrário da esposa atual, Andresa é recordada nas memórias de Madá como interesseira, mas algo que somente foi constatado ao fim do relacionamento, mesmo período em que Lena surgia na vida de Madá. Entretanto, a figura da ex-esposa parece ter sido um aprendizado, além de ter marcado de maneira significativa o posicionamento político que Madá poderia ter nas opções sobre um grande tabu nas prisões e em suas porosidades, assim como

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida por Madá em 06 de agosto de 2013.

<sup>45</sup> Saídas e uso de maconha, álcool e cocaína.

semelhanças, os afetos entre as pontas de classes sociais diante de instituições estatais: guardas e presos; policiais e bandidos. Madá e Andresa se conheceram um pouco antes daquela conseguir liberdade na Unidade C:

Já existe esse tabu né? Que o funcionário jamais, em momento algum, deve se envolver amorosamente com o preso, né? Existe esse tabu, sempre existiu e sempre vai existir. Então é uma coisa que a gente não se permite tanto do lado dos funcionários quanto do lado dos presos também. Procurava evitar me permitir, mas ninguém manda no coração, né? E foi uma coisa de olhar, né? Eu vi a primeira vez e eu acho que eu já tava fragilizada com o meu casamento e tal, já tava meia desgostosa e como eu era mais jovem, e aí eu deixei acontecer, né? Eu não parei pra pensar no que ia acontecer (...) eu entrei de cabeça assim sem pensar nas consequências e me arrependeu eu não me arrependo, eu me arrependo das coisas que eu não faço, e não me arrependo de nada que eu faço. Assim, mas se tivesse alguma coisa que eu pudesse mudar eu mudaria, né? Porque esse casamento em si ... ela era uma pessoa muito jovem e eu sinto que ela foi um tanto oportunista entendeu? Porque ele tinha dois filhos e aí ela ia sair daquele lugar e precisava de uma casa pra morar, pra pegar os filhos dela porque os filhos dela moravam com a sogra né? e o menino tinha 5 anos e a menina tinha 4 e a minha filha já tinha 10 anos, 10 pra 11 anos, por aí. Aí entendi, depois que a gente se separou, foi uma coisa um pouco oportunista porque eu acho que da parte dela gostar mesmo eu acho que ela não gostava. Foi mais uma coisa pra ela se estabelecer mesmo e pra mostrar pra família dela que ela tinha mudado, ela precisava desse voto de confiança. (Informação verbal)<sup>46</sup>

Madá refere a um cuidado necessário das agentes penitenciárias homossexuais:

(...) quando a agente é homossexual, a gente prefere ... a gente procura ser o mais reservada possível para que as pessoas não pensem que você que está dando em cima, que você está olhando com outros olhos, para que a população te respeite, então que você não... que você está ali como um profissional, você tem que ter essa postura, tem uma hora que você quer, que você precisa ser ... amável, você tenta ser amável mas não pode, porque se você for amável as pessoas já vai pensar ao contrário então você tem que ser seco<sup>47</sup>

Nesse sentido, como informa, ela se apaixonou por Andresa e manteve na discrição tal afeto, que funcionou como estratégia a uma regra legal e um discurso na prisão que não tem a ver somente com a questão e tabu em torno da sexualidade nessa instituição, mas com a porosidade que existe e é reconhecida entre esses dois segmentos primordiais da cadeia, que podem se conhecer fora e dentro justamente por semelhanças e condições sociais. A

<sup>46</sup> Entrevista concedida por Madá em 06 de agosto de 2013

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Madá em 06 de agosto de 2013.

divisão de classes populares que é gestada pelo sistema prisional é elucidada entre quem é preso e quem pode vigiar e pode cuidar, é o fomento também desse discurso sobre distância entre tais partes. A possibilidade de certeza sobre uma amizade, um favor e, mais ainda, um relacionamento, estão presentes nas memórias de Madá, bem como a insegurança que isso gerava.

O relacionamento com Andresa surgiu nesse campo de conflito:

me arrastar para a população, se ela falar que eu assediei ela, se ela falar que eu dei em cima dela, eu poderia sair como a errada da errada, mas eu não quis saber, eu quis viver esse momento e eu não pensei nas consequências, sinceramente eu não pensei, porque foi mais forte do que eu, entendeu? no caso da Peu foi mais forte, foi uma coisa de paixão assim sabe? porque ela é bonita, então aquilo me sensibilizou, não sei, fiquei, sabe? novinha, sei lá... nem eu consegui entender direito o que que eu senti, agora em relação a Jana, a Jana eu fui conquistando aos poucos, eu fui conquistando, e eu não queria que ela pensasse que eu tava ali pra... pra eu usar ela, eram bem fracos os sentimentos dela, porque ela já estava em uma situação difícil, já não tinha os filhos, já foi uma pessoa assim... eu já sabia um pouco da história dela e ela tinha outras pessoas que gostavam dela, outros funcionários que gostava dela então foi bem diferente, sabe, assim? é... ela cativou, não só eu como outros funcionários. (Informação verbal)<sup>48</sup>

Madá sempre emendou um relacionamento em outro: de acordo com ela, se desapaixonava e se apaixonava por outra pessoa quase que simultaneamente. Nesse relacionamento, como disse, era muito jovem e não resistiu. Quando conheceu Andresa, mantinham a relação em sigilo, mas as desconfianças sempre existiram. Inclusive, Lena, a atual esposa de Madá, suspeitava de tal relacionamento.

Quando questionada sobre a confiança que tinha em Andresa, Madá relata que deu um voto de confiança a ela:

porque ela é de uma família boa. A família legal; pai e mãe trabalhadores, irmão e tal. A pessoa que ela se envolveu, que é o pai dos filhos dela que não era uma pessoa legal entendeu? Então ela foi pro caminho errado, né? ela foi pro caminho errado infelizmente e o pai e a mãe se sentiam muito culpados. A sorte dela é que mataram o rapaz, né? Porque eu acho que se ele tivesse vivo ... ela assim tentou consertar toda história da vida dela em cima de mim e aí realmente ela conseguiu consertar entre aspas, né? (...) aspas porque a gente viveu juntos por cinco anos e foi aonde as crianças cresceram, foram pra escola e tiveram uma estabilidade. Só que nesses anos que a gente ficou junto, ela não trabalhava, ela não gostava desse lado que gosta da responsabilidade, de ir trabalhar. Ela já queria jogar a responsabilidade de cuidar dos filhos dela pra mim e eu falei pra ela - "Não

---

<sup>48</sup> Entrevista concedida por Madá em 06 de agosto de 2013.

Andresa, essa parte é você que tem que fazer, você é mãe, né? Você não pode fugir dessa responsabilidade de ser mãe”. E aí começou a dar choque entendeu? Porque tudo ficava nas minhas costas, tanto que eu saía do trabalho e eu tinha que ir correndo pra casa pra fazer comida, porque a comida dela ninguém comia, né? E a criançada na fase de crescimento, eu me preocupava com o bem estar deles, né? Tem que se alimentar direito, tem que se alimentar na hora certa. (Informação verbal)<sup>49</sup>

Madá descobriu, em 2000, ser portadora do vírus HIV. Não gosta de falar sobre isso e diz ter sorte por seu vírus estar incubado. Não sabe ao certo como contraiu o vírus e diz não se importar mais tanto com isso, embora acredite que tenha ocorrido em uma rebelião em uma das unidades em que trabalhava:

Isso aí foi em 94... 94, 95, não sei, de idade eu não sei... é... foi isso, 94 ...não ...acho que é mais tempo... 2002, eu acho que foi em 2002 que eu descobri. Então há quanto tempo isso está no meu organismo? Eu não sei porque a minha filha nasceu saudável, então eu não sei, mas eu acredito que foi em 2002 que foi até por conta da rebelião na unidade D e tal que teve, né? eu acho que foi assim que eu peguei, porque não tem outra explicação... você faz um flashback na sua cabeça, não tem de onde vir, até mesmo porque eu sempre procurei conversar muito com o infectologista, né? Pela possibilidade de transmissão entre mulheres... isso não existe é... 99,9% de não<sup>50</sup>

Madá recorda que, na rebelião, as mulheres, presas, jogaram uma faca suja e percebeu o corte somente em sua casa, quando foi tomar banho: “isso eu só fui perceber em casa quando eu fui tomar banho e tal, porque foi uma adrenalina tão forte, né? Quando eu cheguei em casa e fui tomar banho eu vi que o meu braço tava machucado, mas eu não dei importância porque naquela época quase não se falava disso.” (Informação verbal)<sup>51</sup>

Madá vê a possibilidade de contágio somente através da rebelião, por não ter tido contato com drogas injetáveis e não ter tido uma vida tão louca assim. Quanto à chance de ter contraído o vírus ao fazer uma de suas tatuagens, acha difícil: “porque eu fiz no estúdio, né? É esterilizado.” (Informação verbal)<sup>52</sup>

Em suas lembranças, está o período em que se esforçava para tentar encontrar o momento exato do contato com o vírus: “No começo, você quer que quer saber, mas depois de um tempo quer esquecer.” (Informação verbal)<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Entrevista concedida por Madá em 07 de agosto de 2013.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Ibidem.

<sup>53</sup> Ibidem.

A epidemia da AIDS chegou ao Brasil no período de redemocratização, pós-ditadura militar. Segundo Marques (2002), os primeiros registros de contágio datam de julho de 1982 e localizam-se em São Paulo. Porém, mais tarde, um retrospectivo teria indicado uma ocorrência, também no estado paulista, em 1980 e se tornado o marco oficial nas análises epidemiológicas sobre o HIV no Brasil:

numa época em que as autoridades sanitárias mundiais acreditavam que as doenças infecciosas estavam controladas pela tecnologia e saber médicos modernos, suscitou comportamentos e respostas coletivos, nos quais estão inseridas as estratégias políticas oficiais em seus diversos contextos. No Brasil, como um problema de saúde que evoluiu demonstrando as contradições sociais, econômicas e culturais, a Aids/HIV constitui-se como um espaço metodológico relevante na busca de respostas sobre como o poder público brasileiro organiza e estabelece as políticas de saúde pública (MARQUES, 2002, p. 43)

*A doença do outro*, neste caso, *das outras*, que também precisam ser localizadas, parece ter uma representação reelaborada por Madá. Apesar de não ter contraído do pai de sua filha e não saber se foi através de tatuagens, o HIV tornou-se para ela mais uma marca de sua distinção porosa do ambiente prisional e ma marca em que sua distinção com tais mulheres, numa rebelião, que é um evento que faz a manutenção das posições legais e categorias políticas, numa prisão, no sentido de sociabilidade entre os grupos de presas e da administração prisional. O evento em Madá teve uma continuidade das posições ali na cadeia, mas foi rearticulado nas porosidades vistas por ela em relação às outras. Mais uma semelhança existe nessa estrutura, desde então. Essa condição de portadora do HIV influenciou sua trajetória profissional e pessoal de maneira transversal:

Então, os médicos sempre falam que ter o HIV é uma vida normal, mas não é uma vida normal. Não é, porque a gente tem medo de pegar uma gripe, tem medo de pegar uma tuberculose, tem medo de pegar uma doença. Fora o preconceito também ... tem vez que você tem que falar sobre. Quando você vai fazer um tratamento dentário ou alguma coisa assim que vai mexer muito com você e tal, você tem que falar, é importante falar. Não é sempre que a gente gosta de ficar lembrando, né? *E todo envelhecimento assim com isso, com HIV, sei lá, eu não sei nem o que pensar.. eu acho que cada vez mais a gente fica vulnerável, né?* Eu acredito que cada vez mais a gente fica vulnerável, mas eu acredito que até lá já terão achado a cura. Eu tenho muita esperança nisso, principalmente para os que são só portadores, né? Já existe uma expectativa maior, do que você estar numa fase mais avançada, né? Então eu dou graças a Deus que eu sou muito forte, eu tenho uma saúde muito boa. Eu não tomo o coquetel, mas eu fiz uma experiência

---

com o coquetel e deu um resultando legal. Só que na hora que eu ia continuar com essa experiência, o médico não pôde continuar, por conta de problemas aí da própria política aqui da cidade. Então ele teve que sair e eu tô sem atendimento há um tempo. Eu não tô preocupada com nada, eu sei que eu estou bem, mas a gente... eu tenho que me cuidar . Eu tenho que saber como é que tá a carga viral, eu tenho que saber como é que tá pressão, triglicérides. Essas coisas a gente sempre tem que estar atento... qualquer modificação a gente tem que se cuidar porque senão é... assim pra ir embora... *e eu vi, quando eu descobri do HIV, a primeira coisa que vem na sua cabeça é ficar, é você ficar em estado cadavérico, né?* (Informação verbal)<sup>54</sup>

Madá solicitou transferência de unidade de trabalho, após colegas e algumas mulheres presas, com quem convivia tanto quanto, mesmo que não da mesma maneira, *darem a entender que sabiam* que ela tinha AIDS. Madá se sentiu discriminada pelos dois grupos e também pela diretoria da unidade (Unidade D), Gisela, *a mesma que a ajudou a subir de cargo a fez querer sair daquele lugar*. Além disso, a transferência teria sido estimulada por ela, pois Madá aparentemente estava se relacionando com uma mulher presa. A desconfiança era geral, embora não houvesse provas, porque ela sempre foi *muito cautelosa*.

Ao tratar das questões de saúde nas prisões, Diuana (2008) nos informa que as doenças, contextualizadas nessas instituições e ambientes sociais, se inscrevem numa lógica que suscita medidas defensivas e práticas de proteção, cuja matriz é a separação “nós”(guardas)/“eles”(detentos):

No caso da AIDS, a forma de transmissão - troca entre indivíduos por meio do sexo e do sangue - parece ajustar-se às medidas defensivas utilizadas. A identificação e o afastamento dos doentes e dos "suspeitos" (os presos, em especial os homossexuais), a quadriculação do espaço prisional (lugares de presos/"lá dentro" e lugares de agentes de segurança penitenciária/"aqui fora") e a separação "nós"/agentes de segurança penitenciária e "eles"/presos (guarda não tocar em preso) parecem proporcionar a impressão de um risco sob controle. (DIUANA, 2008, p. 1891)

A autora nos informa que, para os integrantes das duas categorias, os riscos à integridade pessoal são o principal cuidado na prisão e, marcados pelas relações formais e informais que regulam a vida nesse ambiente, ofuscam de certa forma outros riscos de saúde:

No entanto, as referências às doenças ligadas à sujeira - leptospirose, micoses, sarna, parasitoses e infecções bacterianas - também se encontram presentes tanto

---

<sup>54</sup> Entrevista concedida por Madá em 09 de outubro de 2013

na fala de agentes de segurança penitenciária como de presos, associadas às condições de vida ou de trabalho do ambiente prisional e à falta de condições e meios de higiene pessoal (detentos) e coletiva. Tanto uns quanto outros são confrontados com a impotência perante o sujo e o tóxico que aparecem como algo imposto e que, interiorizado, contamina as identidades associando-as ao lixo e ao sujo, àquilo do qual se quer distância. "*Nós mesmos convivemos com tanta sujeira que corremos o risco de nos acostumar com ela*" (agente de segurança penitenciária) (DIUANA, 2008, p. 1891)

Conforme a citação acima, relações formais e informais regulam a prisão. A formalidade, assim como a informalidade a que a autora se refere, acompanha relações pessoais e políticas internas a cada grupo primordialmente constituinte desse estereótipo dicotômico, que surge ao pensar-se prisão. A questão da homossexualidade é retratada pela autora como prática proibida por um grupo de presos, que ela denomina como facção criminosa. A homossexualidade de Madá e de outras colegas, conforme suas memórias, está circunscrita numa "proibição" legal, manejável informalmente pelas relações cotidianas da prisão. Poderia haver, assim, mais de uma forma de agir politicamente, sendo homossexual e agente penitenciária. Entrar em contato com alguém da outra categoria já é um perigo. Sendo uma relação homossexual, renegada discursivamente pelos dois grupos heterogêneos, a situação pioraria no sentido de ser uma dupla proibição.

Sobre as formalidades e informalidades gestadas pelas facções criminosas que a autora revela, um exemplo é o 'espaço construído e conquistado' pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)<sup>55</sup> entre as reclusas que dialogam diretamente com o restante dessa

---

<sup>55</sup> O PCC ficou conhecido em todo o país em 2006, após assumir a realização de diversas rebeliões em penitenciárias paulistas e crimes contra policiais civis e militares, além de incêndios em ônibus coletivos, sequestro de um repórter da TV Globo, entre outras ações, como uma exigência de melhores condições de vida na prisão e medidas distintas relacionadas à disciplina dos detentos. Na época, alguns dias antes do dia 06 de maio, dia em que houve avisos em rádios, suspensão de aulas por conta da proporção de avisos sobre possíveis medidas de tal organização, reclusos, que se identificaram posteriormente como 'irmãos', tinham sido espalhados em diferentes penitenciárias. Segundo Adalton Marques, o 'proceder', maneira ideal de agir na prisão, é enunciado pelo PCC: "No interior das prisões, o "proceder" é uma enunciação que orienta parte significativa das experiências cotidianas, distinguindo presos de acordo com seus históricos "no crime", diferenciando artigos criminais, alicerçando resoluções de litígios entre presos, estabelecendo modos de se portar na chegada à prisão, modos de utilização do banheiro, modos de habitação das celas, modos de se portar no refeitório, modos de se portar durante os dias de visita, modos de se despedir do cárcere etc. (MARQUES, 2011, p. 315)". Durante uma entrevista, indagada sobre o motivo de estudar o Primeiro Comando da Capital, Karina Biondi afirma que, a princípio, ao decidir transformar sua experiência de visitante nas prisões, não tinha intenção de estudá-lo. "O estudo do PCC decorreu de uma impossibilidade de estudar uma instituição prisional sem falar do PCC. Todos os aspectos das vidas dos prisioneiros que por lá passaram estavam permeados, em maior ou menor intensidade, pelo fenômeno-PCC" (Entrevista com BIONDI, 2010/ Estádio de domingo (24/01), no Caderno Metrópole. Disponível in: <http://blogs.estadao.com.br/crimes-no-brasil/2010/01/23/16-perguntas-sobre-o-pcc/>

penitenciária, com toda ela inclusive. Funcionários penitenciários possuem em sua trajetória, tempo de casa e também relações formais e informais permeando sua rotina. No cotidiano da prisão, divergências internas ao corpo de funcionários penitenciários são comuns devido à heterogeneidade do grupo. “Os agentes prisionais realizam escolhas no interior do cárcere a partir tanto da visão da instituição quanto de sua trajetória pessoal” (TAETS, 2012, p 28). Nesse sentido, a complexidade de uma penitenciária pode ser rearticulada a partir das relações estabelecidas entre os dois grupos e intragrupos, formal e informalmente.

Após muitos embates vivenciados em distintas unidades prisionais, num período de mais ou menos quinze anos, Madá se mudou para uma cidade do litoral paulista e, mediante o salário da licença médica sem adicionais e vales, guarda carros de turistas, mas também de outros moradores do município, durante o período de veraneio.

Hoje está afastada, atestada por um psiquiatra, externo à secretaria de administração penitenciária. É um médico particular, que deu o laudo e faz a manutenção do estado psíquico de Madá.

Tal afastamento ocorreu após ser transferida para trabalhar em um centro de detenção provisória masculino. Madá diz que tem raiva desses homens presos, vontade de bater neles e medo de não se controlar:

Então o homem em si...o homem preso, ele já é mais perverso, ele tem um raciocínio muito rápido e ele transpassa isso pra você no olhar, entende? é... então pra mim incomoda bastante, eu fico indignada que eles escolhem os presos com alta periculosidade para trabalhar... para trabalhar na área externa do presídio, para trabalhar dentro de uma cozinha, sabe? (Informação verbal)<sup>56</sup>

É interessante notar que Madá expõe uma diferença e intensidade na periculosidade do homem preso em relação à mulher presa, ligando-o a uma sensação de ameaça. Ao falar da sensação em presídios masculinos Madá fica tensa:

“já tenho um pensamento rápido, né? se eu sentir que ele está me olhando diferente eu já imagino uma coisa mais ágil, porque se ele for fazer isso eu já empurro ele, já vem uns pensamentos assim na minha cabeça ou eu vou insinuar que ele tentou me agarrar, eu vou, sei lá, se eu sentir que o preso está me incomodando, que ele tá me olhando diferente ou que ele tá cercando uma funcionária mas ninguém tá percebendo mas eu tô percebendo, isso me incomoda muito e às vezes eu quero fazer justiça, dar um jeito de recolher ele, só que às vezes você pensa, né" Não...eu vou chegar no superior e eu vou falar - " O preso tá agindo assim, assim, assado", né? só que às vezes o superior dele não vai tomar a atitude que eu tô pensando que

---

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Madá em 07 de agosto de 2013

ele vai tomar, então eu penso em fazer com as próprias mãos, entendeu? então tipo assim, é... os crimes que eles cometem é muito covarde e geralmente é mais contra mulheres, mulheres e crianças, né? então eu acho que eles deveriam ser... não que não tenham oportunidade de trabalhar ou de conviver e tal, tem que ter, mas diferenciado, mais... com um regime mais severo, ser obrigatório trabalhar, ser obrigatório estudar, para mim tinha que ser, na minha opinião tem que ser, porque se ele cometeu um crime bárbaro ele tem que refletir muito na vida dele, não deixar ele lá jogar bola, fazer um samba, ter uma visita íntima, come cinco misturas diferentes por dia, por semana, e está tudo bem, isso não é legal. (Informação verbal)<sup>57</sup>

Madá faz uma crítica ao sistema prisional. Como agente e observadora de diversas condutas, dá uma sentença aos presos, no sentido de serem infratores, mas também de se comportarem como homens covardes em crimes. Esse “geralmente contra homens e mulheres” que Madá revela transparece uma raiva em relação a relações assimétricas que Madá repara num fluxo “da sociedade ampla para a prisão”, sendo a prisão um microcosmo ou uma instituição total dentro da sociedade ampla.

É difícil separar crimes, é difícil mas crimes hediondos isso daí é ..fácil ele já vem julgado por isso daí , vamos zelar essa parte esse pavilhão vai ser só crime hediondo né? agora porque que eles não insistem em colocar um pedófilo , um cara que matou a mulher , mandou sequestrar e matar a mulher , estuprou a enteada é..matou o filho de dois meses são esses caras que trabalham lá na frente e o funcionário ele te cutuca - "Ó Madá, olha aquele ali ó, ele fez tal coisa, tal coisa , tal coisa .."o funcionário ele fita agora eu não sei se é pra você ter medo pra ele ver o seu sentimento de pavor entendeu? ou se é pra você não se aproximar do preso porque as vezes independente do que ele fez eu não to nem aí pra ele eu quero que ele esteja fazendo o serviço dele e eu to fazendo o meu, ele tem direito de voltar a sociedade, claro com certeza só que eu acho que ele deveria passar por outras etapas antes de ele chegar ali porque como que eu posso dar um voto de confiança pra ele como que você acha que ele ta preparado pra ficar ali perto de você? , então eu me sinto ameaçada o tempo todo e você não pode nem ter nada pra se proteger o que , qual que é a sua arma ali dentro do presídio? a minha arma é uma caneta..eu ando com uma caneta 24 de 48 dentro de uma cadeia , eu não tiro a caneta da mão , do bolso , da gola não tiro. (Informação verbal)<sup>58</sup>

Sobre as vidas e situações de e no aprisionamento, Madá recorda sua comoção. E, ainda, numa perspectiva recortada por gênero, a desconfiança ao homem preso continua e prevalece em suas percepções:

Ah, cenas que comovem é o tempo todo, né? é o tempo todo, quando elas perdem filho, quando veem um filho que tá no abrigo, que elas trazem pra mãe ver, a

<sup>57</sup> Entrevista concedida por Madá em 07 de agosto de 2013.

<sup>58</sup> Idem.

mulher sofre muito mais, o homem nem tanto, o homem ele se faz de coitado, né? ele se faz de coitado, de pobre coitado, é... mas no fim não é nada daquilo, e a mulher, a gente vê que o sofrimento é maior mesmo, que ela é abandonada pela família, que os filhos são tirados dela... às vezes o pessoal do abrigo leva pra ela ver, aí você vê o quanto que a pessoa se arrepende, né? Se ela pudesse voltar atrás, você vê que é uma coisa verdadeira, você sente que é uma coisa verdadeira, eu acho que a mulher sofre muito mais do que o homem, *o homem ele pode até... o homem, ele... ele é aquela coisa, ele pode estar sem uma perna, mas ele está lá e ele é o bambambã do barraco, ele pode ser todo defeituoso e se fazer de coitado, mas bate a tranca ele é o bambambã do barraco entendeu? então o homem eu já não tenho muita dó não, mas a mulherada, as mulheres já são mais frágeis e muitas delas são usadas né? vai... vai nessa vida por causa do envolvimento com o homem e tal e no fim elas ficam abandonadas e o homem sempre arruma alguém pra ir visitar, principalmente a mãe que nunca abandona, né?*(Informação verbal)<sup>59</sup>

Nesse trecho Madá refere-se a uma constatação de senso comum, mas não somente, e que nos remete às reflexões do cruzamento prisão e gênero, conforme o capítulo 2, a respeito das mulheres serem influenciadas por homens, seja de distintas idades e vínculos afetivos, *a correrem juntos no crime*. Entretanto, indagada sobre outros perfis de mulheres presas, Madá faz referências que positivam a autonomia da mulher. Mais uma vez, ela parece estar nas brechas discursivas de gênero, construídas por suas narrativas e trajetórias de vida e o discurso institucional da prisão. Ao mesmo tempo, nos informa sobre a reincidência e nos faz pensar na questão da natureza bandida, que poderia ser feminina ou não.

vamos por assim 100% da população 70% foi levada e 30% é porque é ruim mesmo, porque gosta da vida do crime porque cresceu nessa vida ou porque gosta do dinheiro fácil mesmo, porque não gosta de trabalhar porque, sabe? gosta mesmo daquilo, vai e volta, vai e volta e é até incrível, até estranho como consegue ser assim? Por quê? Porque que não tem uma perspectiva de vida, de mudar, de ser feliz, de andar de cabeça erguida, de não viver escondido, de não correr da polícia, de não ter de ser trancado mais, tem gente que não consegue mais viver sem a cadeia, ela tem que voltar, fica 20 dias na rua e volta - "Aí, em casa de novo!" eu já ouvi isso - "Ah, até que enfim eu voltei!". (Informação verbal)<sup>60</sup>

Após o incidente com o primeiro preso na unidade prisional B, Madá passou anos trabalhando em unidades prisionais femininas e, assim como outras fontes, bem como discursos acadêmicos e governamentais, nos informa a diferença entre o espaço feminino e o masculino.

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Madá em 07 de agosto de 2013

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Madá em 14 de maio de 2014.

Segundo Madá, na unidade em que não consegue atuar sua sexualidade, passou a ser constatada e contrastada com as demais agentes penitenciárias, pelo tipo de vestimenta que lá se pode utilizar e ela simplesmente não quer. Nessa unidade, as funcionárias podem usar calça justa, *legging*, e Madá não se sente confortável com isso. Além disso, ela também não pode usar boné. Outro exemplo que Madá se refere e é interessante, ao pensarmos a sua autoimagem em tal espaço e a importância e poder que ali existem, é o fato de não ser chamada como Dona Madá, como era chamada nas unidades femininas pelas quais passou, mas como Madazinha. “Eles não são como as presas e os funcionários também não.”

em 2010 eu comecei a me afastar do trabalho assim... consecutivamente eu ia trabalhar dois, três meses e depois eu já pegava licença e fui me distanciando cada vez mais, fui desgostando, pegando pavor mesmo do ambiente né... comecei a ficar muito depressiva, porque você não consegue fazer o seu trabalho, você é impedida de fazer o seu trabalho e as pessoas faz de tudo para te atrapalhar... até te difamar, te perseguir. É o preconceito, é um coisa que é estampado, não é nem escondido. Isso é uma coisa que me incomodou muito. Agora, do lado do preso, eu nunca tive problema assim, que viesse ao meu conhecimento, mas eu já ouvi alguns rumores, mas nada que me amedrontasse. Mas aí eu fui desistindo do trabalho, eu fui me distanciando, me distanciando. (Informação verbal)<sup>61</sup>

Está casada com a *mulher presa do relacionamento suspeito*, hoje egressa do *sistema* e diz, aliviada, que, *fora da cadeia, ninguém tem a ver com sua vida*.

### 3.3. A história de Lena

#### Na batucada da vida

(Ary Barroso)

No dia em que eu apareci no mundo  
 Juntou uma porção de vagabundo da orgia  
 De noite teve samba e batucada  
 Que acabou de madrugada em grossa pancadaria  
 Depois do meu batismo de fumaça  
 Mamei um litro e meio de cachaça - bem puxados  
 E fui adormecer como um despacho  
 Deitadinha no capacho na porta dos enfeitados  
 Cresci olhando a vida sem malícia  
 Quando um cabo de polícia despertou meu coração  
 E como eu fui pra ele muito boa

---

<sup>61</sup> Idem.

Me soltou na rua à toa, desprezada como um cão  
E hoje que eu sou mesmo da virada  
E que eu não tenho nada, nada  
Que por Deus fui esquecida  
Irei cada vez mais me esmolambado  
Seguirei sempre cantando  
Na batucada da vida

*"- Documento. Tem passagem?  
- Lógico que tenho!"*

Lena é uma mulher vaidosa de 1,60 m, cabelos castanhos e encaracolados. De voz rouca e baixa, que fala alto como pode. Fala com as mãos e com expressões faciais e corporais gritantes quando tem razão. Aprendeu a falar cedo, não somente pela boca. Morou na Praça da Sé a partir de seus cinco anos de idade, quando sua mãe morreu e ela permaneceu por dois anos entre a casa do homem que, segundo ela mesma, se dizia seu padrasto e outras famílias que, no fim, “a devolveram”. Após esse retorno, Lena soube que sua irmã, Leila (a quem nunca mais viu), estava grávida desse mesmo homem, e como foi também procurada algumas vezes, começou a fugir de casa.

A questão do tempo para e em Lena é desafiante, no sentido de não ser tão importante e ou possível, para ela, separar o tempo, marcar o fim e os inícios de fases e períodos, bem como as prisões pelas quais passou e lembra. Todas suas lembranças relatadas nesta pesquisa referem-se a momentos já externos de conjuntura familiar. Muitas das informações possuem mais de uma versão, conforme suas lembranças e, mais que isso, revelam um esforço para lembrar.

Por mais que Lena fale de seus filhos e de sua irmã, sua questão com a família parece estar fora de discursos mais rígidos dessa construção. No que tange à rigidez conceitual sobre a patologia das famílias de classes populares, Lena é um contrassenso no sentido de: em primeiro lugar, marcar sua constituição com outras instituições desde criança; em segundo lugar, de não demonstrar uma carência em relação a essa instituição. Em outro sentido, entretanto, num discurso legal e jurídico sobre o papel da família e a concepção do indivíduo, Lena poderia ser considerada um exemplo clássico de vítima, sob a ausência de valores familiares, pois sua história conta uma série de eventos que podem ser vistos sob tais óticas

como encaixes, com teorias criminológicas que vieram a abordar a transgressão moral a partir das classes pobres.

Há séculos, o discurso das classes privilegiadas sobre o comportamento dos pobres oscila entre a compaixão e a condenação indignada. Enquanto os etnólogos vão longe para encontrar povos exóticos, cujo estudo nos ensina "verdades fundamentais do homem", os costumes de nossos pobres apenas são considerados para facilitar intervenções educativas (para "ajudar" ou "recuperar"). Por mais que se admita que "eles", os pobres nos seus guetos, sejam nitidamente diferentes de "nós", esta diferença é interpretada como forma degenerada ou patológica de nossa organização social, ou seja, a das classes dominantes. Para falar de povos longínquos, agilizam-se conceitos tais como "ritos agonísticos", "sociabilidades tribais" e "famílias consanguíneas". Chegando perto de casa, estes são substituídos por termos tais como "violência", "promiscuidade" e "famílias desestruturadas". Relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos. (FONSECA, 2000, p. 13)

A primeira vez que lembra ter sido levada à, na época, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), no fim da década de 1970 e início da de 1980, mais ou menos aos seus sete ou oito anos, Lena estava inalando cola no chafariz da Praça da Sé, para onde fugiu. Ali, em suas recordações, a polícia “chegava e levava”. Dessa idade aos treze anos, seu trajeto prático e memorial foi entre a tal praça e a instituição citada, cujas interrupções de *status* e motivo de mudança de fase eram, respectivamente, roubo, puxando objetos, e fugas.

Conforme o capítulo 1, sabemos que a gestão das categorias etárias foi uma medida governamental no período militar e que à Febem eram enviados menores abandonados e infratores. “O crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como principais espaços do crime”. (CALDEIRA, 2000, p. 79).

Aos treze anos, Lena recorda já usar arma e faca para roubar. Com o dinheiro que roubava “comia, comprava uma roupa, pagava um hotel e dormia e ponto.” Nesse período, fumava cola, bebia, *tomava baque* e usava cocaína. Lembra-se de colegas que morreram dormindo e do medo de ficar sozinha na rua.

Lena foi levada pela primeira vez a outro lugar que não a Febem alguns anos depois, período em que ela tinha *se envolvido com uns caras mais da pesada*, aos dezoito ou dezenove anos: “Na rua, assalto, Fernão Dias, carga, entendeu? Foi onde eu fui presa, nesse assalto em Carapicuíba, que a gente fez. Então era uma coisa assim, a gente só se envolvia

com carga, aí surgiu essa firma, *fita dada*<sup>62</sup> aí a gente foi e tomou. A gente já tinha *cavalo*<sup>63</sup> e tudo”.

Nesse assalto, Lena e o grupo, constituído apenas por homens *sem ser ela*, já tinham feito uma parceria com um motorista que sabia de uma firma *boa de arrancar*. Lá na firma, entretanto, não havia outro *cavalo*, e o segurança foi preso pelo grupo no banheiro. Os homens, armados, assim como Lena, queriam matá-lo e, segundo ela, foi seu impedimento que o salvou de tomar um tiro.

Queriam matar ele, eu não deixei, arrumei a maior briga. Porque eu já tinha tomado a firma, era só um *veinho*, meu. Não tinha por que matar. A gente chegou, pegou o que tinha que pegar, pegamos tudo, pá, pá, não sei o que, não sei o que. Aí depois de dois meses eu fui presa. (Informação verbal)<sup>64</sup>

Depois de sete meses presa na Delegacia 1, Lena foi solta por falta de provas: "Na audiência, a própria vítima não aceitou, disse que eu não tava. Chegou na minha hora, quando o juiz perguntou “Você conhece? Você já viu em algum lugar?” Falou “Não”. Aí no mesmo dia eu fui solta, entendeu? Fui absolvida .” (Informação verbal)<sup>65</sup>

Após a absolvição, Lena ficou alguns dias na rua e encontrou um ex-caso, Gislaine, uma companheira de rua. Moraram juntas por um tempo e, depois, Lena se mudou; foi morar em um bairro na Zona Leste de São Paulo.

Aí foi aonde eu comecei a traficar de verdade, quilos, abastecer a cidade inteirinha. Eu pegava, fazia o papelote, separava tudo e eu tinha os meus funcionários, que eram tudo de menor, que eu não era besta, né, na época. Aí eu passava pra eles e eles vendiam. Eu já tinha uma pessoa que entregava e outra pessoa que passava pegando o dinheiro. Aí tudo isso passou. Aí veio uma filha (Informação verbal)<sup>66</sup>

Lena vê na gravidez, em suas reflexões, que aquele era o momento de parar com o que trabalhava, que aquela situação já não combinaria mais com isso. O tráfico e a filha referidos por Lena *foram feitos* com Roberto, com quem Lena *ficou três anos morando junto e por dez anos envolvida*. Essa condição refere-se à oscilação do relacionamento, mas

---

<sup>62</sup> Descrições de funcionamento que facilitaram o assalto.

<sup>63</sup> Neste caso, parceiro no assalto; um motorista que descarregava mercadorias na empresa. Alguém com quem se firmou dia e hora do assalto, além de circunstâncias e que recebeu um benefício a partir de tal roubo.

<sup>64</sup> Entrevista concedida por Lena em 07 de agosto de 2013.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Ibidem.

transversal e intensamente às prisões de Lena. Ao mesmo tempo, sobre o seu vínculo com Roberto, Lena parece identificá-lo de diversas e contraditórias maneiras, que se atravessam:

Então, tipo assim, o que eu tinha... Eu tinha ele como pai, entendeu? Protetor. Ah! Uma pessoa que você conhece, te tira da rua, nunca tentou nada... Ele era bem mais velho. Isso você nunca viu na vida. Nunca tentou nada, entendeu? Minha calcinha, absorvente, ele que comprava mesmo. Nunca aconteceu nada. Mas até então, né. (Informação verbal)<sup>67</sup>

Na primeira gravidez, Roberto demorou uns três meses para assumir a paternidade:

Então, quando eu engravidei da Isa, quando eu tava grávida, quando caiu a ficha mesmo, isso aí eu tava com 3 meses, eu parei com tudo. Só que eu já tinha feito... Eu morava sozinha e eu tinha, eu tinha um dinheiro, entendeu? Eu tinha um dinheiro. Aí que que eu fiz? Fiz o enxoval sozinha. (Informação verbal)<sup>68</sup>

Nesse período Lena encontrou Pri, uma companheira que já conhecia *de caminhada* e com quem se relacionou até ir morar com Roberto. Abaixo há uma citação de Lena que nos faz pensar não apenas no vínculo que tinha com Roberto, como também como suas companhias foram sendo encaixadas em sua vida e vice-versa.

Não tinha amor, era amizade. Quando vem uma criança, aí... Entendeu? Aí eu assumi tudo, tanto é que, assim, na gestação de alto risco, que foi que eu tive mioma, né? E eu passava no hospital particular, eu pagava tudo. Enxoval eu que fiz, tudo. Mas aí o dinheiro acabou, né? Eu não aprontava mais, era o que eu sabia fazer. O dinheiro acabou, foi onde a Pri entrou. Aí começou a comprar um leite, fralda, não sei o quê. Aí, quando ela teve, quando ela completou 11 meses, aí por ele próprio, ele resolveu assumir. Que foi onde ele registrou. (Informação verbal)<sup>69</sup>

Nessa passagem, Lena nos informa a discrepância percebida e vivida num âmbito discursivo entre ser bandida e mãe. Relata um esforço em manter-se longe do que *sabia fazer* após ter uma filha. Esse conflito permaneceu por alguns anos na vida de Lena, que teve mais dois filhos. Após Isa, Lena teve Robertinho e Hugo. "Foi onde eu parei com essa vida. Parei, fui virar uma mãe de família, né? Cuidando da casa e filho."

Após mais ou menos dez anos, Lena foi presa novamente. Dessa vez, na Rua Direita, onde era camelô. Segundo ela, tanto ela quanto Roberto decidiram parar de traficar. Não

---

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> Entrevista concedida por Lena em 07 de agosto de 2013.

<sup>69</sup> Idem.

ficou claro ainda o que Roberto fez e com o que trabalhou nesse período. Na fala de Lena, há um salto temporal significativo, conforme exposto no início desta parte do capítulo.

“Eu vendia meia. Eu era camelô, brinquedinho, tal. Quando tava na época de o rapa pegando muito, então naquele horário a gente ficava na praça, sentado. Esperando passar a hora pro rapa sair pra gente montar de novo. Aí a polícia veio: “mão na cabeça”... tudo bem, normal, né? (...) Tem passagem? Tenho passagem, lógico que eu tenho. (Informação verbal)<sup>70</sup>

Lena foi levada, com um grupo de vendedores ambulantes, ao Primeiro Distrito, na Rua da Glória, no bairro da Liberdade em São Paulo, tão perto da Praça da Sé, por onde viveu anos e partia para a Febem.

Aí, chegando ali, eu tava pra averiguação, tinha mais um pessoal que tinha sido preso. E ali eu não sei, acho que com certeza puxaram a minha, viram que eu tinha já passagem, realmente. Só que até então não constava que eu tava pedida, só depois de um ano que eu tava presa que constou. Aí o delegado perguntou no corró<sup>71</sup> “De quem que é a droga?”. Ninguém falou. Sabe o que ele falou, nervoso? “Ah, então é de todo mundo!” (Informação verbal)<sup>72</sup>

Essa fala de Lena é interessante para pensar reincidência na criminologia e nas questões de provas de pequenos e grandes tráfico, na cidade de São Paulo, a partir, incisivamente, da década de 1980. O Estado, através do poder Judiciário, recebendo as provas da Polícia Militar, faz de Lena reincidente, já que seus crimes, supostamente, na leitura estatal, começaram ainda quando era adolescente, também na década referida.

A criminologia midiática cria a realidade de um mundo de pessoas decentes frente a uma massa de criminosos, identificada através de estereótipos que configuram um eles separado do resto da sociedade, por ser um conjunto de diferentes e maus. O eles da criminologia midiática incomodam, impedem de dormir com as portas e janelas abertas, perturbam as férias, ameaçam as crianças, sujam por todos os lados e por isso devem ser separados da sociedade, para deixar-nos viver tranquilos, sem medos, para resolver todos os nossos problemas. Para tanto, é necessário que a polícia nos proteja de suas ciladas perversas, sem qualquer obstáculo nem limite, porque nós somos limpos, puros e imaculados. (ZAFFARONI, 2012. p. 307)

---

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> Uma cela ou espaço existente em delegacias em razão de prisão em flagrante.

<sup>72</sup> Entrevista concedida por Lena em 07 de agosto de 2013.

Após ser indiciada por tráfico e em flagrante, Lena lembra que a essa sentença foi colada à anterior, 157<sup>73</sup>. Assim, sua segunda pena foi de onze anos e oito meses. A sentença pela qual aparentemente Lena teria sido absolvida, além de caracterizar uma vida criminosa e de reincidência, ainda existia legalmente para o sistema judiciário.

Dessa maneira, em sua memória, sua segunda prisão refere-se não somente ao tráfico, evidenciado como certeza pelos policiais num enquadramento coletivo com vendedores ambulantes, como também a um crime de quase dez anos antes que, na verdade, não havia sido prescrito nos sistema, mesmo tendo ela sido absolvida. Esse hiato entre sua versão e a verdade jurídica, qualificada pelos autos, expõe a enorme distância da falta de controle ou um controle impedido que Lena relata em sua história.

A segunda prisão de Lena ocorreu 2002 e teve início na cadeia A. Conforme suas lembranças, não conseguiu avisar Roberto. Nesse ano, após sua prisão, Roberto mudou-se para o Paraná com os três filhos do casal. O motivo seria que, embora ainda não esteja claro como Roberto se sustentava nesse período, ele não trabalhava mais com tráfico, mas era *um dos que mandavam na quebrada*, num bairro da zona leste de São Paulo.

Porque o PCC queria tomar a quebrada, entendeu? Foi nessa época. Então como ele era respeitado, não que ele mandava, nada disso. Como que assim, a comunidade respeitava muito ele, tudo era opinião dele, entendeu? Questão de briga, essas coisas, aí o PCC achou que... Matou os outros caras. E ele teve que fugir, senão ele ia rodar também, foi o único que escapou.<sup>74</sup>

Essa questão de Lena, sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC), percorre toda sua narrativa desde essa segunda prisão e a mudança de Roberto e seus filhos para o Paraná até os dias de hoje. Esses encontros e desencontros suscitados por uma política da porosidade

---

<sup>73</sup> De acordo com o código penal: Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

<sup>74</sup> Entrevista concedida por Lena em 07 de agosto de 2013

entre periferia e prisão são muito presentes em suas falas. O que nos mostra Lena é que seu vínculo com Roberto para sempre seria lembrado ou considerado na quebrada:

O exame dessas fronteiras do “mundo do crime”, traçadas no tecido social, não pode ser feito sem que estejam também em pauta as relações que esse “mundo” trava com as dinâmicas sociais consideradas legítimas, como o trabalho, a família, a religião etc. Pois nenhuma fronteira demarca uma divisão estanque entre dois domínios; em vez disso, o que qualquer fronteira procura é regular os modos da relação, os fluxos (de pessoas, mercadorias, discursos etc.) entre eles. (FELTRAN, 2008)

Além disso, é importante frisar que o Primeiro Comando da Capital (PCC) elucida mais uma porosidade do sistema prisional, através do agenciamento entre o vaivém, e mantém uma memória a um evento importante dentro do sistema prisional e de suas porosidades constituintes, nas relações intragrupos primordiais, dirigentes e pessoas em situação de aprisionamento, bem como entre tais grupos. Essa memória refere-se em torno de um evento marcado por uma justificativa formal de invasão para contenção de uma rebelião no Pavilhão 9, e que resultou em 111 detentos assassinados e 130 feridos pela polícia na Casa de Detenção de São Paulo.

O episódio foi marcado pela comoção social, após constatação de exagero da força policial para controlar a rebelião. O dia 2 de outubro de 1992 faz referência às torturas da população carcerária e condições de *vida em pena* naquele período. Além disso, tal massacre é considerado como ponto importante para a compreensão das noções de porosidade da prisão, assim como o vínculo entre prisão e sociedade, a partir de diversas perspectivas de autores (BIONDI; FELTRAN; MARQUES). Em entrevista a um site de notícias, Karina Biondi aborda as origens do Primeiro Comando da Capital (PCC)<sup>75</sup>:

(...) surgiu no início dos anos 90. As prisões já não abrigavam presos políticos e dizem até que esse era mais um motivo para a intensificação do que chamam de "opressão carcerária". Afinal, sem presos políticos, não havia mais quem atentasse para o que ocorria no interior das prisões ou quem colocasse algum tipo de resistência às "opressões" ou quem denunciasse torturas. Foi esse cenário que teria tornado possível o Massacre do Carandiru. Relatos de torturas e maus tratos eram muito frequentes e, para tentar evitá-los, alguns prisioneiros se reuniram e criaram o PCC (dizem que a ideia surgiu após um jogo de futebol no Presídio de Taubaté, um dos mais rígidos à época). Além de fazer frente ao poder público, o objetivo era que os presos se unissem para que pudessem ter mais força. O lema "paz, justiça e liberdade" fora importado do Comando Vermelho. Posteriormente, o PCC firmou sua distinção ao adicionar a "igualdade" ao lema. Mas desde o nascimento do PCC, o Massacre do Carandiru aparece como um marco e como

---

<sup>75</sup> Para mais informações, consultar BIONDI e MARQUES

norte, como algo que precisa ser evitado. (BIONDI, em entrevista concedida a Ana Claudia Barros, em 13/08/2010) <sup>76</sup>

O massacre referido marcou a história do sistema prisional paulista e, na atualidade, tem repercussão em relação à postura da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, bem como o andamento dos julgamentos, números oficiais de mortes e ferimentos e ação da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Noite adentro, às 21h30m do dia 2 de outubro de 1992, uma sexta-feira, a direção da Casa de Detenção de São Paulo, então o maior complexo penitenciário da América Latina com 7.500 presos (mais que o dobro da sua capacidade), informava que eram oito os detentos mortos na rebelião que explodira de tarde no presídio. No dia seguinte, somente às 16h35m — 25 minutos antes do encerramento das eleições municipais —, o secretário de Segurança de São Paulo, Pedro Campos, veio a público divulgar as informações oficiais. Cento e onze presos haviam morrido no que passou a ser conhecido como o Massacre do Carandiru.

Parentes das vítimas que conseguiram entrar no necrotério para onde foram levados mais de 80 corpos fizeram relatos dramáticos do que viram. A maioria morreu com tiros na cabeça e os corpos tinham marcas de facadas e mordidas dos cães. Trezentos homens da Tropa de Choque da PM, além de policiais do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) — armados com metralhadoras, espingardas, fuzis e revólveres — entraram na Casa de Detenção. Até às 20h do dia seguinte ao massacre, os jornalistas não puderam entrar no necrotério.

— Era um dia especial por causa das eleições. Não poderíamos permitir uma fuga em massa de mais de 7 mil criminosos — declarou Pedro Campos naquele sábado.

O maior massacre da história penitenciária brasileira chocou o país e ganhou destaque no exterior. Em Nova York, dirigentes de uma organização de direitos humanos anunciavam que viajariam a São Paulo para pedir uma audiência com o governador Luiz Antônio Fleury. E que cobrariam dos governos federal e estadual uma investigação completa, com divulgação rápida dos resultados. Os mais importantes jornais da Europa e dos EUA deram destaque à tragédia, que chamaram de massacre sangrento.

No Brasil, o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, considerou os fatos trágicos e únicos na História do país. Junto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), a Igreja formou uma comissão para investigar a chacina dos presos. (Acervo online O Globo, publicado em 03/04/14)<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Disponível in: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4615366-EI6578,00-PCC+nao+tem+lideres+revela+autora+de+livro+sobre+a+faccas.html>

<sup>77</sup> Disponível in: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/no-dia-do-massacre-do-carandiru-em-92-governo-divulgou-total-de-8-presos-mortos-12081218>

É importante frisar que, na primeira vez em que Lena foi presa, o PCC ainda não existia, enquanto que, na segunda vez, este já era presente nas prescrições da *vida de presa* de Lena.

Lena recebeu três visitas apenas, no período da segunda prisão, duas de sua irmã e de Amanda, uma amiga de Lena desde os tempos da Febem. Ao comparar a primeira e a segunda prisão, Lena afirma que a primeira, embora menor, foi muito mais difícil:

Na minha primeira prisão, o negócio era duro mesmo, de verdade. Eu dormia no chão, era... Então, era assim, era doente tudo junto, pessoas morrendo ali de tuberculose. Foi lá na Delegacia 1. Lá não existia nada. Não existia maconha pra ninguém, não existia droga, não existia nada. Agora, quando eu fui presa agora (2002), eu já cheguei na cadeia, a guarda abriu o portão assim, já vi fumando baseado, sabe? Uma coisa assim totalmente fora de... Eu que já tinha puxado cadeia... Eu conheci as pessoas que tinham saído, que falaram, mas eu não imaginava que era aquilo. Gente, quê que é aquilo? E sexta feira? Só os engradados entrando. Nossa, aquilo ali não era uma cadeia, gente. (Informação verbal)<sup>78</sup>

Sobre a Cadeia A, Lena destaca a ausência, no ano 2002, do PCC e afirma que até hoje essa cadeia não é estruturada com base no “proceder”:

Não existe, quem faz a cadeia é os presos, fia! Lá faz a cadeia quem tem mais dinheiro. Entendeu? Você tendo dinheiro, você tem como pagar os polícia pra entrar droga, pra colocar o que for pra você. Você lá, você vive uma vida de rainha. Você é considerada, o que você falar tá falado. (Informação verbal)<sup>79</sup>

Nesse relato, Lena nos aponta a questão do poder como algo regulador a partir da perspectiva de capital como dominante e de cunho individual. Em tal unidade prisional, como retrata, “é cada um por si e é bom que tenha dinheiro”, tanto para utilizar com agentes quanto com suas semelhantes legais, mulheres também presas. Essa perspectiva nos mostra que as relações entre agentes penitenciárias e as mulheres presas podem ser encaradas como uma consequência na e da prisão, podendo percorrer distintos e cruzados caminhos.

Após permanecer na Cadeia A, Lena foi transferida para a unidade prisional C, onde conheceu sua atual esposa, uma agente do sistema penitenciário. Quando transferida para a Penitenciária D, elas começaram a se relacionar de forma sigilosa, o que significava pouco

---

<sup>78</sup> Entrevista concedida por Lena em 07 de agosto de 2013.

<sup>79</sup> Idem.

contato físico e segredo, pois aquela ocupava uma posição de agente penitenciária da mesma área em que Lena trabalhava. Após sua liberdade, em 2007, Lena reencontrou Madá e estão juntas até hoje.

Atualmente, os filhos de Lena moram com Roberto e sua primeira esposa, Aparecida, com quem Lena já teve problemas de relacionamento, quando Roberto se relacionou com as duas ao mesmo tempo, mas diz que é grata à Aparecida, pois ela entende sua família e cuida dela.

É difícil, no entanto, falar muita coisa sobre famílias brasileiras contemporâneas sem levar em consideração sua posição no espaço social. Segundo certa análise, podemos encontrar no Brasil (no mínimo) três variantes da família moderna. A família conjugal, com sua configuração particular de valores, seria realizada principalmente nas camadas médias. As elites tenderiam a reelaborar o modelo de forma a privilegiar uma *solidariedade de linhagem* (o grupo das grandes famílias), e as camadas populares colocariam grande ênfase, além da unidade doméstica, nas *parentelas* - redes de ajuda mútua. O importante dessas recentes contribuições é o reconhecimento de que, numa mesma sociedade complexa, podem coexistir diversas configurações familiares - cada uma com sua lógica interna. Diferentes condições de vida engendram visões diferentes do mundo, e - por extensão - sensibilidades familiares particulares. Numa sociedade de profundas desigualdades sociais como a brasileira, onde as condições de vida podem diferir radicalmente de uma região para outra, até de um bairro para outro, é de suma importância lembrar que o que “faz sentido” num contexto não o faz, necessariamente, em outro. (FONSECA, 1999, p. 261)

Desde 2002, Lena viu poucas vezes seus filhos e alega ter sido abandonada tanto por eles quanto por Roberto. Lena tem uma neta, que pensa em adotar, porque acredita que Isa, sua filha, é muito *moleca*. Lena critica o relacionamento de sua filha com um homem egresso do sistema penitenciário paranaense, já *que Isa tem família e Roberto, mesmo tendo aprontado com Lena, é um excelente pai*.

O número de visitas às mulheres inferior ao de homens em estado de aprisionamento é apontado em diversos estudos. Como o senso comum sabiamente diz, “a mulher é julgada duas vezes.” O Censo Presidiário<sup>80</sup>, realizado pela Fundação Dr. Manoel Pedro Pimentel

---

<sup>80</sup> O CENSO presidiário é realizado pela Fundação Dr. Manoel Pedro Pimentel, que surgiu através da Lei nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976, que autorizou a "Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso", tendo seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.235, de 30 de agosto de 1977. O Censo Presidiário refere-se ao ano de 2000 e está disponível para download, em duas partes, no site da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP): <http://www.sap.sp.gov.br/common/vinculados.html>

(Funap), nos revela essa questão em números e também faz uma observação a respeito da singularidade do gênero nas análises necessárias sobre prisões femininas.

Segundo as análises desse Censo, o aprisionamento provoca abalos na estrutura familiar e as mulheres são mais abandonadas por companheiros e família, durante a prisão. Ainda nos revela que, no Estado de São Paulo, “as questões comuns, apontadas pelo Censo, não significam homogeneidade da população carcerária”; “a diversidade evidenciada não é em função da criminalidade”; “existe uma heterogeneidade comportamental atitudinal e por gênero” e “um número alto de mulheres não recebe visita, especialmente se comparado com o de homens.” (CENSO PENITENCIÁRIO, s/d, p. 17 e 19)

É necessário ressaltar que, a respeito das visitas, o controle é exercido numa medida em que apenas a orientação heterossexual é autorizada. Mesmo na ausência da visita homossexual, na medida em que ela não ocorre, está prescrita já em uma regra heteronormativa.

Uma conjugalidade gay e ou lésbica não deixa de ser considerada como possibilidade justamente em sua ausência. No vínculo com o extramuros “é que ela não passa na cadeia”, não entra, não é permitida num *status* de legalidade, pois informalmente, há muito, nas prisões femininas, a homossexualidade é não apenas fonte de estudos por parte das instituições e equipe administrativa, como uma realidade discursiva entre as presas. Lena, ao recordar seus amores de prisão e de fora, com exceção de Roberto, todas mulheres, alude a figuras mais masculinizadas do que ela, que se considera “mulherzinha” e “vaidosa”, no que diz respeito à maneira de se vestir e andar. Essas diferenças que existem entre o gostar de mulheres também elucidam a grande complexidade que o termo “lésbica” não transmite nem fora, nem dentro da cadeia. Há diversas possibilidades e, mesmo na prisão, que, ao longo da história, tenta conter os desejos sexuais das internas (PADOVANI, 2010), por parte das distintas mulheres em situação de aprisionamento há pré-conceitos entre as categorias primordiais nesse conflito, *heteros e homos*, mas, mais do que isso, há distinções entre essas categorias, dentro delas:

Ser sapatão dentro de uma penitenciária feminina é estar constantemente sob um foco de tensão no qual o passado é conjecturado, o presente é julgado e o futuro, duvidado, ao mesmo tempo em que sua figura é disputada e desejada pelas demais presas. Para ser sapatão deve-se provar que é macho no sentido de nunca ter sido penetrado ou tocado por um homem. A provação é constante e qualquer mancha no passado pode abalar sua reputação. Frases como: “Sapatão quente nunca beijou homem na boca”, “as mulheres se tornam sapatão dentro da penitenciária”, “quando os sapatões estão perto de sair em liberdade deixam o cabelo crescer” ou

“alguns sapatoões são até mães”, são recorrentes nas falas de presas, funcionárias e claro: sapatoões. Essas expressões evidenciam que a sexualidade dos sapatoões é foco de rumores e fofocas que os colocam sob constante julgo na prisão feminina. (PADOVANI, 2010)<sup>81</sup>

Atualmente, Lena mora numa cidade do litoral paulista e trabalha em sua casa, com os serviços domésticos, mas trabalhou em diversas padarias e restaurantes da região desde 2008. No verão, ajuda sua companheira a guardar carros na praia.

Lena já passou por várias operações nas cordas vocais e retirou o útero, após um câncer. Tem hepatite B e psoríase, além de precisar controlar a tuberculose. É muito vaidosa e, por isso também, se incomoda tanto de ter psoríase: “*é emocional*” (Informação verbal)<sup>82</sup>.

### 3.4 Madalena, uma história entrecruzada

#### Madalena

(Ivan Lins e Ronaldo Monteiro de Sousa)

Madalena  
 O meu peito percebeu  
 Que o mar é uma gota  
 Comparado ao pranto meu.  
 Fique certa  
 Quando o nosso amor desperta  
 Logo o sol se desespera  
 E se esconde lá na serra.  
 Madalena  
 O que é meu não se divide  
 Nem tão pouco se admite  
 Quem do nosso amor duvide.  
 Até a lua se arrisca num palpíte  
 Que o nosso amor existe  
 Forte ou fraco alegre ou triste.

- Madá: “Na lágrima. Você sabia que na lágrima você pode pegar?”
- Lena: “Não fica esfregando lágrima de ninguém com seu dedo cortado.”
- Madá: “Já era, meu. Quando a médica me falou da lágrima eu não imaginava. Um dia minha lágrima caiu dentro do olho dela. Eu fiquei super

<sup>81</sup> Poder e sexualidades dissidentes na prisão: discutindo a relação entre poder e prazer (homo)sexual na Penitenciária Feminina da Capital. Caxambu: Anais do 34º Encontro Anual da Anpocs, 2010b

<sup>82</sup> Entrevista concedida por Lena em 07 de agosto de 2013

emocionada”

- Lena: “Quando chora, a gente chora junto, né amor?” (Informação verbal)<sup>83</sup>

A notícia de um casal de egressa e agente penitenciária mexeu com meu imaginário desde o começo. Desde o início de 2013, mantive contato pelo *Facebook* com Lena, egressa do sistema penitenciário paulista. Havia tentado realizar entrevista com ela via *Skype*, mas devido aos seus horários não foi possível.

Alguns meses após, sempre pelo *Facebook*, uma amiga sua, Teresa, integrante da rede de informantes desta pesquisa, me disse que Lena era casada com outra amiga sua, Madá, também *agente*. Essa cadeia de relações já me chamou a atenção, a ponto de pensar como aquela relação, entre essas duas mulheres, era possível e principalmente *como* era.

Enviei uma mensagem pedindo para conversarmos em algum lugar na cidade onde Madá e Lena vivem. Ao contrário do que imaginei, as duas me convidaram para fazer uma visita à casa delas, no litoral paulista.

Acredito que essa relação, que foi construída, interessou-me como pesquisadora, porque realmente me fez pensar na relação com ambas, além de nossas diferenças, mas, principalmente, por me fazer passar por tabus que, até então, ora não existiam, ora eu ignorava, por achar errado incorporar.

Eu nunca havia dormido na casa de pessoas que não conhecia e fui questionada, muito mais de uma vez, por pessoas próximas, sobre o perigo que eu poderia correr. Chegando ao endereço, fui muito bem recebida e expliquei o objetivo da entrevista, que, felizmente, ocorreu somente no dia seguinte. Da tarde até a noite de um sábado, a conversa foi informal, e muito proveitosa. À noite comecei a gravar e domingo continuei.

A cena de que mais me lembro, nessa noite, é da Lena contando sobre o momento em que ameaçou um homem com a arma que tinha em mãos: “Vai maluco, eu vou te machucar” (Informação verbal)<sup>84</sup>. De repente, simplesmente me ouvi falando “Aiiiiiiiiiii” e Lena retrucando “Ai o quê? Eu já tinha mandado ele andar!”(Informação verbal)<sup>85</sup> A condição de minha sexualidade foi indagada e motivo de constrangimento também, bem como minha classe social, meu tamanho, meu jeito e minha “pouca cor”. Todo esse envolvimento intenso desse fim de semana foi proveitoso para eu repensar a minha condição

<sup>83</sup> Entrevista concedida por Madá e Lena em 22 de maio de 2014

<sup>84</sup> Entrevista concedida por Lena em 07 de agosto de 2013.

<sup>85</sup> Idem.

de pesquisadora, com todas as mulheres que pretendi conhecer nesse trabalho; tudo isso foi bom para eu me ‘recolocar’ em campo e ampliar meu horizonte de dúvidas e importâncias relevantes.

Conforme Cláudia Fonseca (2006) nos revela, ao pensar etnografia como método e um foco analítico a partir de classe e outros marcadores de diferença, a formulação de tal problema surgiu de:

um certo desconforto com o que vejo como um silêncio ou, pelo menos, murmúrios mal-articulados no campo de análise antropológica hoje onde, em forte contraste a outras áreas temáticas, as pesquisas orientadas por um recorte de classe permanecem pulverizadas. Tal lacuna é preocupante na medida em que a perspectiva etnográfica traz para a discussão de sociedades contemporâneas uma contribuição singular – a tentativa de entender outros modos de vida usando a subjetividade do pesquisador e sua confrontação com o "diferente". (FONSECA, 2006, p.1)

Madá e Lena viram-se pela primeira vez em 2006. Nas palavras de Lena, ela “*gostou da Polícia*”. Passaram a se olhar e tinham em comum uma rede de amizade. As amigas de Madá tratavam bem Lena, em suas palavras, e tinham papéis importantes em seu processo, no que diz respeito à remissão de pena, eram funcionárias do *sistema* que ocupavam cargos de diretoria e da escola.

Após alguns meses, ambas foram transferidas de penitenciária. O detalhe é que foram transferidas para a mesma unidade e passaram a encontrar-se. O período foi relatado por ambas como de extrema dificuldade. As duas mulheres tinham medo de seu caso ser descoberto, pelo julgamento que os dois grupos aos quais pertenciam poderiam fazer e agir como consequência.

Em 2007, Lena teve sua liberdade concedida e esperou por Madá na saída, que não chegou. Nesse momento, ela já havia sido transferida novamente de unidade prisional, mediante alguns argumentos de seu envolvimento com as presas e simpatia em excesso.

Após a mediação da rede de amizade em comum, encontraram-se e rapidamente passaram a morar juntas. Madá havia se separado de uma egressa há poucos meses e Lena estava solteira após dez anos de uma relação heterossexual. Seu ex-marido, Roberto, havia se mudado para outro estado com seus três filhos, com quem ela não convivia há cinco anos.

Ao caracterizarem uma à outra, Madá e Lena demonstram a dificuldade em esquecer que uma *já foi presa* e a outra *polícia*. Relatam que suas visões de mundo são totalmente

distintas, embora já tenham passado por ‘fases’ parecidas e que *ninguém tem a ver com suas vidas; quem quiser que aceite.*

A família de Madá é mais resistente a Lena. Indagadas sobre o motivo, já que essa não é a primeira esposa egressa de Madá, ambas relataram que os motivos apontados pelos familiares são que Lena abandonou sua família, *que não é boa mãe* e que Andresa (companheira anterior de Madá e egressa do *sistema*) *era uma mulher séria, carinhosa e não agressiva e brava como Lena.*

A família de Lena aceita Madá com mais facilidade, segundo o relato do casal. O que relataram é que Madá age, muitas vezes, como mediadora desses conflitos em torno da imagem que Lena passou a ter na família, após ser presa pela segunda vez; de ter abandonado seus filhos.

A rede de amizade do casal, hoje em dia, é a mesma; a rede de amizade anterior, do *sistema*, foi conservada e Madá também se dá bem com outras amigas de Lena. Em uma das visitas que fiz a elas, em 15 de outubro de 2013, elas estavam com uma hóspede, também egressa do sistema penitenciário, Olívia.

A maior parte de conflitos que Madá apresenta na relação é a distinta expectativa que cada uma tem da relação. Ela alega que deseja *preservar* a relação; que certa distância física faz bem, em determinados momentos, e que, agora, após o casamento, e com a idade chegando, o que ela deseja é uma companhia e não somente aventura.

Autores da psicologia, como Mott (1987) e Garcia (2003), trabalharam em torno de teorias em que a homossexualidade feminina não persegue o prazer sexual como finalidade única e que seus objetivos são níveis profundos de comunicação, ternura, carinho e delicadeza. Dessa maneira, a amizade se tornaria sexualizada.

Longe dessa perspectiva, mas não desconsiderando o afeto montado aos poucos, ainda nos tempos de cadeia, Madá e Lena procuraram alguma aceitação ao se relacionarem. Dentro do companheirismo, tudo pode estar embutido e, em suas falas, o prazer é também sexual, mas não único. A liberdade de poderem, ou não, estar juntas, e se exporem é fonte de prazer e satisfação, conforme suas falas: “com certeza tipo assim nela eu confio, eu confio sei lá confio na Paula como amiga não como mulher entendeu? tipo assim que ela pode me trair, essas coisas se acha que você entendeu?”<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Entrevista concedida por Lena em 09 de outubro de 2013.

As piadas feitas pelo fato de Madá ser *polícia* fazem parte das brincadeiras de Lena, quando diz que ela é muito séria e que não entende *o bagulho como é*; que ela nunca esteve lá dentro e, então, nunca saberá realmente como certas coisas acontecem, tendo versões muito diferentes de rebeliões, por exemplo:

- Lena: Quando a gente começa a conversar... Falar sobre a cadeia eu fico brava com ela, por quê? Porque tem coisas que ela quer falar que ela pensa que é assim que é, porque tipo assim, ela tá lá dentro como funcionária, entendeu?(Informação verbal)<sup>87</sup>

- Madá: Mas eu compreendo que quando aqueles portões se fecham elas resolvem entre elas, eu sei disso, e eu ainda levava para minha casa, muitas noites eu fiquei preocupada com ela, sem saber se estava tudo bem, sem saber se alguém descobriu alguma coisa, se alguém viu alguma coisa, porque ela ia lá para dentro da cadeia e eu ia para minha casa, e eu sabia que ela poderia ser assassinada a qualquer momento e eu já não corria esse risco. Só que existe, existem as divergências assim, ela tem uma opinião porque ela viveu essa história de cadeia, presa, e eu vivo essa história de cadeia do outro lado da grade (Informação verbal)<sup>88</sup>.

(...) nós vivemos em mundos diferentes, nós tivemos criações diferentes. Então ela foi muito pela dor, né? Muito pela dor... ela teve uma criação completamente diferente da minha. Eu sempre tive de tudo, tive princípios, né? É... educação e tal ... não que ela não tenha, não é isso, mas é bem diferente. Então ela sempre viu essas coisas de perto e eu nem imaginava, eu nem imaginava, então nós temos opiniões completamente diferentes porque é difícil de explicar. (Informação verbal)<sup>89</sup>

Ao recordar suas mudanças, ao conhecer e se relacionar com Madá, Lena reelabora sua visão a respeito dos agentes penitenciários:

Eu vi o outro lado e vi que o bicho pega também (risos), o bicho pega e os coitados na verdade, a gente pensava que é culpa deles né? Que eram culpados da gente estar preso, que eles são culpados por tudo que acontece e isso eu fui ver que não é nada disso, né? E você tá lá porque entre aspas "você aprontou" e o funcionário está lá para ganhar o pão de cada dia e, assim, do mesmo jeito que os presos, eles se fodem na alimentação, na saúde... tem um monte de coisa que é até pior ainda ... que ali eles não podem, assim, tomar atitude como as presas não... tem que aguentar calado, então chapa, chapa o cabeção e, coitados. Aí que eu vejo que é uma ilusão trabalhar naquele lugar, todo funcionário acaba doente. (Informação verbal)<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Entrevista concedida por Madá em 09 de outubro de 2013.

<sup>89</sup> Entrevista concedida por Lena em 09 de outubro de 2013.

<sup>90</sup> Idem.

Entretanto, questionadas sobre as memórias da prisão de cada uma e como se sentem juntas a partir dessas lembranças, Lena inicia: “Eu nem me lembro, assim ...”(Informação verbal)<sup>91</sup>, mas é interrompida por Madá:

A gente procura não, não, isso daí passou... No começo a gente lembrava mais, só que com o decorrer dos anos a gente não lembra mais, tá caindo no esquecimento. Entendeu? Assim, isso não influencia em nada, porque assim, isso daí foi uma passagem, para ela foi uma passagem, para mim não, vai ser uma passagem no dia que eu conseguir sair daquele lugar, aí eu vou olhar para trás e vou saber que foi uma passagem, mas isso está longe de acontecer, mas um dia vai acontecer... Mas assim, o que a gente construiu, assim, do nosso amor. (Informação verbal)<sup>92</sup>

As questões que Madá aponta em relação a Lena são de preocupação e certeza de que ela não cometeu o crime pela qual foi presa, quando a conheceu. Alega que, se Lena não fosse *honest*a, não teria se apaixonado. Esta questão da confiança na inocência de Lena parece salientar a ideia de que seria imoral uma *guarda* se relacionar, de fato, com uma *bandida*, no plano discursivo, dando luz à noção e representação do que caracterizaria uma *prisão normal*.

Embora as duas defendam que ninguém tem nada a ver com sua união amorosa, as histórias já tiveram certas adrenalinas. Além de as famílias não apoiarem, a supervisão de Madá a repreendeu por conta de boatos de envolvimento com presas e o casal precisou se mudar para outra cidade. Moravam num bairro da zona leste de São Paulo, segundo Lena, *o ovo do PCC*, e com medo de alguém descobrir que estava casada com uma agente penitenciária, Lena passou a temer pela vida de ambas. Nesse mesmo período, Madá aguardava transferência para outra unidade prisional (tal tramitação demorou mais de um ano), por questões de segurança (essa relação foi um dos motivos de solicitar transferência de unidade) e por ter sido constrangida na unidade em que atuava, quando descobriu ser portadora de HIV.

A questão da mudança de endereço desse casal envolveu muitas outras relacionadas ao mundo, tanto de agentes do sistema prisional, quanto de egressas. Lena foi casada, conforme já mencionado, com um homem, durante dez anos. Para e segundo Lena, no período em que ela foi presa, o cenário da prisão paulista mudava com a conquista dos mais diversos tipos de construção de conhecimentos sobre o PCC. Assim, esse homem, que vivia

---

<sup>91</sup> Ibidem..

<sup>92</sup> Entrevista concedida por Madá em 09 de outubro de 2013.

com envolvimento não legais, mas não fazia parte desse comando, precisou sair de sua casa e se dirigir a outro estado.

Algumas consequências na vida de Lena pós-prisão começaram aí. Provavelmente, mesmo que não tivesse se apaixonado por um *verme* (segundo ela, polícia), como ela se refere, precisaria sair de seu bairro, por ter ligações com um também *coisa* (termo utilizado por algumas presas e egressas para designar pessoas que não são irmãs ou cunhadas do PCC, que não têm ligação direta e conclusiva com este). Lena se envolvia com uma mulher, *polícia*, tinha abandonado seus filhos e marido e nem sequer foi atrás deles, *voltou pra quebrada*.

Sob essa perspectiva, Lena marca todo um conjunto de características essenciais para se condenar uma mulher presa, *até e inclusive quem também já foi preso*. O mesmo julgamento que sua família faz dela, a de Madá também faz. E esse julgamento a machuca. Ela teme, ao mesmo tempo em que resiste e diz que tem o direito de viver a vida dela como quer.

Madá tem um conjunto de características, segundo ela, recriminadas por colegas e ocultadas pela Secretaria de Administração Penitenciária: a de agentes penitenciárias lésbicas, de mulheres que se envolvem com as presas, sexualmente ou não, embora o julgamento pareça apresentar certa escala em que o contato sexual é o máximo de repreensão.

A questão da sexualidade, principalmente se homo, parece ser decisiva na rede de afetos entre mulheres presas e agentes penitenciárias e, internamente a esses dois grupos, separados e “se afetando”, nas memórias de Madá. Em ambos os casos, as duas mulheres vivem com um jogo de punição. Ambas são ligadas a moralidades que se cruzam, inclusive uma quanto à outra. Sobre o trânsito entre as grades da prisão e do sistema, além de trajetos de vida entre trabalho e crime, Madá revela como ponto decisivo a separação entre usar drogas ilegais e vendê-las, mas, mais do que isso, precisar saber usar no sentido de não ser pega:

(...) quando eu cheguei no presídio feminino pela primeira vez eu falei: "Nossa eu podia... um dia eu tinha certeza que eu podia ter parado aqui "se eu não tivesse acordado pra vida eu ia parar nesse lugar mas olha que ironia do destino eu vim parar nesse lugar mas do outro lado da grade, graças a Deus, porque aquilo ali eu não desejo pra ninguém mesmo, nem pro meu pior inimigo... entendeu? só o fato que eu acho que ia morrer se alguém falasse que... se eu ouvisse aquela porta bater... que é uma porta de aço, né? o som da grade se fechando e a porta bater... eu acho que eu ia ter um infarto, eu acho que eu ia me sentir muito mal, mal a

ponto de, sei lá, morrer... porque é uma sensação horrível... eu já me tranquei dentro de uma cela pra saber... é horrível... horrível, horrível e isso que foi só uma simulação, mas é uma sensação que o mundo fechou, você dentro... aquela porta nunca mais vai se abrir. (Informação verbal)<sup>93</sup>

Eu sempre fui uma pessoa trabalhadora eu sempre gostei de trabalhar, mas teve uma época da minha vida que eu usei muita droga, mas eu nunca roubei nada de ninguém, eu nunca fiz nada de errado a ponto de... o dia que me chamaram a primeira vez pra fazer um assalto me deu uma dor de barriga que eu passei mal na hora, porque eu tive... a minha filiação foi assim eu tive... minha mãe me ensinou que... nunca se deve pegar nada de ninguém e eu nunca consegui fazer isso... então ali é... essa primeira vez, esse convite, eu já vi que a minha vida não ia pra esse lado jamais, mas em questão de drogas eu sempre gostei muito de andar no gueto, de lugares de droga, muito drogado, muita quantidade de drogas...então... (Informação verbal)<sup>94</sup>

Indagada se algum dia esteve com alguma quantia de drogas que pudesse ser suficiente para ela estar do outro lado formal das grades, ela informa: “digamos que sim.”

Sobre compra e uso, lembra ir direto ao que queria, sempre comprando para usar e não para vender também:

(...) quando eu comecei a fumar crack eu só fumava crack e aí eu não fumava maconha não usava cocaína, mais nada... era só o crack, então eu comprava e usava... aí, isso durou seis meses na minha vida e aí foi o fim pra mim... ou eu paro com isso ou eu vou parar aonde eu não quero ir.<sup>95</sup>

Madá, ao ser questionada sobre prisões de agentes penitenciários, revela mais uma vez a continuidade possível entre o trabalho e o crime que “dá o trabalho”:

É por tanto motivos internos como externos, né? De se envolver com preso, de levar alguma coisa, de ser comprovado que a pessoa tem um envolvimento com o crime aqui fora e ser descoberto depois e a pessoa acaba sendo presa. E outra, você não pode ser colocado em qualquer presídio, né? porque você é um agente penitenciário, você não pode. Se alguém descobrir, já é um agravante maior para nós, como no caso de policiais... tem o Romão Gomes que é um presídio para policiais, mas e o agente penitenciário? Não tem. Ele é jogado em um presídio comum. Geralmente é Tremembé, que é pra onde estão pessoas da oposição, né? A população carcerária não aceita. Então você já é o excluído do excluído, né? Então eu tenho medo, sim. E eu vou te falar: a cadeia é um lugar que, para mim, não me fez bem e eu jamais pensei que um dia eu fosse ficar doente assim, sabe? Que eu fosse ficar com esse problemas, que isso fosse me fazer tão mal, porque eu acho que, pra você trabalhar nesse lugar, você tem ser uma pessoa meio fria, tem que saber separar muito as coisas. Você não pode ser emotivo, de jeito

<sup>93</sup> Entrevista concedida por Madá em 09 de outubro de 2013.

<sup>94</sup> Entrevista concedida por Madá em 09 de outubro de 2013.

<sup>95</sup> Entrevista concedida por Madá em 14 de maio de 2014.

nenhum. É como se você trabalhasse em um hospital. Se você trabalha no hospital, você vê doente o tempo todo e se você não souber separar as coisas, você vai ficar doente também... a cabeça da gente não funciona legal, né? então eu, pra mim, fez muito mal. (Informação verbal)<sup>96</sup>

Neste trecho, Madá aponta as hierarquias a partir desse produto de trabalho, o crime. O policial é visto por ela como um profissional que tem mais segurança e proteção do Estado, inclusive na possibilidade de transgressão.

É imprevisível o que vai acontecer, tanto do lado dos presos quanto do lado funcional, porque tem pessoas doentes trabalhando, pessoas desequilibradas, pessoas alcoólatras, drogadas... é visível... você vê que o funcionário está drogado, você vê que o funcionário está alcoolizado e no entanto eles dão a responsabilidade da pessoa cuidar de um pavilhão com duzentos presos, um absurdo isso. (Informação verbal)<sup>97</sup>

A falta de valorização do trabalhador penitenciário e os abusos de poder entre o corpo de funcionários, além de mudanças funcionais, também é uma queixa de Madá, legitimada não somente por sua trajetória, como também de cunho observatório da situação dessa categoria trabalhadora e receio:

Você sai um dia para ir trabalhar e você não volta para sua casa e o governo dá para sua família cento e cinquenta mil reais e está tudo bem? E a sua vida, sua família, os seus valores? Você nunca é respeitado, nunca é ouvido. Eles não querem saber se você não tem estrutura. Se você não serve, vai ficar lá fora. Aí você fica lá fora trabalhando de boa no ambiente ao ar livre e daqui a pouco um superior se incomoda que você está bem e põe você lá dentro, "vêm para dentro...vem para dentro!" Daí você começa a ficar lá dentro e começa a bater de frente, a responder e aí "Não... vai lá para fora, vai lá pra fora!" entendeu? Isso acaba fazendo mal pra gente. Fora que toda hora você é revistado, toda hora alguém te olha com uma suspeita, toda hora você é suspeito. (Informação verbal)<sup>98</sup>

A sexualidade, mais uma vez, aparece como necessidade de vigilância, nesse cenário complexo que Madá recorda:

No meu caso, aqui, é até mais difícil um pouco, por ser homossexual, entendeu? Então as pessoas se incomodam um pouco com uma amizade com uma colega de trabalho... o homem já fica com ciúmes - "Olha a Madá rodeada de mulher... ah o quê que a mulherada quer lá? (Informação verbal)<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> Entrevista concedida por Madá em 14 de maio de 2014.

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Entrevista concedida por Madá em 09 de outubro de 2013.

<sup>99</sup> Entrevista concedida por Madá em 09 de outubro de 2013.

As trajetórias de Madá e Lena são problematizadas por ambas como distintas e, segundo Madá, essa diferença estaria ligada à presença de família em sua trajetória de vida e ausência, no caso de Lena, *mesmo que Lena não saiba disso*.

(...) nós vivemos em mundos diferentes, nós tivemos criações diferentes. Então ela foi muito pela dor né? Muito pela dor... ela teve uma criação completamente diferente da minha. Eu sempre tive de tudo, tive princípios né? É... educação e tal ... não que ela não tenha, não é isso mas é bem diferente. Então ela sempre viu essas coisas de perto e eu nem imaginava, eu nem imaginava, então nós temos opiniões completamente diferentes, porque é difícil de explicar. (Informação verbal)<sup>100</sup>

Essa análise de Madá e Lena é interessante no sentido de ambas não localizarem suas diferenças a partir das posições de “guarda” e “presa” que ocupavam ao se conhecerem, pois a prisão prescrevia *alguma* diferença, ao mesmo passo que a *produzia*.

A marcação da diferença é um componente-chave de qualquer sistema classificatório. Desse modo, pessoas, objetos e comportamentos ganham sentido – vale dizer, são socialmente produzidos – por meio da atribuição de diferentes posições em um sistema classificatório (...) A classificação é o processo pelo qual indivíduos tornam-se sujeitos e atores sociais, apropriando-se de – ou sendo levados a se reconhecer em – determinadas identidades; o que, por sua vez, lhes abre determinados cursos de ação (SIMÕES, FRANÇA e MACEDO, 2010 p. 40).

Nesse sentido, podemos considerar a prisão como um sistema classificatório. Ao marcar as diferenças, o ambiente prisional também as produz. O processo de distanciamento constante entre as classes, *dirigentes* e *vigiadas*, é o mesmo que Madá e Lena recusaram, ao não assumirem em si essas classes.

A presença de uma *diferença prescrita e criada pela prisão, ao invés de marcada por Madá e Lena*, nos fornece a possibilidade tanto de pensar na prisão como um sistema classificatório, como de pensarmos na subjetividade de identidades nesse próprio processo, o que levaria em conta suas trajetórias anteriores e suas transformações ao longo de sucessivas classificações.

Brah, ao afirmar “contradições da subjetividade e da identidade” (BRAH, 2006, p.361) aponta que:

(...) a relação entre a biografia pessoal e a história coletiva é complexa e contraditória. Enquanto as identidades pessoais sempre se articulam com a

<sup>100</sup> Entrevista concedida por Lena em 09 de outubro de 2013

experiência coletiva de um grupo, a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias que não simplesmente espelham a experiência do grupo. De maneira semelhante, identidades coletivas não são redutíveis à soma das experiências individuais. Identidade coletiva é o processo de significação pelo qual experiências comuns (BRAH, 2006, p. 371)

Desse modo, podemos perceber que Madá e Lena, ao não localizarem suas diferenças na prisão, demonstram que reconstruíram seus processos de identidade de uma maneira diferente de suas respectivas classes, *guardas* e *presas*. Apesar dessas classificações, a prisão e suas construções não deixaram de ser uma experiência comum.

Lena utiliza a palavra *companheira*, para designar seu laço com Madá.

Eu sonho, eu lá, presa, pá, direto, sonho que eu tô presa, direto, lá com a Madá, presa junto comigo, não é tão fácil de sair da mente assim, que nem, tem seis anos, sete agora vai fazer, ainda tem vez que dormindo eu vou para lá sozinha." (Informação verbal)<sup>101</sup>

Em nossa primeira conversa, Madá e Lena se recusaram a ter nomes trocados. Depois de muito tempo, elas escolheram os nomes Fernanda e Maria, respectivamente.

Porém, numa certa tarde que as vi, quando eu voltava do litoral, tocou a música Madalena, de Ivan Lins. Os dois primeiros versos colocaram Madá e Lena em cena. O mar ser uma gota quando comparado a um pranto me remeteu ao drama que Madá e Lena relatam sobre a lágrima poder ser uma forma de contágio do vírus HIV. Na sequência, havia outra alusão a elas, que moram em frente à serra litorânea. As declarações do imenso amor uma à outra fazem que eles combinem com o restante da letra de Madalena.

---

<sup>101</sup> Entrevista concedida por Lena em 09 de outubro de 2013

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como um conjunto de relações diversas surge num ambiente prisional nos revela a porosidade da prisão e também traz questões que estão no âmbito da sociedade e que compõem outras relações. O ambiente prisional, em suas dinâmicas, tem espaços suscitadores de separação, mas também de aproximação. A distância entre agentes penitenciárias e mulheres em situação de prisão não é natural.

A constatação de relações e redes entre grupos opostos estruturalmente, nos ambientes prisionais, nos faz pensar nas construções possíveis para uma aproximação. No ambiente prisional, considerado como campo social e ambiente de relações de poder, as aproximações entre indivíduos de dois grupos opostos marcam uma liberdade. De acordo com a pesquisa, essa aproximação está circunscrita no campo de práticas e discursos prisionais, em torno de moralidades nas quais a distância é uma prescrição dos grupos. Ou, nas palavras de Foucault (2006, p. 277), “(...) se há relações de poder em todo campo social é porque há liberdade por todo lado”.

De aproximações permeadas com cautela, mediante prescrições, mulheres trabalhadoras e mulheres moradoras da prisão, dessa maneira percebe-se que as agências de aproximação dos dois grupos se desenvolvem a partir de vínculos individuais, em contraponto aos acirramentos das agentes de segurança e mulheres em situação de aprisionamento, quando na perspectiva coletiva. Além disso, nos dois grupos o homogêneo é o outro, a partir de generalizações mediadas pelas construções sociais e estigmas em torno dessas duas categorias.

Diferentemente do hiato de compartilhamento de experiências entre a multidão transgressora e a classe jurídica que realiza a manutenção da ordem social, a prisão, como instituição que faz a gestão viva e dinamizada dos transgressores da lei, já punidos, através de um fluxo contínuo entre semelhanças e diferenças, em sua diversidade, gerencia

distâncias entre estes e os representantes estatais sob essa circunstância, mas, consecutivamente, possibilita aproximações, encaradas como liberdades.

A distância entre quem, *a priori*, vigia e quem é vigiado, diferentemente de quem julga e quem é julgado, é menor a partir de semelhanças e compartilhamento de uma situação social comum, sob a perspectiva de classe social, dentro de uma hierarquia do próprio sistema que gesta as moralidades do permitido e não permitido.

O jogo de aproximação e repulsa, no grande corredor das moralidades, é entrecortado por questões de gênero e sexualidade e gestado interpessoalmente. Porém, o que se constatou é que Madá e Lena formam Madalena, por serem uma pessoa, não no sentido de uma simbiose, mas do que esta representa no sistema prisional e suas porosidades: nesse, o trânsito entre vida bandida e trabalhadora se apresenta como uma questão interna.

As ilegalidades e fugas também são gestadas, ainda que no vaivém com os foras da prisão, a partir deste jogo de aproximação e distanciamento entre as duas categorias. Entretanto, no âmbito individual é que a liberdade, considerada como aproximação, é possível. Passar essa barreira significa uma fuga e uma liberdade no âmbito pessoal, mas coletivamente significa uma violação à legalidade de vínculos prisionais.

Enquanto Madá está para a prisão num espaço de trabalho, Lena está para a prisão num espaço de ressocialização. Esse mesmo espaço, considerando as estruturas de poder da equipe dirigente e dos grupos formados por pessoas em situação de aprisionamento, que discursivamente dinamizam a prisão e prescrevem o perigo de tal contato, suscita rotas de fuga através de dois vetores: o primeiro, pela falta de pertencimento que cada uma delas tem em relação aos seus grupos categóricos e o segundo, a partir dos trânsitos pelos mundos que fizeram parte até o encontro.

Entre dentro e fora da prisão, Madá e Lena estão em beiradas estreitas dos controles das ilegalidades. Madá conseguiu se manter no campo da legalidade durante sua trajetória, mas numa posição inconstante entre este e o oposto, o ilegal. As fugas das legalidades eram simultâneas à sua atuação de agente prisional. É por conta de seu trânsito entre o legal e o ilegal que Madá se imaginou, conforme seus depoimentos, ao lembrar, na mesma posição que Lena ocupou na prisão quando se conheceram. Lena também conseguiu se manter no regime das formalidades da prisão, através das rotas de fuga que traçou pelo regime das legalidades de distância com agentes prisionais.

No limite, tratamos desse conflito entre as legalidades e ilegalidades de contatos, das regras que gestam as relações entre indivíduos dos dois grupos. Poderíamos chamar também

de um conflito em torno de *legalidades ilegais e ilegalidades legais*, ancorado em suas memórias e estruturado: enquanto Madá está para uma agente legal do estado como guarda e agente transgressora de vínculos, Lena está para uma agente legal do crime e agente transgressora de vínculos.

Se os sujeitos se constituem a partir de imposições exteriores, estes são, também, constituídos por relações intersubjetivas, em que há marca de espaço para liberdades e criação de si mesmo.

O trajeto de vida trabalhadora à vida bandida ocorre, assim, como o trajeto de vida bandida à vida trabalhadora, não apenas neste vetor, nem como apenas estruturante de Madá e Lena. Esse trajeto aponta as noções de sujeito de cada uma delas, e delas juntas, definidas como Madalena. Madalena se refere a uma noção de gestão das subjetividades em torno desses trajetos e representa as porosidades de características e pertencimentos rígidos entre os indivíduos dos grupos, que possuem distintas, mas comparáveis medidas de coerção. Dos discursos às práticas, a coerção de tais grupos parece prever aproximações e prescreve a distância. Os contatos são considerados ilegais para os dois grupos, no que diz respeito à segurança coletiva. É no âmbito do individual, então, que o ilegal estaria nessa condição. O contato é o *espaço propenso dessa ilegalidade e o vínculo representa a transgressão*.

Diante dessa linha condicional, Madalena faz referência ao trajeto das beiradas e rabeiras das gestões dessa ilegalidade de contato, de referência. Do *entre estar legal e estar ilegal* e numa série sucessiva que passa pelos poros de formalidade e informalidade e bem e mal. Madalena é sinônimo de duas em uma, no trânsito das categorias e classificações da prisão, assim como das legalidades e ilegalidades. Madalena é a explosão dessas demarcações, na prisão. Madalena é uma pessoa transgressora, não por uma simbiose, mas pela transgressão que Madá e Lena representam na lógica prisional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. In: **Estudos avançados**, 2007, vol. 21, n. 61, p. 7-29.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira. Do Paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. In: **Revista Sequência**, n. 30, 2004, p. 24-36.
- ANGOTTI, Bruna. **Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus**. O surgimento dos presídios femininos no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 21, n. 2, p. 659-88, mai-ago. 2013.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BIONDI, Karina. Tecendo as tramas do significado: as facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais. In: GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; MACHADO, Lia Zanotta (orgs.). **Antropologia e Direitos Humanos 4**. Blumenau: Nova Letra, 2006, p. 303-35.
- \_\_\_\_\_. Junto e Misturado em prol do Comando: reflexões acerca da imanência e transcendência no PCC. In: **32º Encontro Anual da ANPOCS**, 2008, Caxambu. Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008. v.
- \_\_\_\_\_. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.
- \_\_\_\_\_; MARQUES, Adalton. Memória e historicidade em dois "comandos" prisionais. In: **Lua Nova**. São Paulo, n. 79, 2010, p. 39-70.
- BORDO, Susan. A feminista como o Outro. In: **Revista Estudos Feministas**, 2000, vol. 8, n. 1, p. 10-29.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Identidade do preso e as leis do cárcere**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 26, jun. 2006. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 Jul. 2014.

\_\_\_\_\_. A entrada da sociedade civil na prisão e a reintegração social. In: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, nº 154, p. 71-81, mar. 2014.

BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro. In: **II Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2008, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Acesso em: 14 jan. 2015.

BUMACHAR, Bruna. Por meus filhos: a maternidade entre presas estrangeiras. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero** (2010). Florianópolis: Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 9, 2010

CAVALLARO, James Louis; CARVALHO, Salo de. A Situação Carcerária no Brasil e a Miséria Acadêmica. In: **Boletim IBCCrim**, ano 7, n.º 86. São Paulo: IBCCrim, janeiro, p.14-5, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CASTRO E SILVA, Anderson Moraes de. **Nos braços da lei: o uso da violência negociada no interior das prisões**. Rio de Janeiro: e+a, 2008

CORRÊA, Marisa. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CUNHA, Manuela Ivone Pereira da. A prisão e as suas novas redundâncias. In: **Direito e Justiça**, vol. especial, 2004, p. 119-26.

\_\_\_\_\_. O bairro e a prisão. In: BRANCO, Jorge Freitas ; AFONSO, Ana Isabel, org. – “**Retóricas sem fronteiras**”. Lisboa : Celta, 2003. ISBN 972-774-177-0. vol. 1. p. 101-109.

\_\_\_\_\_. O tempo insuspenso: uma aproximação a duas percepções carcerais da temporalidade. In: **O tempo, as culturas e as instituições: para uma abordagem sociológica do tempo**. Lisboa : Colibri, 2008. ISBN 978-972-772-788-9. p. 91-104.

- \_\_\_\_\_. Prisão e sociedade: modalidades de uma conexão In: **Aquém e além da prisão**. Cruzamentos e perspectivas. Lisboa: 90ª Editora, p 7-32.
- DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.11, n.2, p. 523-53, jan. 2015.
- DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. **Projeto Mulheres: Mulheres presas, dados gerais**. 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>.
- DIUANA, Vilma et al. Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2008, vol.24, n.8 [cited 2015-01-20], pp. 1887-1896
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FARIAS, Marcilene Nascimento de. A história das mulheres e as representações do feminino na história. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.17, n.3, p. 924-5, 2009.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. **Dilemas**. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro, Vol. 1, n. 1, 2008, p 93-126.
- \_\_\_\_\_. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. In: **Lua Nova**. 2010, n.79, p. 201-33.
- \_\_\_\_\_. Sobre anjos e irmãos: cinquenta anos de expressão política do "crime" numa tradição musical das periferias. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 56, p. 43-72, jun. 2013.
- FERNANDES, Rita de Cássia Pereira et al. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. In: **Cadernos de Saúde Pública**, vol.18, n.3, 2002, p. 807-16.
- FERRAZ DE LIMA, Jacqueline Stefanny. **Mulher Fiel**. As famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

\_\_\_\_\_. Sobre a prisão. In: **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 129-165.

\_\_\_\_\_. O olho do poder. In: **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 209-227.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 36ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: **Ditos e escritos**. Vol. 5. Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 264-287.

GARCIA, Olga Regina Zigelli. Prática sexual entre mulheres: identidade ou pluralidade sexual? In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, vol. 4, n. 46, p. 1-20, dez. 2003.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Revista Estudos Feministas**, vol.7, n.1, 1993, p.7-31.

HELPEZ, S. S. **Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas**. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2014. v. 4.000. 210p .

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **As penas perdidas**: o sistema penal em questão. Niterói: Luam, 1993.

KOERNER, Andrei. **História da justiça penal no Brasil**. São Paulo: IBCCRIM, 2006

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, 1994: p. 117-141.

KRAMER, H.; SPRENGER, James. **O martelo das bruxas**. versão online. Tradução: *Alexander Freak, sem edição e sem data*

LAGO, Natália Bouças do. **Mulheres na prisão**: entre famílias, batalhas e a vida normal. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

LOPES, Rosalice. Psicologia jurídica, o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. In: **Psicologia para América Latina**, n.0, 2005, p. 1-8.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

“Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital », *Etnográfica* [Online], vol. 14 (2) | 2010, 311-335., posto online no dia 04 Outubro 2011, consultado no dia 08 de outubro de 2014. URL : <http://etnografica.revues.org/303> ; DOI : 10.4000/etnografica.303

MARQUES, Maria Cristina da Costa. Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 9, supl. 2002, p. 41-65

MARX, Karl. **Teorias da Mais-valia**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1987.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, S. R. (Re)Pensando a Criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista. Tese (Doutorado em Direito ) - Programa de Pósgraduação em Direito da Universidade de Brasília, 2012.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. In: **Civitas**, vol. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, São Paulo, 79: 15-38, 2010

\_\_\_\_\_. A categoria "bandido" como identidade para o extermínio: algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. In: Cesar Barreira; Leonardo Sá; Jânia Perla de Aquino. (Org.). *Violência e Dilemas Civilizatórios. As práticas de punição e extermínio..* 1ed. Campinas, SP: Pontes, 2011, v. 1, p. 31-58.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. In: **Cadernos Pagu** (11), Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1998, p.99-105.

MORAES, Pedro Bodê. A identidade e o papel de agentes penitenciários, In: **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1, p. 131-47.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

OLIVEIRA, Luciano. Neo-miséria e Neo- nazismo. Uma Revisita à Crítica à Razão Dualista. *Política Hoje*, Revista do Mestrado em Ciência Política da UFPE, Recife: Universitária, V.II, M.4, Jul a Dez de 1995, Ano II, V.III,N.5, Jan a Jun de 1996.

\_\_\_\_\_. *Imagens da Democracia. Os Direitos Humanos e o Pensamento de Esquerda no Brasil*. Recife: Pindorama, 1996, p. II e III.

\_\_\_\_\_. *A Luta Pelos Direitos Humanos. Uma Nota a Favor do Otimismo*. Revista do GAJOP. Segurança Justiça e Cidadania. Recife: GAJOP, 1996 (2).

PADOVANI, Natália Corazza. **Perpétuas espirais**: falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**. Tradução: Ryta Vinagre. Editora Record. São Paulo, 2002.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia**. O Paradoxo Brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 169-85.

\_\_\_\_\_. Por uma nova epistême. In: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**: escrever a história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007, p. 13-39.

- RAGO, L. M. .Epistemologia Feminista, Gênero e História. **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: editora das Mulheres, 1998.
- ROCHA, A. P. **O Estado e o Direito de Punir - a superlotação do sistema penitenciário brasileiro**. O caso do DF. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2006.
- RODRIGUES, Néelson. Sistema prisional paulista: transformações e perspectivas. In: **Revista Conselho Penitenciário do Estado**, ano 1, nº 01, ago. 2011
- RUBIN, Gayle. The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, Rayna (ed.) **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975.
- SÁ, Leonardo & AQUINO, Jânia. (Org). **Violência e dilemas civilizatórios**: as práticas de punição e extermínio. Campinas: Pontes editores, 2011, p. 31-57.
- SÁ, Geraldo Ribeiro. **A prisão dos excluídos**: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade. Juiz de Fora: EdUFJF, 1996.
- SABAINI, **Raphael T.** Agentes penitenciários de Itirapina, SP: identidade e hierarquia. In : **Ponto Urbe**, n. 5 (2009). Disponível em: [http://pontourbe.net/edicao5-graduacaoemcampo/45-agentes-penitenciaros-de-itirapina-sp-identidade-e-hierarquia#\\_edn1](http://pontourbe.net/edicao5-graduacaoemcampo/45-agentes-penitenciaros-de-itirapina-sp-identidade-e-hierarquia#_edn1). Acesso em: jan. 2015
- SABAINI, R. T. ; TAETS, A. R. F. . Escondendo ou mostrando o uniforme? Dinâmicas urbanas específicas que envolvem os agentes prisionais em diferentes cidades do Estado de São Paulo. **Anais do 35o Encontro Anual da Anpocs**, v. 1, p. GT07, 2011.
- SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**: 1822-1940. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.
- SANTOS, J. H. P. ; SANTOS, I. P. . História do Direito. In: WOLKMER, Antonio Carlos; FONSECA, Ricardo Marcelo; SIQUEIRA, Gustavo Silveira.. (Org.). **Prisões: um aporte sobre a origem do encarceramento feminino no Brasil**. 1ºed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1º, p. 387-401.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault, Poder e Análise das Organizações**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SIMOES, Júlio Assis; FRANCA, Isadora Lins; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. **Cadernos. Pagu** [online]. 2010, n.35, pp. 37-78. ISSN 0104-8333.

SOARES, Barbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TAETS, Adriana Rezende Faria. **Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciárias femininas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TEIXEIRA, Angela A. “Presídio de Mulheres”: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. In: **XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH: Fortaleza**, 2009.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. In: **Novos estudos**. Cebrap, São Paulo, n. 96, jul. 2013 .

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar**. Saraiva. São Paulo, 2012.

ZALUAR, A. M. **A Máquina e a Revolta**. 3a.. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002. 265p .

ZAMBONI, Marcio. Herança, **Distinção e Desejo**: homossexualidades em camadas altas na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

## ANEXOS



Penitenciária Feminina de Sant'Ana

Fonte: Folha de São Paulo online



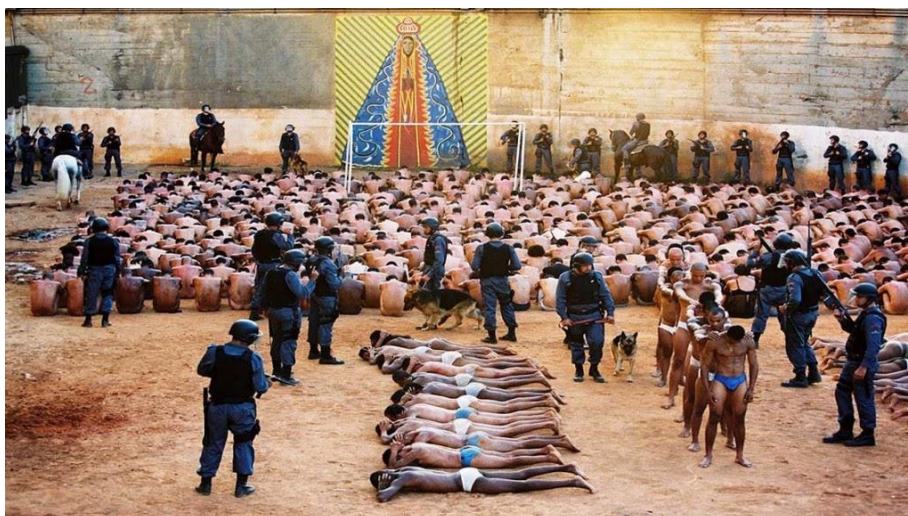
Penitenciária Feminina de Sant'Ana

Fonte: Folha de São Paulo online



Implosão dos Pavilhões 6, 8 e 9 do Carandiru

FONTE: Folha de São Paulo online



Massacre Carandiru

Fonte: SPRESSO



Sala de Aula – Penitenciária Feminina da Capital

Fonte: Instituto de Defesa do Direito da Defesa

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE**

Eu, \_\_\_\_\_,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: *Madá e Lena entrecruzadas*. O projeto de pesquisa será conduzido por Natalia Negretti, do Programa de Pós-Graduação de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, orientada pela Prof (a). Dr(a) Rosemary Segurado, pertencente ao quadro docente da Universidade . Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Fui esclarecida sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Em caso de dúvidas entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP pelo telefone 11 36708517 e ou diretamente com a pesquisadora.

São Paulo, de de

\_\_\_\_\_.

Assinatura do participante

Pesquisador Responsável

Nome: Natalia Negretti